

# Gênero, Sexualidade e Identidade em suas diferentes análises

**Organizadores**

CÉLIO SILVA MEIRA

LUCAS AGUIAR TOMAZ FERREIRA



Editora Poisson



Célio Silva Meira  
Lucas Aguiar Tomaz Ferreira  
(Organizadores)

# Gênero, Sexualidade e Identidade em suas diferentes análises

1ª Edição

Belo Horizonte  
Poisson  
2022

**Editor Chefe:** Dr. Darly Fernando Andrade

**Conselho Editorial**

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais

Msc. Davilson Eduardo Andrade

Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas

Msc. Fabiane dos Santos

Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia

Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC

Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy

Msc. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

G326

Gênero, Sexualidade e Identidade em suas diferentes análises/ Organização: Célio Silva Meira, Lucas Aguiar Tomaz Ferreira – Belo Horizonte – MG: Editora Poisson, 2022

Formato: PDF

ISBN: 978-65-5866-206-8

DOI: 10.36229/978-65-5866-206-8

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

1. Gênero 2. Sexualidade 3. Sociedade I. MEIRA, Célio Silva II. FERREIRA, Lucas Aguiar Tomaz III. Título

CDD-300

Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896



O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.

Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterada.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Baixe outros títulos gratuitamente em [www.poisson.com.br](http://www.poisson.com.br)  
[contato@poisson.com.br](mailto:contato@poisson.com.br)

# Sumário

**Prefácio** ..... 05

**Capítulo 1:** Interseccionalidades e os marcadores de desigualdades nas escolas públicas de Poções-BA para com a população LGBT. .... 08

Celio Silva Meira, Lucas Aguiar Tomaz Ferreira

DOI: 10.36229/978-65-5866-206-8.CAP.01

**Capítulo 2:** Participação social e a questão das políticas públicas de gênero nos municípios de Vitória da Conquista e Poções – BA ..... 20

Lucas Aguiar Tomaz Ferreira, Mateus Costa Santos, Fernanda Viana de Alcantara

DOI: 10.36229/978-65-5866-206-8.CAP.02

**Capítulo 3:** Sociabilidades iniciais e primeira onda dos ativismos lgbtqia+ contribuições para a constituição do movimento social no Brasil ..... 54

Iran Ferreira de Melo

DOI: 10.36229/978-65-5866-206-8.CAP.03

**Capítulo 4:** Identidades, travestilidades e prostituição como mercado de trabalho alternativo para a população trans em Vitória da Conquista (BA) ..... 69

Amanda Coelho Chagas, José Miranda Oliveira Júnior

DOI: 10.36229/978-65-5866-206-8.CAP.04

**Capítulo 5:** Currículo escolar e a autorreflexão docente na perspectiva queer: a liberdade de ser e existir ..... 88

Luciana Xavier Bastos Lacerda

DOI: 10.36229/978-65-5866-206-8.CAP.05

**Sobre autores e autoras:** ..... 107

# Prefácio

*“Na escola, o professor disse que futebol não era o lugar para mim e eu perguntei: por que não é lugar para mim, por que eu sou feminino, por que eu sou viadinho?”*

*“Durante aplicação do questionário uma mulher travesti expressou em uma das questões subjetivas que há muito tempo não sabe o que é sentar em uma praça, não sabe o que é ir a feira fazer compras nem no mercado e nem na própria feira livre da cidade”.*

*“A gente diz que a escola é para todos, mas reproduzimos uma escola que é na verdade para poucos, sem espaço para gêneros diferentes, religiões diferentes, pessoas diferentes”.*

Para início de conversa...

Os excertos supracitados, foram retirados da presente obra. Fiz questão de destacá-los pois, para mim, além de marcarem a minha experiência de leitura, também exemplificam um pouco da potência do livro que temos em mãos. Deste modo, considero que uma obra como esta, vai ao encontro da plausibilidade de continuarmos investindo nossos esforços sobre pesquisas e estudos que interseccionem as discussões de gênero e sexualidade nos diversos espaços.

Célio e Lucas, organizadores deste livro, me convidaram para fazer este prefácio. Preciso registrar a minha alegria e o prazer que é escrever este texto, pois como homem, cisgênero, branco, homossexual, afeminado, militante, psicólogo e professor universitário, tenho me dedicado ativamente, dentro e fora do espaço acadêmico, a favor das pautas de gênero e sexualidade. Pautas estas, que são impetuosamente atacadas por grupos conservadores, grupos neoliberais, de extrema-direita e de cunho político-religioso, o que deixa evidente a nós, pesquisadores e pesquisadoras, o quanto “é preciso ir ‘contra os ventos e as marés’, como se diz, rumo ao cabo de democracia” (Christian LAVAL, 2021, p. 23).

Constantemente e, principalmente, quando me deparo com iniciativas como esta, me pergunto: por que continuarmos persistindo nos debates em torno das questões de

gênero e diversidade sexual? Muitos são os dados que revelam a necessidade da promoção de tais pesquisas. Um exemplo é o último relatório divulgado pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), no ano de 2020, aumentou em 48% o número de assassinatos de pessoas trans apenas no primeiro quadrimestre do corrente ano, mantendo-se no ranking mundial como o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Além disso, o Brasil passou do 55º lugar, para o 68º no ranking mundial de países seguros para a população LGBTI+ (ANTRA, 2020). Este processo de exclusão, decorre da ideia binária de gênero, que (de) limita os corpos à lógica cisheteronormativa e que, por sua vez, patologiza e violenta de forma truculenta os corpos que não obedecem a estas amarras, como bem é explicado por Paul Preciado (2020, p. 289-290):

A diferença genital masculino-feminino é na realidade uma estética (um conjunto de normas consideradas conforme uma escala de valores) arbitrária e historicamente superestimada, segundo a qual só existem duas possibilidades do humano: pênis penetrante, vagina penetrada. Somos vítimas de um *kitsch* pornocientífico: a padronização da forma do corpo humano de acordo com critérios de estética genital heterocêntrica.

É pertinente destacar que escrevo este texto em plena pandemia provocada pela COVID-19, que até a presente data (01/12/2021), já ceifou a vida de mais de 615 mil brasileiros e brasileiras. Em decorrência da pandemia de COVID-19 houve a expectativa de que os índices de assassinatos da população LGBTI+ diminuiriam em decorrência do isolamento social, mas como supracitado, o efeito foi oposto, houve um aumento significativo, sobretudo, em relação às travestis e mulheres transexuais, visto que muitas não foram contempladas pelas políticas emergenciais, o que as coloca em estado de vulnerabilidade ainda maior. Tais atrocidades, refletem as mazelas de um projeto ultraliberal, fruto de um (des)governo genocida, sustentado pelas “estruturas do colonialismo, racismo e cis-hetero-patriarcado que degrada os indesejáveis e o próprio Estado democrático de direito” (Luana ROSÁRIO, 2020, p. 28), mas **ele não** nos calou!

Após a leitura atenta de todos os capítulos, pondero que a potência desta obra se encontra no seu caráter multidisciplinar, que consegue tangenciar questões de gênero e sexualidade sob diferentes olhares das Ciências Humanas e Sociais. As discussões presentes nos capítulos aqui reunidos, interseccionam e demonstram a atualidade destes debates, tais como: gênero e diversidade sexual, possibilidades de inserção da linguagem não-binária, (sobre)vivências de pessoas LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais,

Travestis/Transexuais, Intersexuais, outras possibilidades), processos de exclusão e (cishetero)normatização dos/das corpos/as dissidentes no espaço escolar, problematizações sobre o currículo escolar e Teoria *Queer*.

Por fim, com a publicação deste livro só tenho a desejar: vida longa às pesquisas que se dedicam a discutir questões de gênero(s) e sexualidade(s). Desejo uma ótima leitura à todas, todos e todes! E que este livro colabore para superação de paradigmas, na desmistificação de preconceitos, no respeito e na valorização da diversidade e das diferenças.

Campo Mourão, dezembro de 2021.

Tempos de esperançar!

*Jean Pablo Guimarães Rossi*

Professor da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

## Referências

ANTRA. **Assassinatos contra travestis e transexuais em 2020**. Boletim nº. 02/2020. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/assassinatos/>>. Acesso em 01 de dez. 2021.

LAVAL, Christian. A escola democrática e seus inimigos. In: LIMA, Idalice Ribeiro Silva; OLIVEIRA, Régia Cristina (Orgs). **A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio**. Porto Alegre/RS: Zouk, 2021. p. 23-27.

PRECIADO, Paul. **Um apartamento em urano**: crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar. 2020

ROSÁRIO, Luana. A Necropolítica Genocida de Bolsonaro em tempos de Pandemia e o Projeto Ultra-Neoliberal. **Rev. Interd. em Cult. e Soc.** (RICS), São Luís, v. 6, n. 2, p. 28-49, jul./dez. 2020.

# Interseccionalidades e os marcadores de desigualdades nas escolas públicas de Poções-BA para com a população LGBT.

*Celio Silva Meira<sup>1</sup>*

*Lucas Aguiar Tomaz Ferreira<sup>2</sup>*

---

## 1. INTRODUÇÃO

Enquanto gays, estudantes de escolas públicas, pobres, de cidade de interior, entendemos muito bem de discursos pejorativos, pois passamos nossa infância e adolescência escutando-os, especialmente nas unidades escolares, nos espaços religiosos, nas ruas, na vizinhança, enfim, onde existisse a heteronorma, lá estava de plantão, alguém para nos policiar e dizer com todas as palavras que nós éramos e, ainda somos, criaturas desviantes e desviadas.

A construção de discursos sobre a sexualidade, que brotam nas diferentes formas em diversas fontes da sociedade, acaba criando a “polícia do sexo”, cujos objetivos ponderam sobre o controle de suas práticas. Para Michel Foucault, “polícia do sexo” é a necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição. Para o filósofo, tudo que conhecemos sobre política, nunca foi outra coisa senão polícia. Ambas as palavras possuem o radical “polis” e essa polícia está associada à administração da polis, ou seja, no decorrer da história é possível mapear os investimentos de construção de discursos que significaram a homossexualidade de tal forma que definia a necessidade de regulação. Seja pelo discurso religioso, seja pelo discurso jurídico, médico ou psicanalítico, todos eles definiram a polícia do sexo. É importante frisar que Foucault afirma que “a repressão da homossexualidade não remonta ao cristianismo propriamente dito, e sim, se produziu numa época muito mais recente da era cristã” (FOUCAULT, 2005, p.12).

---

<sup>1</sup>Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSal). Pesquisador-colaborador do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais -NuQueer, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Estuda as temáticas: religiões afro-brasileiras, Território e Territorialidade, gêneros, sexualidades, Teoria Queer e educação.

<sup>2</sup> Mestrando em Geografia (UESB). Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET/UESB).



Para a produção deste estudo, tomamos como espaço para análise a escola, espaço este, cheio de regras e normas hegemônicas construídas historicamente para adestrar os corpos daqueles que ali frequentam que tomam a heterossexualidade como modelo único. E, nesse sentido, a escola se retrai e ignora a diversidade para silenciar, como se não existissem implicações em determinados silêncios. Gêneros e sexualidades são construções sociais cujos arranjos permeiam toda a sociedade, inclusive dentro da comunidade escolar. Dessa forma, é necessário que a escola se constitua como o lugar capaz de discutir amplamente essas e demais questões.

Para buscar os dados de campo da pesquisa, fizemos uso da entrevista, uma ferramenta importante que proporcionou o levantamento de várias informações relativas aos alunos homossexuais que frequentam ou frequentaram as escolas da rede pública da cidade de Poções-BA, a partir de uma análise das informações contidas nas falas das pessoas observadas e entrevistadas. Para tanto, foi escolhida a entrevista semiestruturada, que aliou a formulação de questões prévias, com temas que surgiram no decorrer da discussão.

A entrevista foi iniciada, conforme orienta Montenegro (2013, p.24), com uma conversa de esclarecimento com o entrevistado, “para que este entenda, por que, para que e para quem ele está relatando suas memórias”. O passo seguinte foi o preenchimento de uma ficha com nome completo, série que estuda ou estudou e para preservar os nomes dos entrevistados, os mesmos estão identificados por meio de nomes fictícios. Por trabalhar com a memória oral e as subjetividades e para registrá-la através de entrevistas, foi necessário que as falas dos entrevistados fossem respeitadas, ouvindo-as com atenção e de maneira consciente do fato de que o entrevistado não precisaria, necessariamente, atender a quaisquer expectativas teóricas ou metodológicas. Os roteiros das entrevistas foram elaborados anteriormente e com questões relativas aos níveis de conhecimentos e especificidades dos entrevistados; as mesmas foram realizadas nos meses de janeiro e fevereiro do corrente ano. Foram cinco entrevistas. O critério de escolha dos entrevistados foi por meio das escolas que nós trabalhamos e dos alunos que desistiram de estudar nos anos anteriores e que nós os conhecíamos de outros espaços.

Os recursos metodológicos usados não seguiram regras rígidas, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, em que sua “diversidade e flexibilidade” não pediram regras fixas, sem, contudo, abrir mão do rigor metodológico.

O esquadrinhamento do material produzido foi feito, apoiando-se na perspectiva pós-estruturalista, tendo como eixo de análise os objetivos construídos para esta investigação. O pós-estruturalismo busca uma ruptura no sentido seguro do significado, assumindo a indeterminação da linguagem.

Um aspecto do pós-estruturalismo é seu poder de resistir e trabalhar contra verdades e oposições estabelecidas. Ele pode ajudar em lutas contra a discriminação em termos de sexo ou gênero, contra inclusões e exclusões com base em raça, experiências prévias, background, classe ou riqueza. Ele alerta contra a violência, às vezes ostensiva, às vezes oculta, de valores estabelecidos como uma moral estabelecida, um cânone artístico ou uma estrutura legal fixada. Cumpre notar que isso não significa que ele os negue; antes, ele trabalha dentro deles pelo melhor (WILLIAMS, 2012, p. 17).

Foi a partir dessas premissas que este estudo foi e ainda está sendo efetivado. Buscando perceber de que forma a escola trata / lida com o diferente no seu cotidiano, uma vez que, segundo os jargões, a educação é para todos, e se ela é destinada a todos, por que alguns segmentos da população LGBT continuam fora deste espaço, especialmente aqueles que destoam da norma posta socialmente?

## **2. INTERSECCIONALIDADES: UM CONCEITO INTRANQUILO**

Para Ferreira (2018), o conceito de interseccionalidade tende a ser intranquilo, uma vez que o debate público sobre ele se mantém em incessante renovação e recebendo contornos heterogêneos a depender da sua abordagem. Não é a intenção deste texto realizar uma revisão dos debates ensejados até aqui, e nem mesmo estabelecer nexos de causa e efeito, ou uma linha evolutiva no modo como este conceito vem sendo tratado nos diversos campos de estudos, especialmente das Ciências Humanas. Porém, não nos absteremos, por outro lado, de defender um argumento particular em torno desse conceito, que perpassa por recuperar alguns pressupostos que do mesmo jeito permanecem em debate perene e contraditório.

Piscitelli (2008), ao abordar este conceito, nos afirma tratar da multiplicidade de categorias de diferencialização que se articulam no social, não tendo um consenso o modo como se apreende a articulação dessas múltiplas categorias. Propor uma análise interseccional implica, de antemão, que a realidade não deve ser recortada em termos de um único marcador social. Ferreira (2018, p. 59) nos afirma que “um olhar para a

totalidade social deve se manter tendo em vista os diferentes marcadores conectados, não de maneira sobreposta, mas influenciando-se mutuamente”.

Anterior à emergência do conceito, a proposta de conectar categorias das mais diversas articulações das diferenças já havia sido adotada por diversas estudiosas do movimento feminista, havendo entre elas quem privilegiasse determinados marcadores sociais. No caso brasileiro, com o processo de redemocratização, a partir de 1980, criou condições para desenvolvimento do movimento feminista, que se ampliou rapidamente e passou a trabalhar em várias frentes, pelos direitos das mulheres e suas várias especificidades e diferenças de classe, raça/etnia, escolaridade etc. Nesse momento, conta Céli Pinto, existiam.

(...) inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas - violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais. Estes grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciadas pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. (PINTO, 2010, p. 17)

Quanto ao debate acerca das interseccionalidades dentro do movimento LGBT é ainda recente se compararmos aos debates realizados pelo movimento feminista. Uma das explicações mais difundidas tanto por militantes quanto por pesquisadores é a de que o movimento começa a se organizar após a conhecida Revolta de Stonewall, nos Estados Unidos. Embora, para Silva (2011), essa versão é parcialmente verdadeira, porque já existiam coletivos organizados na Alemanha do século XIX.

Ferreira (2018) que cita Pistitelli (2008), nos alerta que:

Havia entre as estudiosas feministas, quem privilegiasse determinados marcadores sociais: Scott, que argumenta a importância de raça e classe apesar de centrar-se em gênero; Butler, cuja obra passa por discussões sobre sexualidade e identidade de gênero, sionismo e raça/etnia; Haraway, com a categoria corpo; Ângela Davis que se deteve sobre as experiências das mulheres negras e também das presas; e Ella HabibaShohat, que chama atenção para a articulação de religião e nacionalidade. (FERREIRA, 2018. p. 60).

Ainda, segundo o supracitado autor, a interseccionalidade pode ser representada de forma mais situacional, em que “o poder” não é algo fixo, mas presente nas relações. E nos remete a imagem de diversas avenidas, onde em cada uma das quais circula um

desses eixos de opressão. Em determinados lugares, essas avenidas se cruzam, e o indivíduo que se encontra no entrecruzamento tem que enfrentar simultaneamente os fluxos que confluem, oprimindo-o (FERREIRA, 2018, p.61). Esse entrecruzamento pode provocar contextualmente, discriminação ou privilégio, tornado, com isso, vulneráveis as condições de vivência e sobrevivência de gays e lésbicas negras. Corroborando com esse pensamento, Luz (2011) nos chama atenção para:

De modo geral, os gays e principalmente as lésbicas negras apresentam dados negativos em maior proporção do que os brancos. [...] A situação de vulnerabilidade da homossexualidade negra torna o efeito da discriminação ainda mais deletério, mas não necessariamente a discriminação em si. [...] mulheres e LGBT nascem em qualquer estrato social e até mesmo podem ser criados por outros LGBTs, mas os negros e negras dificilmente são gerados fora dos nichos de pobreza. A herança do escravagismo perpetua-se em relações de poder imutáveis, que transpassam incólumes gerações de luta e resistência da população negra brasileira. [...] os negros são maioria absoluta nos bairros populares, nas prisões e nos programas de televisão sensacionalistas e brancos são maioria na gerência de empresas, nas universidades conceituadas e nas colunas sociais dos jornais. (LUZ, 2011, p. 122).

Percebe-se, que quanto maiores os marcadores de identidades que uma pessoa venha a ter, maiores serão os preconceitos, as barreiras na vida. Tudo isso reflete nos mais diferentes campos de atuação, especialmente na escola, a qual se destina este texto. É no chão da escola, que a homofobia se faz presente, com constantes agressões morais dos colegas, sendo na grande maioria, legitimada pelas reações cúmplices dos professores e da direção. Muitos gays negros, de periferia, efeminados enfrentam situações com colegas, com professores ao tentar frequentar uma escola que não respeita as diferentes identidades. Os dados coletados para este estudo sinalizaram que a faixa etária mais afetada é a adolescência e a juventude. Vejamos depoimento coletado:

Tive muita exclusão no início da minha adolescência; na escola, os meninos já me excluíram em trabalhos em grupos, os meninos nunca quiseram fazer grupo comigo; quando o professor montava o grupo era um tormento, cheguei até desistir de fazer a tarefa por conta que os meninos não deixavam participar das coisas. Falando em exclusão, a mais marcante foi do professor de Educação Física; pense, ele não deixava jogar bola, futebol até mesmo o baleado. Eu sempre gostei e gosto de futebol, todo mundo achava estranho. Mas até hoje gosto bastante, não perco um jogo. Na escola, o professor disse que futebol não era o lugar para mim e eu perguntei: por que não é lugar para mim, por

que eu sou feminino, por que eu sou viadinho<sup>3</sup>? Por que eu sou uma mulher trans, não posso participar disso? Fazia essas perguntas e ele nunca me respondeu. Minha opção sexual não muda nada, por que é um esporte, um jogo, e está aberto a todos e todas que queiram jogar. Não tem nenhuma regra que diz que é para tal indivíduo. Esse momento doía muito porque eu não fazia o que eu gostava pelo preconceito, somente por isso. (Jhenny, 26 anos)

No depoimento supracitado, o assunto das diferenças de gênero e sexualidades gera silêncio nas salas de aula, para evitar o conflito, mas está presente em cada micro organização escolar. O professor, na sua práxis pedagógica, exclui o aluno gay efeminado que gosta de futebol, ao dizer que aquele espaço não foi feito para ele, à clássica pergunta: o que você está fazendo aqui? Seu corpo, seu comportamento não condizem com esse espaço. A docilização dos corpos (FOUCAULT, 1999), ao negar a participação deste aluno num espaço de aprendizagem, estamos afirmando que se trata de corpos indóceis, não dignos de aprender. E usamos das regras normalizadoras e coercitivas a fim de produzir um processo de ensino aprendizagem excludente e heterossexista. E esta acaba sendo a gramática de funcionamento da grande maioria das escolas brasileiras e não sendo diferente da realidade estudada por nós.

### **3. UIUIUI, (DES)CAMINHO(S) DE BIXINHAS PRETAS, AFEMINADAS E POBRES NA ESCOLA: ALGUNS DEPOIMENTOS E ANÁLISES**

Coadunando o nosso pensamento com o da pesquisadora Megg Rayara Gomes Oliveira, primeira travesti negra, originária de família pobre e de candomblé a obter um título de Doutora em Educação pela UFPR (Universidade Federal do Paraná) e hoje professora da supracitada instituição. Segundo ela: “a bicha nasce do discurso” (OLIVEIRA, 2018). E afirma que:

Antes mesmo de adquirirmos consciência do potencial repressivo que esse termo tenta impor, ele é lançado como um torpedo que tenta um aniquilamento. Um grito que ecoa do outro lado da rua ou no pátio da escola, um desenho tosco na parede de um banheiro público, uma pregação religiosa: Bicha! [...]. A bicha também evoca um não lugar, mesmo que ela seja nomeada por alguém com muitas semelhanças –

---

<sup>3</sup>Optamos em grafar, ao longo deste trabalho, os termos “viado” e “bixa” e não “veado” e “bicha” por ser assim utilizados pelas pessoas quando se referem, de forma depreciativa, aos homossexuais masculinos, especialmente, aos mais afeminados.

idade, raça, classe, cheiro, modo de falar, religião –, mas que se apoia nas normas cis heterossexuais para se impor, demarcar o centro e promover a margem como único espaço possível. (OLIVEIRA, 2018, p. 163).

Nas nossas entrevistas, essa realidade descrita por Oliveira (2018) aparece claramente nas falas dos nossos interlocutores, vejamos:

Percebi que quanto mais eu passava de ano mais preconceito eu sofria da parte dos alunos. Professores e funcionário eu não sofria, eles me tratavam bem aparentemente, isso na minha escola a partir da 8ª série. Troquei de escola quatro vezes [...]. Meu período de escola eu só andava triste, me machucava quando os meninos me chamavam de Frutinha, Chicletinho, boiola, baitola, escandaloso, gayzinho, afetado, mariquinha, maricon, mulherzinha e de bixinha e eu não tinha ninguém para me defender, nem família nem professor, tinha medo de assumir minha opção sexual, ainda mais que minha família estava em um momento que era todos evangélicos. (Vinny, 24 anos)

Discursos religiosos, médicos e do direito ecoam por espaços variados e chegam aos ouvidos da “bixa” para informar o quanto ela está em desacordo com as normas e como está sujeita a ações coercitivas.

Oliveira (2018), afirma que todos esses termos dizem que o relacionamento sexual e afetivo entre pessoas do sexo e do gênero masculino não é humano, não é honesto e, por isso, seus sujeitos não podem ser o centro e a margem, o lado de fora e sim um lugar. O lugar para quem expressa pecado, perigo, anormalidade, fragilidade física e emocional, inadequação a determinadas atividades profissionais, falta de caráter, propensão ao crime, dificuldade de conviver em sociedade, etc.

Esses discursos são localizados em diversos espaços, como a escola, por exemplo, onde concentramos nossa atenção, por sermos professores e também por ter vivenciado nesse espaço variadas formas de interdições.

Dessa forma, a homossexualidade e suas interseccionalidades passam a ser identificadas como anormal, um monstro, passam a ser indesejada, uma ameaça à ordem, à moral e aos bons costumes, sendo vítima de violência de diversas formas, física, verbal e/ ou psicológica. Andrade (2015) corrobora dizendo que:

Tal violência é justificada como uma forma correta e justa de tentar corrigir esta anormalidade, pois para seu bem é melhor assumir sua identidade sexual genética (natural). A pressão é tão grande que muitos acabam, forçadamente, entrando neste jogo, outros se matam e alguns resistem na luta. [...] somos controlados e normatizados por múltiplos processos de poder. (ANDRADE, 2015, p. 138-139)

A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiã das normas de gênero e sexualidade, produtora da heterossexualidade. Em BENTO (2011, p. 555), ela nos apresenta a seguinte provocação: “dessa forma, como conviver em um ambiente no qual você não pode ser você?” E percebemos isso quando os colegas promovem propositadamente a invisibilização e o desrespeito para com esses alunos nas salas de aula, negando-lhes o direito de se expressar, de falar. Acompanhemos mais estes depoimentos elucidativos:

Teve muitas situações complicadas na escola, principalmente, quando eu ia fazer apresentação, porque os meninos da sala nunca ficavam quietos, faziam barulho e faziam chacota de mim. E quanto isso acontecia, se fosse professor homem ele nem ligava, deixava o pau quebrar. Se fosse professora mulher, ela tomava minhas dores e reclamava os alunos. E teve uma vez que a professora os reclamou e eles levantaram e saíram deixando o meu grupo apresentar sozinho para professora. Neste momento, eu pensei em desistir de tudo mais uma vez porque a escola não era um espaço para mim. (Vinny, 24 anos)

Quanto ao depoimento de Fábio, 42 anos, estudou até a antiga 7ª série do Ensino Fundamental e desistiu dos seus sonhos de estudante, especialmente, por não suportar o ambiente hostil da escola, juntamente com a situação socioeconômica da sua estrutura familiar.

Na minha infância era muito difícil, pois, eu morava na roça e era difícil ir para escola, e sofria muito preconceito na escola. Muito difícil mesmo. Era tão difícil ir à escola, às vezes, eu ia porque não tinha comida em casa, não tinha como tomar café ou almoçar, então eu ia, porque lá tinha coisas para comer. Era muito amigo da moça da cantina; ela sempre me dava biscoito. Eu sempre soube que era gay, era diferente, nunca cheguei a falar com ninguém de minha família abertamente, mas todos sabiam de minha opção. Estudei em duas escolas, Nadir Chagas e no Alexandre Porfírio; sofri muito preconceito, eu era chamado de xibungo, e ainda de fumo preto, e pior, às vezes, me chamavam de fumo preto queima rosca, sofri preconceito tanto pela cor de pele quanto pela opção sexual, da minha origem de zona rural, de ser pobre.

O que mais nos chamou atenção no depoimento de Fábio e que deu origem a parte do título deste artigo, foi o fato dele ter nos relatado que escutou acidentalmente de uma professora a seguinte frase a respeito da sua identidade: “*Além de bixa, é preta, é pobre e afeminada*”. Com isso, percebemos nitidamente o quanto a escola é um campo de

exclusão, o quanto ela rejeita aqueles que não se enquadram nas heteronormas, especialmente, os que trazem nos seus corpos vários marcadores de identidades. “Tudo que está inadequado a regra, tudo que se afasta dela”, tudo que está no “campo indefinível do não-conforme” é “passível de pena” (FOUCAULT, 1999, p. 164). A escola, neste caso, apropriou-se do que Foucault chama de “a arte de punir”.

Os alunos homossexuais, os alunos bixas dentro da escola são vistos como antieducativos, e seu devir faz a escola perder o norte, na concepção da heteronorma, refazer o prumo, reinventar os mapas e as cartografias de sua existência. O que parecia certo, definido, inquestionável agora é fluído, e os alunos gays, efeminados são vistos como culpados, porque foram eles quem questionaram a geografia dos sentimentos e a cartografia dos desejos mais íntimos, uma vez que fomos historicamente treinados para formar cidadãos conformados e obedientes ao sistema ditatorial do qual fomos e somos vítimas. Andrade (2015) nos provoca afirmando que a escola é dominada por normas e regras, tudo é muito bem orquestrado. Cada parte, cada minuto nela está sob olhares que policiam os jovens para que nada saia do previsível, do imaginável, do controlável.

Na hierarquia da escola, os(as) aluno(a) ocupam o último nível, a parte mais baixa da pirâmide escolar, cabendo apenas a obediência, pois é para eles(as) que existe todo aquele aparato que objetiva torná-lo um(a) cidadão(ã) previsível, enquadrado(a) em um padrão idealizado e hegemônico de homem e de mulher. Para este trabalho de “modelagem” do(a) aluno(a) existem normas, regras a serem cumpridas, assim como punições para os casos que ousarem resistirem ao modelo até que sejam adequados ou, caso contrário, abandonados (expulsos). (ANDRADE, 2015, p. 224).

A escola tenta, de todas as formas, “prevenir a devassidão e a homossexualidade” que é tida como um “imperativo de moralidade” (FOUCAULT, 1999). Não nos surpreende que pela moral e bons costumes os homossexuais, sobretudo, os assumidamente gays sejam impedidos ao acesso e permanência na escola por valores cristalizados na rotina escolar, sendo, muitas vezes, imperceptíveis por aqueles ou aquelas que não conhecem e não reconhecem seus modos de vida, pois estamos inseridos numa cultura heteronormativa, na qual o determinismo biológico dita as regras de interação social, a chamada penistocracia (ANDRADE, 2015).

Nossos entrevistados, então, ora gay afeminado, ora viado, ora bixa, às vezes pretos, às vezes negros, contribuíram para problematizar a experiência escolar de



sujeitos que escapam às normas cis heterossexuais e dão dicas da existência de uma infância/adolescência bixa. A zombaria, o escárnio, o deboche, que decorrem da ideia de degradação ou degenerescência, são constitutivas da vida homossexual desde sua infância como conceito e, portanto, prática (ZAMBONI, 2016). Não é qualquer homossexual. Não é qualquer homossexualidade que está na mira dos/as normatizadores/as de plantão. É aquela associada aos trejeitos, ao *afeminamento*, à *bichisse*, às masculinidades ditas periféricas.

Suas identidades sexuais, construídas socialmente, eram utilizadas para manter a cis heterossexualidade como a norma e como a única normalidade, que fabrica formas de ser e estar no mundo, que conforma personalidades, que aprisiona pessoas em segredos, mentiras, isolamento, vergonhas e medos, que legitima violências, que reifica a desigualdade de gênero, que humilha e desqualifica, que se baseia em preconceitos e estereotípias, que estigmatiza. A heterossexualidade está a serviço do poder, do controle social da libido e dos corpos, tornando-os dóceis e manipuláveis (BUSIN, 2008, *apud*, OLIVEIRA, 2018).

#### 4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Com esta pesquisa, confirmamos que, através da negação, a interseccionalidade se materializa. A homofobia é acionada como um elemento fundamental na constituição da negritude, assim como o racismo é peça-chave na construção de uma homossexualidade padrão, que procura negar a possibilidade de existências que escapam à normatização e normalização dos corpos.

Logo, precisamos pensar urgentemente em formas não normatizadoras e não coercitivas a fim de produzir um ensino e aprendizagem com, pela e para as diferenças. Soares e Fontes (2019) nos leva a refletirmos acerca da necessidade de uma pedagogia transgressora, onde tem a ver com quebra de paradigmas, com inovação, com questionamentos e com rupturas. Uma escola que trabalhe uma pedagogia que não vise encarcerar mentes e corpos, mas libertá-los/as.

Vivemos numa sociedade onde tem na sua herança a escravidão, o colonialismo branco, patriarcal, judaico-cristão e cis-heterossexual ainda fortemente presentes no modo como organizam a sociedade e, conseqüentemente, o nosso sistema educacional.

A quem interessa a manutenção de uma educação que não transgrida determinados limites? Da coexistência do múltiplo, do diverso, do contraditório, das diferenças? Uma educação que não questione a violência da expropriação do capital, as desigualdades socioeconômicas, o racismo estrutural, o sexismo, o machismo e suas violências de gênero e sexualidades, as vulnerabilidades a que estão submetidos às populações de pessoas excluídas, como indígenas, pessoas em situações e rua, dentre outras, não pode produzir em algum futuro respostas concretas para modificar as estruturas de opressão à qual nossa realidade está imersa.

A ideia de educação “bancária” levantada por Freire (1987) responde a um projeto nacional de docilização dos corpos, para obedecerem, serem passivos, não pensarem e não questionarem. Faz parte de uma estratégia política e militar. E o que isso nos diz sobre pedagogias transgressoras? Uma pedagogia transgressora tem a ver com quebra de paradigmas, com inovação, com questionamentos e com rupturas.

Para Soares e Fontes (2019), que cita Hooks (2013), as tendências pedagógicas implementadas no Brasil, mesmo as que se afastavam de perspectivas mais dominadoras e controladoras, como as tendências liberais tradicionais e tecnicistas, ainda perpetuavam situações de opressões contra os gêneros e as sexualidades dissidentes. Por isso, é importante refletir e implementar práticas pedagógicas transgressoras, cujos objetivos são sempre ampliar o direito de existência dos sujeitos, ter no processo de ensino e aprendizagem a liberdade para criar, duvidar e questionar pressupostos científicos, técnicos e filosóficos institucionalizados e produzir um ensino voltado para a coexistência na diferença.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Editora Léa Carvalho. 1ª. Ed. – Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v.19, n. 2, 2011. Pags: 500-567.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Vidas Lixadas: crime e castigo nas narrativas de travestis e transexuais brasileiras**. 1ª ed./Salvador, BA: Editora Devires, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Um diálogo sobre os prazeres do sexo**. Nietzsche, Freud e Marx: *TheatrumPhilosoficum*. 2. ed. São Paulo: Landy, 2005.

\_\_\_\_\_, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1999

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

LUZ, Robenilton dos Santos. A Intersecção dos Conjuntos: gays e lésbicas negras em confronto com as hegemonias e sub-hegemonias. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. Pags. 119 – 129.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2013.

OLIVEIRA, MeggRayara Gomes de. Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação! **Periódicus**, Salvador, n. 9, v. 1, maio-out. 2018 – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades. Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Endereço: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>. Pags: 161-191.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 15-23. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624> Acesso em: 18 fev. 2019

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, n.11 (2), pags. 263-274, ano 2008.

SILVA, Alessandro Soares da. Memória, Consciência e Políticas Públicas: as Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas públicas inclusivas. **Revista Electrónica de Psicología Política**, Año 9 N° 27 – Noviembre/Diciembre de 2011, p. 127-158. Disponível em <http://www.psicopol.unsl.edu.ar/abril2012-nota09-Memoria,%20conciencia%20y%20pol%EDticas%20publicas-el%20papel%20de%20las%20marchas%20del%20orgullo%20LGBT.pdf>

SOARES, Mayana Rocha; FONTES, Ramon. **Pedagogias Transgressoras** - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ZAMBONI, Jésio. **Educação bicha: uma a(na[l])rqueologia da diversidade sexual**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

# Participação social e a questão das políticas públicas de gênero nos municípios de Vitória da Conquista e Poções – BA

*Lucas Aguiar Tomaz Ferreira<sup>4</sup>*

*Mateus Costa Santos<sup>5</sup>*

*Fernanda Viana de Alcantara<sup>6</sup>*

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta um estudo a respeito das relações e a participação social no contexto da discussão sobre as políticas públicas de gênero no Território de Identidade Sudoeste Baiano – TSB formado por 24 municípios: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajerú, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista (ver Figura 1 localização do TSB). Para analisar como ocorre o processo de participação dos LGBITQ+ e mulheres e o acesso as políticas públicas de gênero realizou-se um recorte espacial nos municípios de Vitória da Conquista e Poções – BA.

A Bahia tem 27 Territórios de Identidade. Por sua vez o Território de Identidade Sudoeste Baiano – TSB possui uma área de 26.809,99 km<sup>2</sup> com a população de 698.719 habitantes sendo 345.444 a população masculina e 353.275 a população feminina, segundo a Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia - SEI, 2018. Logo, pode-se afirmar que a população feminina é maior dentro de território.

---

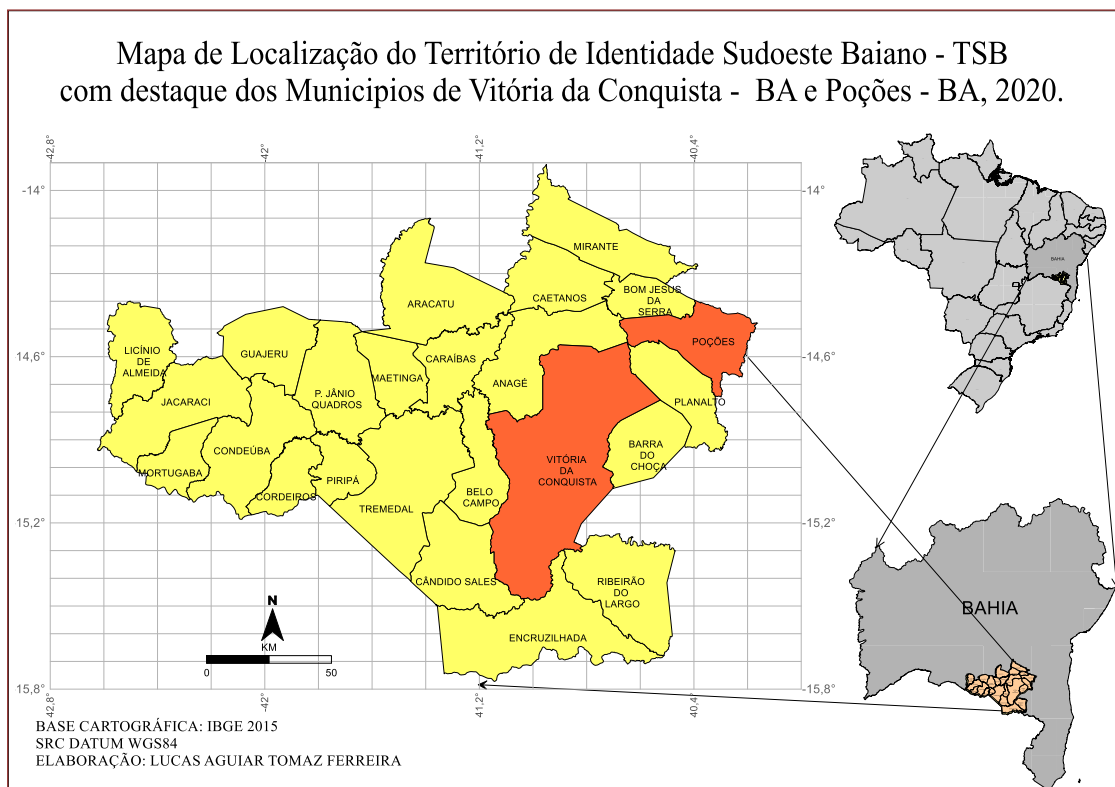
<sup>4</sup>Discente de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET/UESB) lucasaguiar04@hotmail.com

<sup>5</sup> Discente de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Sergipe, Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET/UESB) mateuscosta83@hotmail.com

<sup>6</sup> Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB. Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET/UESB). fernanda.alcantara@uesb.edu.br

A abordagem territorial do desenvolvimento apresenta-se como uma estratégia, consolidada nos anos de 1990, que oportuniza a construção de espaços de participação social para o planejamento e gestão das políticas públicas. A referida estratégia abrange a inserção e interação de diferentes aspectos, dentre os quais estão: a Educação, Saúde, Inclusão Produtiva, Cultura, Gênero e outros. Nesta quadra, a questão de gênero é tratada como ponto de pauta nos espaços de discussões e de planejamento das políticas públicas e, em diferentes esferas da sociedade brasileira. As referidas discussões têm oportunizado a inserção de grupos tratados como minorias, com destaque a população LGBTQIA+ e mulheres.

**Figura 1:** Mapa de Localização do Território de Identidade Sudoeste Baiano com destaques dos municípios de Vitória da Conquista e Poções - BA, 2020.



Fonte: Ferreira e Oliveira, 2020.

Na Bahia, os dados divulgados pelas instituições e imprensa revelam registros de violências sofridas contra estes grupos diariamente, segundo o Grupo Gay da Bahia – GGB em 2018, ocorreram 420 assassinatos oriundos por homofobia e em 2019 cerca 126 LGBTQIA+ foram assassinados no primeiro semestre do mesmo ano, sendo assim, a cada 23 horas morre um LGBTIQ+ em todo o território nacional. Nos casos dos

femicídios foram 1.310 casos, tendo a estatística que a cada 7 horas morre uma mulher, segundo Secretária de Políticas Públicas Para Mulheres, 2019.

Em pleno século XXI, as mulheres ainda sofrem agressões de seus companheiros e companheiras, perpassando pela violência física, verbal, moral, psicológica e financeira. Mesmo com a Lei nº 11.340 de 2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, que foi um marco na proteção dos direitos das mulheres.

Por sua vez, o grupo LGBTQI+, até meados do ano de 2019, não possuía nenhuma lei específica para proteção de suas garantias constitucionais, sendo, então, submetidos ao crivo de leis genéricas que não tratam das especificidades, a sociedade brasileira ainda está entrelaçada ao conservadorismo e ao silêncio, que leva ao descaso e reforça a discriminação e exclusão deste grupo. Ressaltando que o crime de homofobia no Brasil foi incorporado a lei de nº 7716/89, que é a lei que caracteriza a lei anti-racismo. Neste viés é um fator importante para os avanços da luta por igualdade, porém não é a solução, pois, não é o código penal que reverterá o caso, mas sim o acesso à educação e empoderamento dos sujeitos.

Enquanto ciência social, a Geografia, apresenta condições de contribuir na análise da temática apresentada, do conjunto das suas principais categorias analíticas: o espaço, a região, o território, o lugar e a paisagem; o território é a categoria de análise que contribui na discussão da abordagem territorial e das políticas públicas de gênero, pois contém principalmente as relações de poder, a cultural, a identidade e os aspectos socioeconômicos. E também possibilita analisar as relações de produção do espaço e, assim, colabora para a compreensão das configurações socioespaciais.

Na construção do presente estudo adotou-se a abordagem qualitativa, uma vez que a pesquisa qualitativa, segundo Gil (2008), tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, e como procedimentos metodológicos, foi realizado: levantamento bibliográfico com diferentes olhares da temática investigada.

Simultaneamente ao levantamento bibliográfico foi utilizado o procedimento da observação, que, segundo Golderbeng (1998, p. 52), é necessária a observação para ter um melhor resultado para compreensão. “[...] Observar aspectos diferentes sob enfoques diferentes, não pode só contribuir para reduzir o *bias*<sup>7</sup> da pesquisa como, também,

---

7 É um termo da língua inglesa bastante comum entre os cientistas que realizam pesquisas de cunho sociais. Pode ser traduzido como viés, parcialidade, preconceito, no contexto da pesquisa qualitativa pode-

propiciar uma compreensão mais profunda do problema estudado.” E também o acompanhamento das reuniões das plenárias do Colegiado Territorial do Sudoeste Baiano – TSB, que ocorrem de forma periódica, a cada três meses, no Município de Vitória da Conquista – BA. Registrou-se as formas de participação das mulheres e LGBTQIA+ dentro deste espaço de discussão, além do acompanhamento das reuniões das câmaras temáticas<sup>8</sup> de Mulheres e Cultura.

Em um segundo momento foram confeccionados roteiros de entrevistas. Conforme Gil (2002, p. 115), a entrevista “[...] pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação “face a face” e em que uma delas formula questões e a outra responde.”. Gil (2002) afirma que a entrevista é uma técnica de interrogação, que proporcionará uma investigação precisa do ponto de vista do pesquisador, ou seja, poderá ser observado os conceitos, as posições e teorias, comportamentos e expressões que os sujeitos da pesquisa apresentaram, que possibilita, uma melhor desenvoltura na análise do comportamento não verbal. Tal instrumento foi utilizado, com a Coordenadora do Colegiado, Câmara Temática Gênero, com as Coordenações dos Centros de Referência a Assistência Social – CRAS dos Municípios de Vitória da Conquista e Poções – BA e a Coordenação de Proteção e Amparo ao Direitos dos LGBT – CPADLGBT de Vitória da Conquista – BA.

Fez-se, ainda, um rigoroso levantamento de noticiários nos diferentes meios de comunicação, tais como: *sites* e *blogs* dos municípios sobre violências sofridas por mulheres e LGBTQIA+ e também propostas de combate a essas agressões e assassinatos. Foram coletados dados secundários das plataformas digitais dos órgãos de pesquisa do governo, tais como: Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia – IBGE, A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, e o Grupo Gay da Bahia – GGB.

A pesquisa apoiou-se na análise dialética, que segundo Sposito (2004) ocorre por meio das inquietações do senso comum que se dão futuramente na contradição e chega por fim a verdade.

---

se afirmar que é tendência ou distorção do julgamento de um de um pesquisador por estar ele envolvido como objeto de observação.

<sup>8</sup> Câmaras Temáticas, espaços de participação vinculados ao Colegiado Territorial, composta por especialistas e/ou pessoas que se identifique com a temática a ser discutida, e tem como objetivo estudar, analisar, discutir e planejar ações sobre assuntos específicos para ser apresentada as decisões do colegiado territorial.

Em nome da dialética, com a aparência de uma lógica correta, quanto se fez, em termos de ciência (e quanto se enganou)! Em nome da Verdade, produziu-se conhecimento, vulgarizaram-se expressões... e muitas pessoas passaram tangenciando a ciência sem deixar rastros ou contribuições. É para discutir a concretude da dialética como método [...] (SPOSITO, 2004, p. 41)

Para interpretar ou analisar algum fenômeno, a dialética segundo Sposito apresenta tem 3 leis (2004, p. 45), sendo: “1) a transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; 2) a unidade de interpenetração dos contrários, e 3) a negação da negação. A relação entre o sujeito e o objeto se desenvolve como uma via de mão dupla para que não exista soberania de nenhuma das faces. Nele, pode-se afirmar que o método dá uma criticidade necessária para análise da participação social das Mulheres e LGBTQIA+ e o debate da questão de Gênero no Território de Identidade do Sudoeste Baiano – TSB.

O entrelaçamento das questões sociais e mudanças políticas, econômicas e ambientais, no contexto mais recente do Brasil e do mundo, que culminam com novas formas de reorganização do espaço, provocou, também, a descoberta de diferentes problemas de pesquisa e novas formas de leituras da realidade pela ciência geográfica.

## **2. O TERRITÓRIO E A ABORDAGEM TERRITORIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO**

O espaço geográfico está em constante transformação tanto em seus aspectos físicos quanto sociais. O principal transformador deste espaço é o homem organizado em sociedade, que o molda, na maioria das vezes, para criar melhores condições vida. Cabe à ciência geográfica analisar as dinâmicas da produção do espaço geográfico. Neste sentido, não se tem um espaço solidificado e, sim, dinâmico, produzido e (re)produzido por meio das relações da sociedade e natureza.

Dentre as categorias da Geografia, o Território apresenta-se como aquela capaz de sustentar as discussões teóricas, bem como a relação teoria e realidade da presente pesquisa. Nesta direção, Raffestin (1980, p.143) propõe a dissociação do espaço e território, “Espaço e território não são termos equivalentes” e define “É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático [...] em qualquer nível.” (RAFFESTIN, 1980, p.143).



O autor contribui ao afirmar que o espaço tem relação com tudo que é produzido e o território está ligado com a relação de poder. Como se pode observar:

[...] O território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora a produção, por causa das relações que envolvem que se inscreve num campo de poder. Produzir uma relação do espaço já uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto de no espaço é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (RAFFESTIN, 1980, p.144)

Também neste cerne da leitura do território através das relações humanas, principalmente a importância dele para essas atividades, “[...] o território é fonte de recursos e só assim pode ser compreendido quando enfocado em sua relação com a sociedade e suas relações de produção, [...], ou seja, pelas diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para se apropriar e transformar a natureza” (SPOSITO, 2004, p. 112-113).

Por sua vez, Corrêa (1995. p. 62) aborda o caráter político do território: “O território é a ação social (expressão política) implica a organização dos componentes do espaço geográfico em processos concretos que procuram alcançar os objetivos comuns.” É notório que o território não está desvinculado do espaço e sim é parte dele, onde pode-se observar, de melhor maneira, a interação do homem com o meio, ao produzir, transformar e moldar esses territórios para sua existência.

Para além dessas contribuições conceituais sobre o território como categoria de análise da Ciência Geográfica, alguns países inclusive o Brasil a partir da década de 1990 adotam o território como unidade de planejamento para execução das políticas públicas. A respeito da utilização do território como unidade de planejamento, Perico (2009) define território:

[...] como a dimensão política do espaço – reconhecido e identificado – como uma unidade da gestão política que distingue e a ele atribui existência, de certa forma, institucionalizada. Nem sempre o território se constitui em uma entidade territorial, como município, província, departamento ou estado. É suficiente ser reconhecido como unidade que pode controlar ou interagir [...]. Logo pode ser a bacia de um rio, a união de organizações [...], um espaço com nítidas características étnicas ou um espaço definido por redes econômicas bem caracterizadas. (PERICO, 2009, p. 26)

Essa conjuntura revela novos desafios para as discussões a respeito do território tanto para a Ciência Geográfica, como para outras áreas do conhecimento e órgãos de planejamento que passam a utilizar a categoria. A utilização do território como unidade de planejamento traz à tona novas contribuições à sua concepção e, nesta quadra, Dias (2016) apresenta a categoria, conforme a abordagem da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT<sup>9</sup>:

[...] espaço físico, geograficamente definido, [...] caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultural, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam internamente e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (DIAS, 2016, p. 27)

No contexto político-institucional da SDT (2003), Perico (2009) e Dias (2016) acrescentam que a identidade se expressa como uma forma de territorialidade que demonstra o sentido de formação política de cada indivíduo e a vontade coletiva somados tem o resultado de nacionalistas, patrióticos, regionalistas, um amor pelo espaço vivido e várias manifestações da força social. Ainda a respeito da utilização da categoria para o planejamento e como unidade de execução das políticas públicas, Alcantara (2013) afirma:

Pontua-se que as categorias de estudo da geografia vem sendo utilizadas e direcionadas para o ato de planejar [...] e merece destaque o território. Atos diretamente vinculados à [...] reprodução do homem no espaço, e logo construído temas de investigação recai sobre a perspectiva da análise geográfica. (ALCANTARA, 2013, p. 84-85)

O estudo do território na perspectiva da política do desenvolvimento territorial, no Brasil, ganhou a atenção dos estudiosos de diferentes áreas do conhecimento e também das esferas estatais, e destaca-se a esfera municipal, pois o planejamento torna-se fundamental no processo de consolidação das políticas públicas, especialmente por tratar das questões relacionadas à criação dos chamados espaços de participação.

---

<sup>9</sup> É importante destacar que a SDT não existe mais em cenário nacional, ela foi extinta junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário a qual pertencia. Porém, no caso da Bahia a política de desenvolvimento territorial fica a cargo da Secretaria de Planejamento - SEPLAN que foi instituída em 2014 pela Lei Estadual nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014. (SEPLAN BAHIA, 2014)

Logo, o planejamento precisa ser discutido dentro dos denominados espaços de participação social, previsto desde 1988 na Carta Magma do Brasil, tais como: Conselhos Municipais, Colegiados Territoriais, Câmaras Temáticas e Técnicas dentre outros. Nesse sentido, Dias (2016) expressa:

O objetivo primordial da SDT seria em sua concepção, dar sustentação a um processo em que a preocupação social se entregaria às questões econômicas, onde a distribuição da renda e ganhos sociais pudessem adquirir uma dinâmica comum, portanto, o desenvolvimento territorial/local se processaria por meio da mobilização dos fatores econômicos [...] sociais [...] e políticos. (DIAS, 2016, p. 27)

Neste sentido, os espaços de participação social previsto pela SDT recaem no conceito de “espaço público” de Arendt (2007), que é idealizado um espaço de participação política que visa à pluralidade e a liberdade de um determinado sujeito.

A respeito da abordagem territorial propagada pela SDT, o estado da Bahia se destacou no cenário nacional por meio da constituição dos seus chamados Territórios de Identidade pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. É importante frisar que essa territorialização estava alinhada com as propostas de planejamento do Governo Federal, tais como a formulação dos territórios Rurais<sup>10</sup> e os Territórios da Cidadania<sup>11</sup>.

O Colegiado Territorial<sup>12</sup>, nesta cena, é o principal mecanismo para reunir e promover a participação dos sujeitos sociais do território. Segundo Alcantara (2013), o colegiado é um “Campo de Forças” e Leite (2009) o denomina como “Arenas” e, assim, reforça o conceito da natureza do território que é ligado ao poder. Neste sentido, se faz

---

<sup>10</sup>“Territórios rurais é a definição para que considera um conjunto de aspectos comuns compartilhado por uma determinada região do país que reúne municípios. Esses territórios têm características relacionadas à cultura, ao funcionamento da economia, às relações sociais entre as pessoas que ocuparam aquele espaço historicamente e que desenvolveram uma série de identidade. Um exemplo importante é o Vale do Ribeira, ou o Território Estrada de Ferro. São territórios cuja ocupação trouxe certa identidade ao lugar. Os vales normalmente têm relação com os rios. [...] Todos os territórios com que o MDA trabalha são rurais. Esse é um conceito que somente o Brasil utiliza como organizador de políticas públicas.” (MDA, 2018, p1)

<sup>11</sup> “O Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltados às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações.” (MDA, 2008, p.3)

<sup>12</sup>Colegiado territorial é espaço de discussão, onde seu corpo é composto de representação de cada município que compõem os territórios, por isso é denominado de colegiado. É relevante destacar que essas representações são formadas por organizações da sociedade civil e do poder público.

relevante estudar de que maneira são conduzidas as discussões e debates sobre a questão de gênero nestes espaços, uma vez que, de acordo Beauvoir:

O mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente. É revelada à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnologia que poderemos compreender hierarquia do sexo se estabeleceu.(BEAUVOIR,1939, p.81)

E com a ciência Geografia não poderia ser diferente, como expressa Silva:

A razão de suas ausências dentro do discurso geográfico deve ser entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade dos saberes que compõem as sociedades e suas variadas espacialidades. (SILVA, 2009, p. 26)

Ao analisar o pensamento de Silva, constata-se que a discussão do saber geográfico se constituiu durante muito tempo por meio da hegemonia da masculinidade e da heterocisnormatividade que se tem relação intrínseca ao poder. Neste sentido, a autora expressa à existência e a atividade de luta para incluir o debate de gênero ao debate e análise da Geografia, sobretudo, a Geografia Brasileira:

[...] Não podemos deixar de questionar a impermeabilidade da geografia brasileira a esse movimento político-científico e, acima de tudo aguçar nosso senso crítico para compreender que os princípios que organizam a produção discursiva da ciência hegemônica são os mesmos que produzem os silêncios e as ausências. (SILVA, 2009, p. 27)

É importante destacar que a discussão de gênero dentro da Geografia se dá em virtude da corrente de pensamento Humanista ou Cultural que reconheceu como parte das análises desta ciência o movimento feminista. Neste sentido, afirma a diferença existente no espaço ligado as relações entre corpos, identidade e poder na produção do espaço material e (i)material (SILVA, 2009).

Reforça-se a contribuição de Silva (2009) sobre o quão é importante debater Gênero na Ciência Geográfica, pois a luta para reconhecimento e respeito é um fenômeno existente na produção do espaço geográfico.

### 3. BREVE LEITURA E CONTRIBUIÇÕES SOBRE GÊNERO E O CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

No decorrer dos anos percebeu-se que não se deve definir gênero por meio da genitália biológica de um indivíduo, sabe-se que o gênero vai muito além do corpo físico e há inúmeros gêneros entre os extremos, popularmente definidos como homem e mulher (vale ressaltar que esses dois tipos de classificações estão intrinsecamente ligados ao órgão sexual).

O site intitulado como “Põe na Roda”<sup>13</sup>, trata especialmente de assuntos ligados a gênero, com foque aos gêneros LGBTQIA+, em matéria escrita por Pedro HMC (2018), diz que no Brasil existe três diferentes gêneros<sup>14</sup>. E o site “Recanto das Letras” expõe que existem 17 tipos de gêneros<sup>15</sup>, porém nem todos foram reconhecidos.

Por meio dessa afirmação, antes de entender sobre a questão de gênero se faz necessário debruçar sobre a “História da Sexualidade I: A vontade de saber” de Michel Foucault (1977):

Afinal de contas, somos a única civilização em que certos propostos recebem retribuição para escutar cada qual fazer a confidência sobre seu sexo: como se o desejo de falar e o interesse que disso se espera tivessem ultrapassado amplamente as possibilidades da escuta, alguns chegaram até a colocar as suas orelhas em locação. (FOUCAULT, 1977, p. 13)

Evidencia-se quanto a falta de diálogo sobre sexualidade dentro da civilização fez com que se criasse um *tabu*<sup>16</sup> que até hoje é refletido na sociedade mundial, e brasileira.

Para o autor:

A idéia do sexo reprimido, portanto, não é somente objeto de teoria. A afirmação de uma sexualidade que nunca fora dominada com tanto rigor como na época da hipocrisia burguesia negociada e contabilizadora é acompanhada pela ênfase de um discurso destinado a dizer a verdade sobre o sexo[...] dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo e o poder a relação não é repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril (FOUCAULT, 1977, p. 13)

13Endereço do site Põe na Roda: <<https://poenaroda.com.br>>

14Disponível em: <<https://poenaroda.com.br/page/8/?s=Genero+Brasil>> Acessado em 08 Jul2018 às 16h14min

15Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-sociedade/5575362>> Acessado em 14 JUL 2018 às 16h30min

16Proibição da prática de qualquer atividade social, moral ou cultural que seja reprovável.

A sexualidade estava ligada ao poder, sobretudo, quando se lembra das questões históricas, em que as mulheres foram excluídas das decisões na sociedade por simplesmente ser mulher. Neste sentido, vale citar a obra o “O Segundo Sexo” (1939) da filósofa francesa, uma das idealizadoras do movimento feminista, Simone de Beauvoir, em que faz uma análise detalhada da opressão a mulher. Ela também ressalta sobre a relação do poder com a sexualidade:

O mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente. É revelado à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnologia que poderemos compreender hierarquia do sexo se estabeleceu. (BEAUVOIR,1939, p.81)

Durante muito tempo, e até os dias atuais, perpetuou-se essa hierarquização expressa pela autora. Assim, na atualidade observa-se que há novas formas de imposição de poder, como expressa Junior (2016):

Pensa que a produção de identidade de gênero ‘normais’ também pode representar a obrigatoriedade de ‘preferir’ determinados interesses, de desenvolver habilidades ou saberes compatíveis com as referências socialmente admitidas para masculinidade e para a feminilidade. (JUNIOR, 2016, p.19)

Para o autor há uma preferência social que garante essa hierarquização, defendida por Beauvoir dentro da dualidade, que Butler (1994) também reafirma, e posteriormente abre o leque sobre o conceito de gênero e sexualidade que na contemporaneidade se pensa ainda desta forma. Ao contrário de Beauvoir diz que gênero é uma construção social, que ninguém nasce mas torna-se no decorrer do processo de construção. No pensamento de Butler, a filósofa diz que o gênero já é imposto pela sociedade antes do nascimento, que já está condicionado a genitália do sujeito para o defini-lo.

Nos dias atuais observa-se que muitas dessas práticas de opressão sobre o gênero se perpetuam de forma mascarada. Assim como a mulher, os LGBTIQ+ sofrem repressões na sociedade, alguns direitos civis são negados pelo fato de se relacionarem com pessoas do mesmo sexo biológico.

Silva (2009, p. 42) define o conceito de gênero: “[...] as normas de gênero são representações que, ao serem interiorizadas pelas pessoas no processo de atuação, jamais são reproduzidas em sua plenitude; portanto, são continuamente transformadas, subvertidas e, assim desconstruídas.”

Assim, não existem bipolaridades ao se falar de gênero; existem variações entre os extremos que se pode conceituar entre o homem e a mulher, que conseqüentemente essas extremidades se casam com os órgãos genitais, portanto, para Beauvoir (1939), não se nasce mulher, se torna mulher, e essa expressão da autora não diz respeito ao biológico, mais sim à construção social do sujeito.

A esse respeito destaca-se o pensamento de Silva sobre estas extremidades de definição de gênero:

Neste sentido, não existem em si as masculinidades e as feminilidades essencialmente verdadeiras, pois gênero é performático; ele se institui mediante atuações contínuas que, se de um lado expressão as normas de gênero, por outro comportam sua desconstrução no processo de atuação, gerando configurações fora do eixo restritivos da bipolaridade e da heterossexualidade compulsória. (SILVA, 2009, p. 42)

Corroborando o pensamento de Silva a socióloga Bento, que afirma:

Discutir gênero é transitar por um conjunto de teorias e de concepções e concepções e de explicações sobre o que é ser masculino e feminino[...] fala que gênero, a masculinidade e a feminilidade não tem nada a ver com a estrutura biológica. portanto, não tem a ver com a presença ou ausência de determinadas genitálias, determinadas características sexuais secundárias. (BENTO, 2017, p.107-108)

A definição de gênero de maneira performática (SILVA, 2009) há inquietações dentro da discussão científica, uma busca por alguns teóricos, um conceito engessado, mas esse modo de conceituar não seria viabilizado, pois gênero é uma questão fluida que não se materializa com um conceito positivista. Bento (2017, p. 118) também fala da performance sobre o gênero: “Gênero está relacionado à performance à prática e o reconhecimento social.”

O movimento dentro da ciência geográfica que viabilizou essa discussão foi o da Geografia Cultural, que afirmou alianças com as geografias feministas. De acordo com Silva,

O movimento feminista da geografia ampliou as noções das diferenças que marcam profundamente o espaço, em qualquer escala adotada para análise, e qualquer que seja o foco de interesse, vinculando as complexas relações entre corpos, identidade e poder na produção material e simbólica do espaço. (SILVA, 2009, p.43)

Este movimento tem a característica plural, pois é influenciado pelas teorias pós-colonialistas, pós estruturalistas e psicanalíticas agregando os movimentos de LGBTQIA+ e mulheres negras existentes no Brasil. Não é apenas a mulher que sofre violência de cunho físico ou moral, os integrantes da comunidade LGBTQIA+ também sofrem agressões corriqueiramente, mas quando se trata de políticas públicas sobre a temática gênero, observa-se que essa população ficou de fora como afirma Seffner (2011). O que o movimento social dos LGBTQIA+ defende que as pessoas podem ser o que quiserem, ou melhor, o que definirem e, desta forma, não há um alinhamento de reivindicações, pois muitos não têm noção da totalidade que o movimento representa. Para o autor:

Dito em outras palavras: a percepção que tenho é que, quanto mais nos organizamos para obter direitos e reconhecimento [...] A saber, quanto mais reivindicações de direitos, mais nos esforçamos para nos mostrarmos “bem na foto”, “arrumadinhos”, merecedores dos direitos que queremos obter. Quanto mais direitos, mais conformamos certo modelo “correto” e “aceitável” de ser gay, lésbicas, travestis, transexuais etc. e tal. A distância que separa a obtenção de direitos e a normalização da população LBGT é pequena, e há evidentes conexões entre estes dois movimentos. (SEFFNER, 2011, p. 60)

Pode-se verificar que conquistar direitos para essa comunidade é alinhar-se à sociedade conforme um todo, mas aí cria-se uma pergunta: quais direitos? A priori, pode-se responder direitos civis, (SEFFNER, 2011) tais como: serem respeitados pela questão, e com quem se relacionam, constituir família através do casamento perante a lei e outros. Frente a essas problemáticas, surge o movimento desta minoria que vem se destacando nos últimos trinta anos:

O movimento LGBT (a autora cita o movimento de gays e lésbicas) criou novos códigos éticos, abriram novas possibilidades para seus direitos, como a escolha do próprio sexo, por exemplo. Não se trata de um valor defendido pela sociedade como um todo; ao contrário, existe forte resistência a esta demanda, por parte de segmentos conservadores e não conservadores, principalmente nos países de tradição religiosa cristã-católica. Mas, se trata de um valor novo e este é o ponto que estamos querendo destacar, pois abarca a possibilidade de vivenciar a sexualidade. É importante destacar aqui que uma parcela da sociedade ainda demoniza e condena tratando como anormais, o comportamento afetivo/sexual dos sujeitos considerados não-heterocentrados, ou seja, cuja orientação sexual foge da norma imposta, que é a heterossexual. (JUNIOR, 2016, p.19)



Apesar das discussões, através do fortalecimento do movimento, mostra-se que essa população ainda sofre vários ataques que fazem com que esses agentes sociais sejam marginalizados, procurando subterfúgios para sua existência. Segundo Meira:

As minorias LGBT são vitimadas cotidianamente pelos mais diversos tipos de preconceitos, começando pelas próprias famílias que não aceitam suas orientações sexuais, pela escola que não compreende e não sabe como lidar na maioria das vezes com esse “tipo” de aluno, no ambiente de trabalho e finalmente a própria sociedade que os escorraçam de todas as maneiras do meio social. Onde muitos gays acabam tendo a marginalidade como alternativa de vida, e, as consequências na maioria dos casos são terríveis para esses seres humanos. Os espaços por onde estes coletivos transitam na maioria das vezes lhes são hostis, não oferecendo quase ou nenhuma oportunidade de expressarem seus desejos, opiniões, ou melhor, serem o que eles realmente querem ser enquanto gente. Vários são os relatos de homossexuais acerca das agressões sofridas nos mais variados ambientes da nossa sociedade. (MEIRA, 2018, p. 144)

Para garantir seus direitos como cidadãos é necessário ir à rua e formar movimentos sociais organizados. Vale destacar que o movimento brasileiro só ganha forças e repercussão a partir da década de 1990, conforme exposto por Meira (2018 p. 148): “No caso brasileiro, foi entre os anos de 1995 e 1997 que surgiram as primeiras Paradas do Orgulho LGBT, que não passavam de algumas centenas de pessoas cantando palavras de ordem atrás de um carro de som.” Nesta direção é importante citar a contribuição de Colling sobre o reconhecimento de algumas conquistas pelo movimento LGBTIQ+: “Qualquer avaliação sobre os estudos e políticas para a diversidade sexual no Brasil vai reconhecer uma série de avanços conquistados pelos movimentos, [...] e também vai apontar o quanto ainda temos que avançar para que a comunidade LGBT tenha os mesmos direitos que os heterossexuais.” (COLLING, 2011, p. 6).

A presença dos movimentos sociais e conquistas alcançadas pelas mulheres e LGBTQIA+, ainda não são suficientes, pois são frequentes os feminicídios e os LGBTQInocídios.

Mesmo com todas as conquistas alcançadas pelo movimento LGBT nas últimas décadas, fruto de muita luta, ainda temos muito a conquistar no cenário sócio-político brasileiro, especialmente no que tange à homofobia, onde assistimos quase que diariamente pela grande mídia notícias de assassinatos de gays ou agressões das mais variadas tipologias, desde chigamentos até espancamentos de pessoas que pelo simples fato de serem quem são pagam um preço muito alto por isso. (MEIRA, 2018, p.148)

O autor evidencia a violência sofrida pelos LGBTIQ+, e pelas mulheres que tem números elevadíssimos no cenário brasileiro. Muitas vezes esses acontecimentos não chegam ao conhecimento das autoridades, pois muitas mulheres se sentem coagidas pelos seus parceiros ou parceiras, tendo certa dependência de cunho sentimental ou financeiro - que é o mais frequente - não fazendo o pronunciamento, alimentando ainda mais a violência sofrida.

Diante do exposto a respeito da população LGBTIQ+ vale evidenciar o pensamento da filósofa francesa Beauvoir (1939) com o de construção social do conceito de gênero e em contraparte o de Butler (1994) com imposição do gênero pela sociedade. Nessa perspectiva de não depender da genitália e sim de uma construção social de lutas e resistências, mais tarde a filósofa americana Butler (1990) amplia a questão de construção social do gênero como algo construído através do caráter, não se limitando apenas ao formato do sexo, é formado pelas formas políticas que tem nessas perspectivas não se limita apenas a mulher, mas sim aos demais gêneros existentes e sempre negados dentro da sociedade.

#### **4. ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E AS POLÍTICAS DE GÊNERO NO TERRITÓRIO SUDOESTE BAIANO -TSB**

A consolidação dos espaços de participação social dos cidadãos brasileiros foi prevista desde 1988 pela Constituição Federal. No entanto, as diferentes formas de organização e mobilização no Brasil ainda são frágeis. No caso da Bahia, o desenvolvimento territorial e a construção dos espaços de participação contam também com a formulação do decreto 13.214 dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial - CODETER :

Art. 3º -Fica instituído o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CODETER, fórum permanente de caráter consultivo, com a finalidade de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas e estratégias integrantes do Programa Territórios de Identidade.

E o Decreto ainda define a composição:

§ 1º - Ao CODETER caberá coordenar, articular e propor ações que promovam o desenvolvimento territorial sustentável do Estado da Bahia, em diálogo permanente com instituições públicas, entidades da sociedade civil e Colegiada Territoriais. (BAHIA, 2010, p.2)

Para o reconhecimento dos colegiados ele expressa em parágrafo único:

Parágrafo único - O reconhecimento dos CODETERs observará as seguintes diretrizes gerais:

I - diversidade dos seus membros, assim entendida a pluralidade da participação do conjunto dos atores públicos e privados pertencentes aos territórios de identidade;

II - representatividade da sua composição, que deve reunir segmentos regionalmente organizados. (BAHIA, 2010, p.2)

Os colegiados adotam uma forma de gestão prevista pela extinta Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, em que é necessário compor câmaras temáticas com um eixo central de discussão que fica a critério das necessidades de cada território.

Muitos territórios possuem câmara temática que aborda a questão de gênero e, em alguns casos, são chamadas de Câmara Temática de Mulheres - CTM, com o objetivo de traçar mecanismos para promover maior participação social das mulheres nos espaços de discussão no território. É sabido que gênero não se limita somente a questão física/sexual, vai muito além e apresenta construído subjetivo como afirma Butlei (1990). O debate sobre gênero acontece também em outros espaços no contexto do desenvolvimento territorial, destaca-se à contribuição dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET<sup>17</sup> em alguns territórios do Brasil.

Sobre a importância da política de Gênero, Ferreira et al (2017):

[...] por meio das políticas territoriais a mulher passa adquirir mais autonomia, no momento que se insere neste contexto passa constituir uma nova territorialidade, pois suas relações sociais estabelecem uma luta pelos seus direitos, traz consigo uma carga social, além do resgate histórico em meio às desigualdades de gênero. Desta maneira, em relação ao território visa destacar que a mulher traz consigo uma dimensão simbólica de pertencimento com lugar vivência, diante disso são construídas as relações sociais por meio do espaço vivido onde são estruturadas as relações de poder, trabalho entre outras. (FERREIRA et al, 2017, p.3)

Desta forma é importante destacar que as ditas minorais, principalmente sobre a questão de gênero, sempre buscou formas de serem reconhecidas e ter seus direitos conquistados de forma territorializada tanto no aspecto físico quanto imaterial, como expressa na citação de Meira e Ferreira (2018):

---

17 Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDETs atuaram em todo país por meio da parceria entre Universidades, Institutos Federais de Educação, MDA/SDT e CNPq, presentes nas 27 unidades federativas da União, atendendo a 186 territórios. As equipes NEDET se tornaram referência no apoio ao fortalecimento dos Colegiados e da Política Territorial.

[...] formação da territorialidade a partir de determinadas identidades, de um determinado grupo. Vimos que as minorias sexuais, além da busca de um campo simbólico que os façam ser reconhecidos por seus semelhantes, em muitos casos procuram nos territórios de convivência uma proteção, pelo medo do preconceito, da abjeção, fazendo com que o território definido por essas identidades seja não só um local de convivência, mas também um espaço de fuga, um refúgio, onde o indivíduo poderá exercer sua sexualidade de forma plena, sem ser repreendido, objurgado. (MEIRA E FERREIRA, 2018, p. 80)

Registra-se, então, a necessidade do debate sobre gênero, em especial no contexto do desenvolvimento territorial, e conseqüentemente dentro da perspectiva da ciência geográfica. Uma vez que compreender a inserção e participação da mulher e dos LGBTIQ+ torna-se tema de interesse da geografia, visto que este debate pode ser concebido como um fenômeno social e a geografia tem contribuições a trazer para essa discussão por fazer parte da dinâmica de produção e (re)produção do espaço de forma material e (i)material.

## **5. OS DESDOBRAMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NOS MUNICÍPIOS DE VITÓRIA DA CONQUISTA E POÇÕES - BA**

O Brasil é um dos países que mais mata LBGTQIA+ no mundo e isso se afirmam o levantamento realizado pelo Grupo Gay da Bahia – GGB, em 2017, tendo em média 500mortes LBGTQIA+ no ano de 2017, dados divulgados através do Jornal El País<sup>18</sup>. O Brasil também lidera o ranking de feminicídios, ocupando a 5ª posição no mapa mundial da violência contra mulher em 2015, dados fornecidos pela Universidade Federal de São Paulo UNIFESP<sup>19</sup>. Para melhor visualização destes dados, seguem os mapas nas figuras 2 e 3.

Os dados coletados no ano de 2018 apontam que a Bahia ocupa o 3º lugar em LBGTQIcídos e também ocupa o 4º lugar em feminicídios, a cada 23 horas morre um LBGTIQ+ no Brasil, e quando esse indivíduo é mulher a realidade se intensifica, sendo que a cada 7 horas uma mulher é assassinada.

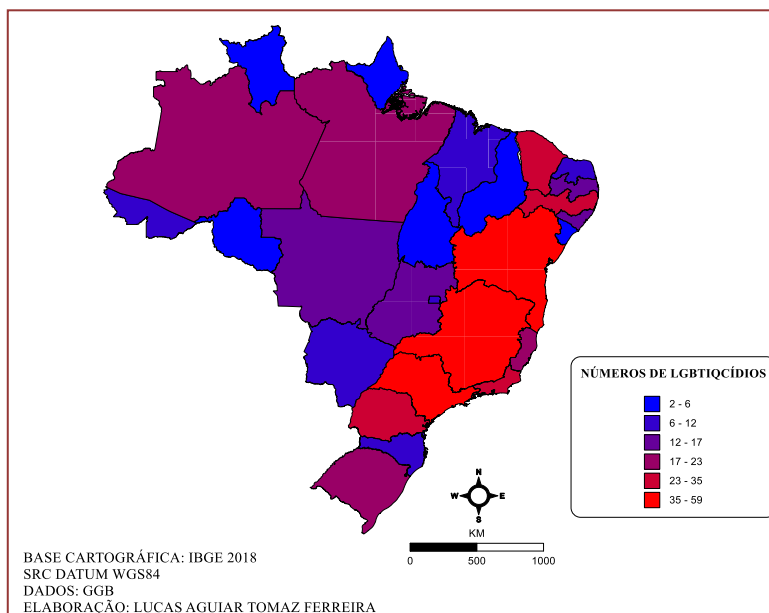
Todo esse quantitativo pode ser maior, visto que muitos homicídios ainda são vinculados a outros motivos e muitas vezes não são contabilizados adequadamente, catalogando esta violência em outros tipos.

---

18Fonte: EL PAIS < [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/17/opinion/1526578355\\_596099.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/17/opinion/1526578355_596099.html)>

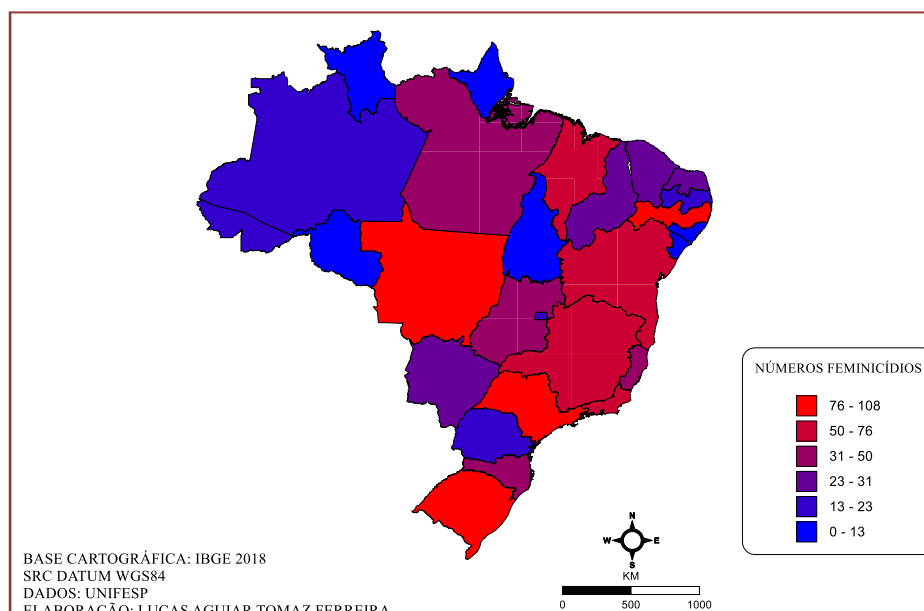
19Fonte:UNIFESP: <<http://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/2589-brasil-e-o-5-pais-que-mais-mata-mulheres>>

**Figura 2 - Mapa de Mortes de LGBTIQ+ no Brasil em 2018**



Fonte: Grupo Gay da Bahia - GGB, 2018.  
Mapa: FERREIRA, L. A. T. 2018.

**Figura 3 - Mapa de Femicídios no Brasil em 2018**



Fonte: UNIFESP  
Mapa: FERREIRA, L. A. T, 2018

Os dados e esses rankings revelam a urgência em discutir, planejar e agregar pessoas a políticas públicas para amenizar esses índices elevados. Na sequência das figuras 4, 5, e 6, verifica-se, nos municípios TSB, os registros de violência contra esses grupos: LGBTIQ e mulheres.

**Figura 4 - LGBTQIcídio na Cidade de Poções em Fevereiro de 2018.**



Fonte: Site 97 News<sup>20</sup>

**Figura 5 - LGBTQIcídios em Vitória da Conquista/BA em 05 Novembro de 2018**



Fonte: Site Observatório da UOL<sup>21</sup>

<sup>20</sup>Disponível em: <<http://www.97news.com.br/noticias/13881-pocoas-travesti-e-baleada-na-br-116-e-morre-no-hgvc-uma-jovem-tambem-foi-atingida>> acessado em: 11- Nov - 2018 às 00h30min

<sup>21</sup>Disponível em: <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2018/11/atentado-mata-travesti-e-deixa-outra-ferida-em-vitoria-da-conquista-ba>> acessado em: 13-NOV-2018 às 19:30

**Figura 6 - LGBTIQcídios em Vitória da Conquista/BA em 15 Novembro de 2018**



Fonte: Blog do Rodrigo Ferraz<sup>22</sup>

As imagens e reportagens sobre a agressão contra mulheres e LGBTIQ+ revelam que Vitória da Conquista lidera os índices, seguido por Poções. Esse índice leva-se em consideração porque Vitória da Conquista é a cidade com maior quantitativo de população do TSB seguido por Poções.

Ao analisar os desdobramentos das políticas públicas de gênero nos municípios do Território Sudoeste Baiano, bem como a participação social dos sujeitos, percebe-se que diferentes setores do poder executivo realizam a implementação de políticas públicas, dentre estes optou-se em investigar as ações do Centro de Referência a Assistência Social – CRAS, setor responsável pela prevenção a violação do direito social dos cidadãos.

<sup>22</sup>Disponível em: <<http://www.blogdorodrigoferraz.com.br/2018/11/15/conquista-assassinada-no-miro-raphaela-souza-era-uma-das-principais-militantes-lgbt-na-cidade-veja-video/>> acessado em: 15-NOV-2018 às 04h14min.

No decorrer da coleta dos dados primários percebeu-se que, apesar de existir uma entidade que unifica as demandas do território, a Câmara de Mulheres do TSB, e mesmo o próprio colegiado territorial, o CRAS do Município de Poções e a CPADLGBT do Município de Vitória da Conquista, não têm conhecimento da política de desenvolvimento territorial:

Na verdade, a gente não tem assim desenvolvido uma política conjugada ou em participação, a nível assim eu digo CRAS. Pode ser que tenha a Secretária de Assistência lá com a gestão que tenha articulação com essas políticas, mas nós enquanto CRAS a nível de desenvolvimento em pareceria com todo Sudoeste/território, não. Temos articulado sim com outros municípios a gente conversa, dialogamos sobre o desenvolvimento dos outros municípios para vermos o nível dessa ação no TSB, porque a gente não só atende no SUDOESTE ou atua, mas a gente percebe também o desenvolvimento para ver o articular do trabalho como um todo no contexto da Bahia. A gente discute, temos um grupo de coordenadores e abrimos sempre esse momento, diálogos, compartilhando nossas dúvidas um para com outro. Um trabalho que temos desenvolvido para essa questão social de empoderamento. (COORDENADOR DO CRAS POÇÕES, 2018)

Na verdade, você trouxe um elemento novo para mim, porque a gente tá trabalhando com o social, como o recorte territorial dentro do município de Vitória da Conquista mapeando território. Para melhor diálogo está trabalhando em rede com CRAS e CREAS (CPADLGBT, 2018)

Mediante as narrativas destes segmentos, fica evidente que, apesar desta unidade de planejamento, ainda há pouco conhecimento, pouca interação, resultante do processo histórico da sociedade brasileira, que não está habituada a participar e acompanhar as ações coletivas.

Outro fator relevante diz respeito ao papel dessas entidades de proteção e amparo a direitos dentro do TSB. Portanto, destacam-se as seguintes narrativas sobre o papel do CRAS na sociedade:

[...] atendemos a proteção social básica, nós somos a proteção social básica, é na verdade a porta de entrada para Secretaria de Assistência Social, agora somos nós que fazemos o mapeamento das necessidades e encaminhamos para as outras políticas, ou políticas de assistência ou as outras como educação, saúde, saneamento e tantas outras. (CRAS POÇÕES, 2018)

Neste sentido, é responsabilidade do CRAS garantir que o direito à proteção social dos sujeitos sociais em vulnerabilidade. É importante frisar que Vitória da Conquista é única cidade do Território Sudoeste Baiano, e a pioneira no interior da Bahia, que possui



um órgão específico para tratar destas demandas do público LGBTIQ+, conforme registro na matéria do site do Partido dos Trabalhadores - PT, figura 7.

**Figura 7** - Notícia sobre a institucionalização da Coordenação de Proteção e Amparo ao direito LGBT em Vitória da Conquista, 2016



Fonte: Site do Partido dos Trabalhadores<sup>23</sup>

O CRAS, e o CPADLGBT trabalham com oficinas de informação e formação deste público, para disseminar conhecimento. Sobre a existência de políticas públicas e o entendimento de gênero, os coordenadores do CRAS e da CPADLGBT afirmam:

<sup>23</sup>Disponível em: <<http://www.pt.org.br/vitoria-da-conquista-e-pioneira-em-politicas-lgbt-no-interior-da-bahia/>> acessado em: 02 - NOV- 2018 às 23h57min.

Em primeiro momento quando a gente escuta gênero o que vem a cabeça é o masculino e o feminino o primeiro conceito que a gente trás. A gente entende que hoje em dia tem se ampliado muito essa questão que a gente pode ampliar essa discussão tanto para nosso grupo de técnicos como para os nossos usuários que cada vez mais tem sido, plural e é impossível que a gente discute gênero e entenda apenas como homem e mulher, entendemos isso como uma dimensão ser humano muito mais ampla, independente da classificação masculina/feminina. (CRAS POÇÕES, 2018)

Então, é um tema novo [...] mas gênero vai muito mais do que podemos apenas observar pelo físico, pelo biológico pelo socialmente imposto como homem e mulher. Eu enquanto Gay se falasse que existem apenas dois gêneros estaria negando minha existência, não só minhas, mas das Lésbicas, das Transexuais das Travestis e enfim das pessoas que compõem essa vasta siglas LGBTIPQERSSSS, risos. (CPADLGBT, 2018)

Os coordenadores do Serviço de Proteção ao Direito Social carregam consigo esse conceito de gênero e, conseqüentemente constatou-se que os órgãos ainda não atendem à demanda de gênero.

Existem ações direcionadas aos grupos de mulheres com o intuito de promover autonomia financeira nos municípios que compõe o TSB em diversos órgãos municipais. De modo especial, o CRAS do município de Poções – BA, trabalha com cursos de produção de renda, a exemplo, corte e costura, e cursos voltado à estética. Pode-se conferir essa afirmação por meio de trechos das entrevistas desses respectivos coordenadores:

Nós temos várias oficinas que desenvolve esse empoderamento independente da classificação de gênero, são oficinas abertas aos usuários, a assistência social é para quem dela precise, pois a partir do momento que o sujeito busca o serviço entende-se que o mesmo deve ser amparado da melhor forma. Atualmente contamos com o curso de cabeleireiro, recentemente terminamos um curso pedreiro (polivalente) no qual nos deixou muito felizes, eram 20 vagas e tinham 8 mulheres fazendo o curso é um avanço a mulher entender que ela pode estar onde ela quiser, que pode conquistar muito através da força do seu trabalho e por meio destas propostas o CRAS desenvolve essas e outras possibilidades sem o peso da classificação, contamos também com o curso de manicure. Muitos desses serviços, não só do PAIF são resultado de uma parceria com o grupo de geração e renda, por que nosso trabalho quanto PAIF é fazer com que essas pessoas não sejam limitadas a determinadas situações, por meio do PAIF possibilitamos aos indivíduos o sentimento de protagonismo para que assim eles alcancem a liberdade financeira, econômica, social intelectual e tantas outras. As oficinas de geração de renda tem impulsionado muitas pessoas a procurarem a melhoria de vida de diversas formas, além dessas atuais oficinas que acontecem dentro do CRAS, temos uma parceria com a Associação de Licença Maternidade de Poções(APINC) neste órgão acontece vários cursos (profissionalizantes, terapêuticos) que tem por

função protagonizar desenvolvimento de maneira geral. (CRAS POÇÕES, 2018)

Em Vitória da Conquista, a coordenação também trabalha com oficinas de cursos de corte e costura, técnicas de beleza, além de palestras sobre de conscientização sobre LBGTIQfobia. São realizadas em toda a cidade, de forma periódica, duas vezes por semana, com ênfase nos bairros periféricos, nessas oficinas são distribuídos materiais de leitura (Figuras 8 e 9).

**Figura 8** - Panfleto informativo da Coordenação de Proteção e Amparo aos direitos LGBT, 2018.

**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DIREITOS DE LGBTs**

**Você precisa conhecer. Você precisa participar.**

**Coordenação de Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos LGBTs**

**Endereço:** Praça Tancredo Neves, 116, Centro  
CEP: 45000-425, Vitória da Conquista-Bahia  
**Telefone:** (77) 98824-4290  
**E-mail:** lgbt@semdes.pmvc.ba.gov.br

**DISQUE DIREITOS HUMANOS 100**

**VITÓRIA DA CONQUISTA**  
GABINETE CIVIL  
COORDENAÇÃO LGBT

**VITÓRIA DA CONQUISTA**  
GABINETE CIVIL  
COORDENAÇÃO LGBT

atingir um estágio de convivência social respeitosa com garantia da dignidade da vida humana. Esta é uma luta de todos nós. Os Direitos Humanos, duramente conquistados por homens e mulheres ao longo do tempo, são compreendidos hoje como os direitos básicos universais e interdependentes, estabelecidos em tratados internacionais diversos e na estrutura legal, em textos constitucionais de cada nação, assegurando direitos individuais e coletivos e determinando obrigações jurídicas ao Estado e deveres ao cidadão/cidadã.

No caso em foco, da diversidade sexual, a promoção de políticas públicas para o respeito, a valorização e a dignidade são pontos inegociáveis para a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 3ª cidade da Bahia a possuir uma Coordenação LGBT, que coloca em prática este trabalho.

**Os objetivos:**

Formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito municipal, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e a defesa dos direitos de LGBTs. É responsável pela promoção de ações municipais, com foco no debate sobre a homofobia e o direito à livre orientação sexual e identidade de gênero. As ações estimulam uma cultura de paz, com respeito à diversidade, e colaboram para que Vitória da Conquista se um território livre da Homofobia.

**As atribuições:**

Coordenar a elaboração e efetivação dos programas e projetos relacionados aos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em âmbito municipal.

- Formular, monitorar e avaliar a Política Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;
- Elaborar, analisar e avaliar a execução do Plano Municipal para promoção da cidadania e direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e

Transexuais - Vitória da Conquista sem Homofobia, a partir das diretrizes emanadas da legislação, da Conferência Nacional, da Conferência Estadual e Territorial de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

- Sugerir medidas normativas que visem à efetivação e regulamentação da Política Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
- Participar de atos e ações que concorram para promoção e o respeito dos direitos humanos em todas as suas dimensões ou pra cessar as suas violações.
- Promover conferências, seminários, debates, pesquisas, cursos, estágios, grupos de estudos e outras atividades relacionadas com a promoção da cidadania e direitos humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, cooperando com outros fóruns congêneres e com outros órgãos semelhantes para o enfrentamento à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

**Nossa Missão:**

Contribuir, de maneira efetiva, para a construção da plena cidadania dos municipes LGBTs de Vitória da conquista.

**Nossa Visão:**

Ser referência da administração pública em questões LGBTs, principalmente em relação a inclusão e ao respeito por esse segmento, implementando políticas públicas e ações afirmativas.

**Nosso Lema: Empoderamento e Respeito**

**Logo:** Símbolo de igualdade com ícones de gênero feminino e masculino sobre uma bandeira arco-íris.

Fonte: Acervo da Coordenação de Proteção e Amparo aos direitos LGBT, 2018

Figura 9 – Panfleto Informativo de Empoderamento e Respeito aos LGBTIQ+ da Coordenação de Proteção e Amparo aos direitos LGBT, 2018.

**DISQUE DIREITOS HUMANOS 100**

**PRESIDENTURA VITÓRIA DA CONQUISTA MAIS PERTO DE VOCE**  
GABINETE CIVIL COORDENAÇÃO LGBT

Pç. Joaquim Correia, 55 - Centro  
Fone: (77) 98824-4290  
CEP 45000-907 - Vitória da Conquista - Bahia  
email@pmvc.ba.gov.br

**EMPODERAMENTO E RESPEITO**

**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DIREITOS DE LGBT**

**COORDENAÇÃO LGBT**

**Homo/lesbo e transfobia** - referem-se ao preconceito e à discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais. Em muitos casos, pode resultar em violência física, agressões, mas também ocorrerá de maneira sutil, através de "brincadeiras", xingamentos, cosntrangimentos, etc.

**TEMOS UMA EQUIPE DE PROFISSIONAIS PREPARADOS PARA PRESTAR APOIO, RESPONDER DÚVIDAS E FORNECER ORIENTAÇÕES.**

**Objetivos da Coordenação LGBT**

- » Atender e orientar LGBT, familiares vítimas de discriminação e sociedade em geral sobre direitos;
- » Esclarecer dúvidas sobre saúde e serviços sociais;
- » Sensibilizar e capacitar gestores públicos e segmentos a sociedade local sobre direitos humanos e cidadania LGBT.

**Atribuições:**

- » Coordenar a elaboração e efetivação dos programas e projetos relacionados aos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais em âmbito municipal;
- » Formular monitorar e avaliar a Política Municipal da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais;
- » Elaborar, analisar e avaliar a execução do Plano Municipal para promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais – Vitória da Conquista sem Homofobia, a partir das diretrizes emanadas da legislação, da Conferência Nacional, da Conferência Estadual e Territorial de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais.

» Sugerir medidas normativas que visem a efetivação e regulamentação da política Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transsexuais;

» Participar de atos e ações que concorram para promoção respeito dos direitos humanos em todas as suas dimensões e para cessar as suas violações;

» Promover conferências, seminários, debates, pesquisas, cursos, estágios, grupo de estudos e outras atividades relacionadas com a promoção da cidadania e direitos humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, cooperando com outros fóruns congêneres e com outros órgãos semelhantes para o enfrentamento à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

**O que fazer em casos de homo/lesbo e transfobia?**

- » Anote nomes e dados (telefone e endereço) de pessoas que tenham presenciado a violência para servirem de testemunha no inquérito policial;
- » Dirija-se à delegacia mais próxima do local do crime (você pode obter essa informação no telefone);
- » Solicite ao policial que insira no registro de ocorrência a
- » Com o registro em mãos, entre em contato com a Coordenação de Promoção da Cidadania de Direitos LGBTs de Vitória da Conquista-Ba, através do telefone (77) 98824-4290), com o intuito de acompanharmos o inquérito policial junto com você e prestarmos as devidas orientações.

Fonte: Acervo da Coordenação de Proteção e Amparo aos Direitos LGBT, 2018

O Coordenador ainda expõe a importância destas oficinas para a comunidade CPADLGBT:

Então a gente tem aqui dia 29/01 oficinas, mostras historiográficas como público travesti, tem o coletivo fino [...] Que tem rodas de conversas para tratar de questões relacionada a ela, por exemplo homogeneização, garantia da manutenção do nome, respeito ao nome social, que agora é retificação encaminhamento para que possa fazer uma retificação independente da orientação sexual, a gente tem proposta para CDL discutir e ver de que forma os nossos lojistas podem está garantindo a acessibilidade do mercado de trabalho para essa população em especial, a trans. Porque percebe que é mais privilegiada menos respeitada. [...] Para poder está garantido a sobrevivência deste Público. Para esta fortalecendo novas políticas públicas e/ou garantindo direito. [...] E repito quando não se uma política direciona você se torna um cidadão invisível ou vulnerável. (CPLGBT,2018)

Em Poções registra-se a falta de atendimento aos LGBTQIA+em específico, de acordo com a coordenação, há uma procura deste grupo pelo serviço, mas afirma realizar atividades abrangentes para a população.

Não existe uma procura desses sujeitos alvos aos nossos serviços (gay, travestis, lésbicas) percebemos que falta o impulso desses também para procura de seus direitos e políticas, sabemos que em Poções tem um número expressivo desse público, porém não existe procura destes ao nosso órgão. (CRAS POÇÕES, 2018)

Um dado interessante é o acesso a essas ações nos dois municípios, que tem sua abrangência, tanto no espaço rural quanto no espaço urbano. Possui local físico no distrito urbano, a cidade, e trabalha na zona rural de forma itinerante.

## **6. PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES E LGBTIQ+ NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NOS MUNICÍPIOS DE VITÓRIA DA CONQUISTA E POÇÕES - BA**

A política de desenvolvimento territorial tem como um dos seus objetivos, promover a construção de espaços de participação dos sujeitos sociais no planejamento de ações governamentais. Segundo o coordenador do CRAS de Poções – BA, o planejamento ocorre conforme orientação do Ministério do Desenvolvimento Social, deve ser feito de forma territorializada e de maneira abrangente com diversos setores

e/ou segmentos. A autonomia dos sujeitos é observada nas narrativas do coordenador do CRAS de Poções/BA:

Bom, diante o que temos discutido em nossos encontro, em nossas reuniões, diante a procura é necessário entender que a lei da oferta necessita ser maior que a lei da demanda. Há nossa procura ainda é relativamente pequena, porém isso não impede de nós técnicos dos serviços está nos capacitando, está nos envolvendo nessa nova forma de se planejar, em discutir, em revisitar nosso conceitos de forma coletiva, em conjunto, mudá-los ou melhor reestruturá-los para que a gente tenha condição de aplicar uma forma conjunta de ações e ser referência, como o nome já diz referência. (CRAS POÇÕES, 2018)

Quanto a Vitória da Conquista – BA o coordenador do Centro de Proteção e Amparo aos Direitos dos LGBT afirma:

Temos a perspectiva de construir sede própria, que até o momento não temos, já estamos entrando em contato com a câmara de Mulheres para que podemos alcançar outros municípios, esta coordenação é municipal, mas nada impede que fortalecemos e contribuimos para outros municípios. Além até do território Sudoeste baiano, temos altos índices de LGBTfobia em Brumado, Itapetinga. E dentro do território temos Poções que tem altos índices de prostituição das travestis, que é um dos elementos mais negligenciados dentro desta enorme sigla que compomos. (CPADLGBT, 2018)

Além das ações institucionalizadas, é importante destacara criação de espaços coletivos não governamentais, a exemplo do coletivo popular denominado de “Nós da Diversidade”, incentivado pelas ações do NEDET/UESB, na cidade de Poções/BA, que tem o intuito de buscar políticas públicas para o público LGBTQIA+, conscientizar a população, divulgar informações, amparar a população LGBTQIA+ quando for necessário e sobretudo contribuir para a promoção da participação social destes sujeitos na articulação do colegiado territorial. O referido coletivo foi formado em meados de Dezembro de 2019 com a primeira reunião de formação na Filarmônica 22 de Julho e sua segunda reunião de lançamento e planejamento para o evento de divulgação do coletivo conforme Figura 10.

O Coletivo possui em sua dinâmica de funcionamento reuniões, com mesas redondas, palestras exibição de filmes e documentários relacionados à população LGBTQIA+. Todas as reuniões são registradas em ata e aprovada pela plenária e está em funcionamento frequente com reuniões uma vez ao mês e também com eventos com periodicidade.

**Figura 10** – Foto da primeira reunião do Coletivo Nós da Diversidade em 4 de dezembro de 2019 na Filarmônica 22 de Julho em Poções- BA.



Fonte: Mídia Social do Coletivo Nós da Diversidade, 2019.

No município de Vitória da Conquista – BA a Coordenação de Proteção e Amparo aos Direitos LGBTs continua realizando suas atividades de oficinas e cursos nas comunidades para sensibilizar a população contra violências sofridas pelas pessoas LGBTQIA+, a referida coordenação fez um levantamento de 34 espaços de vulnerabilidade para esta população dentro do município de Vitória da Conquista – BA. A Equipe do CPADLGBT é multidisciplinar contempla profissionais da área social, saúde e educação para atender as 120 pessoas cadastradas na organização. Até o ano de 2019 o CPADLGBT teve o total de 1.100 ações, incluindo Paradas do Orgulho de Ser LGBT, conferências, audiências e atos públicos.

Para se comemorar o mês da Diversidade<sup>24</sup> e combater a LGBTIQfobia a CPADLGBT em Vitória da Conquista realizou um evento e conscientização e respeito as pessoas LGBTIQ+, o evento recebeu a titulação de “Vitória da Conquista contra a Homoslesbotransfobia”, Figura 11.

**Figura 11-** Matéria Institucional Mês da Diversidade e o evento Vitória da Conquista contra a Homoslesbotransfobia promovido pela CPADLGBT, em 2019.



Fonte: Site da Prefeitura de Vitória da Conquista – BA, 2019.<sup>25</sup>

As ações em Vitória da Conquista ganham outros contribuintes para auxiliar a luta contra a LGBTIQfobia, a exemplo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, que promoveu um evento com exibição filmes com a temática LGBTIQ+ por meio de um projeto de extensão vinculado ao “Janela Indiscreta” e o Laboratório de

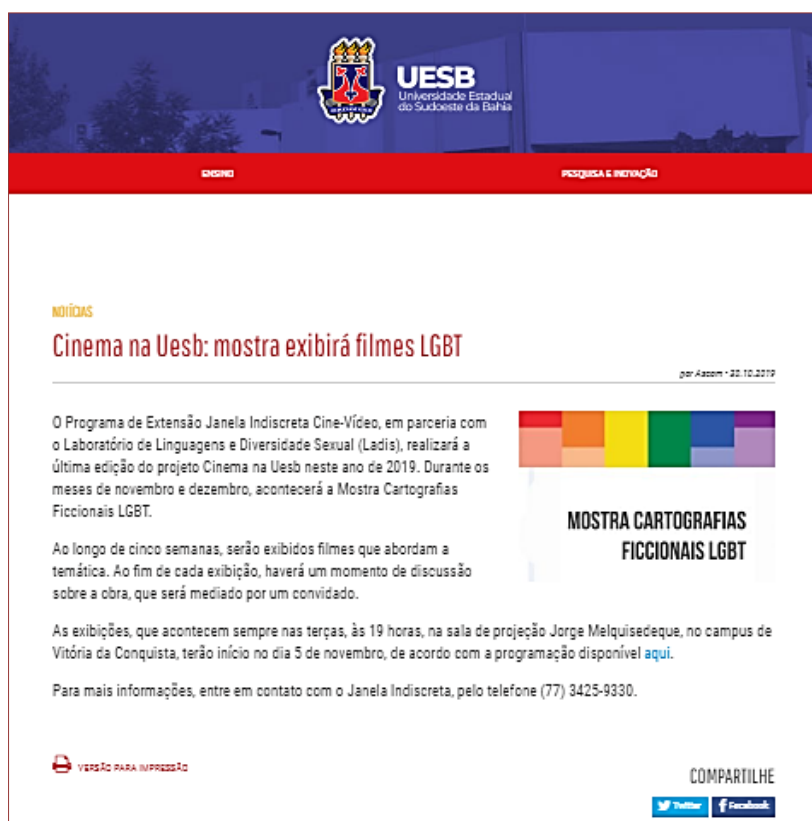
<sup>24</sup>O mês de junho comemora-se o mês do orgulho LGBTIQ+ e/ou o mês da diversidade em virtude da primeira manifestação do movimento LGBTIQ+ em 28 de Junho de 1969 em protesto ao massacre contra homossexuais em um bar de Nova York – EUA, denominado de *StonewallInn*. Neste bar era comum que houvesse batidas policiais por ser frequentado pela população LGBTIQ+. E na madrugada de 28 de junho de 1969 aconteceu mais uma batida policial com muita violência, e logo após a batida a população frequentadora do bar se revoltou com a ação da polícia se reuniram e começou a se manifestar de forma coletivas nas ruas de Nova York contra as ações de perseguição da Polícia Civil Novaiorquina. A partir desse momento a data foi marcada como o Liberation Day, dando o surgimento das paradas do orgulho LGBTIQ+.

<sup>25</sup>Disponível em: <<https://www.pmvc.ba.gov.br/mes-da-diversidade-traz-como-tema-combate-a-homoslesbotransfobia/>> acessado em: 12 - MAR- 2020 às 20h35min.



Linguagens e Diversidade no Campos de Vitória da Conquista, como se observa-se a figura 14.

**Figura 14** - Matéria sobre a Amostra de Cinema LGBT da UESB em Outubro de 2019.



Fonte: Site da UESB<sup>26</sup>

Os desdobramentos das ações para as Mulheres nos Municípios de Vitória da Conquista e Poções/BA ainda estão muito ligados a geração de rendas para essas mulheres que possam de fator se empoderar e conseguir subterfúgios para sobrevivência. Além dos cursos de geração de renda, os dois municípios possuem cursos de formação profissionalizante, oficina da saúde ao corpo da mulher que são promovidas em Poções pelo CRAS e em Vitória da Conquista em Parceria da Secretária de Desenvolvimento Humano e o Centro de Referência para Mulher.

A participação social das mulheres e LGBTQIA+ tem sido construída aos poucos, principalmente a população LGBTQIA+, pois diferentes das mulheres as organizações e instituições de pessoas LGBTQIA+ ainda não se fazem presente nas articulações das

<sup>26</sup>Disponível em: <<http://www.uesb.br/noticias/cinema-na-uesb-mostra-exibira-filmes-lgbt/>> acessado em: 10 - MAR- 2020 às 09h35min.

políticas públicas dentro da abordagem do desenvolvimento territorial e não tem representação oficializada no colegiado territorial do TSB.

Dentro do cenário do CODETER do TSB, mesmo com a desarticulação da câmara de mulheres em 2019, observa-se que há um número significativo nas reuniões da entidade e eventos promovidos pelo colegiado e o NEDET/UESB. Registra-se também a representatividade de mulheres dos 24 municípios do TSB.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos elementos teóricos expostos sobre a temática e a importância do estudo da questão de Gênero na perspectiva da abordagem territorial do desenvolvimento, percebe-se que ainda há uma carência de estudos sobre a temática e de modo particular por meio da análise geográfica.

Verifica-se que conquistas foram alcançadas pelas mulheres e, os LGBTQIA+, por sua vez, também se inserem neste contexto, e se observa alguns avanços no que diz respeito ao cenário de reparo social; avanços que ainda estão em processo de construção. E nesta direção, a implementação de políticas públicas pode atender às particularidades destes grupos no sentido de gerar desenvolvimento em suas diferentes dimensões.

Ao se tratar das Políticas Públicas relacionada às mulheres no TSB, verifica-se que no colegiado territorial e na câmara de mulheres há uma movimentação e ações que forma implementadas, o que sinaliza um avanço. Por sua vez, ao analisar as políticas públicas voltada à comunidade LGBTQIA+, observa-se que é praticamente inexistente, e que não existe uma efetiva representação destes sujeitos dentro do colegiado territorial e nas reuniões da câmara de mulheres, fato que revela preocupação, visto que há elevados índices LGBTQIAfobia e LGBTQIcídios em municípios que compõe o Território de Identidade Sudoeste Baiano. Vitória da Conquista é uma das cidades que mais matam LGBTQI+ no estado da Bahia, Segundo a Coordenação de LGBT de Vitória da Conquista, 2018. Esse índice é proveniente o quantitativo populacional dos municípios, pois é o terceiro maior do estado da Bahia E por isso se faz necessário abrir espaços de discussões e planejamento de ações dentro do CODETER e quiçá criação de uma câmara temática de gênero para tratar destes assuntos específicos.

Pensar a respeito das perspectivas no contexto do desenvolvimento territorial no Brasil e na Bahia demanda ainda muitas discussões e planejamento, pois trabalhar em

gestão colegiada e gestão social em conjunto com as políticas públicas é tarefa difícil, principalmente ao considerar a extensão territorial e diversidade do território brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ALCANTARA, F. V. de. **Possibilidades e limites da gestão social nos territórios rurais do nordeste: Retrato do Agreste de Alagoas**. Tese de Doutorado do Núcleo de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS. São Cristóvão/SE, 2013.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10. Ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAHIA, **Superintendências de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia - SEI**, 2013. Disponível em: <[http://azimute.sei.ba.gov.br/pesquisa\\_pre/fluxo.jhtml](http://azimute.sei.ba.gov.br/pesquisa_pre/fluxo.jhtml)> Acesso em: 01 ABR 2018 às 15h46min.

\_\_. **Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário do Território Sudoeste Baiano** – Vitória da Conquista - BA, 2016. P. 55. Vitória da Conquista: NEDET, SEPLAN, 2016

\_\_. **Perfil dos Territórios de Identidade**. 3 v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 1). Salvador: SEI, 2015.

\_\_. Lei Estadual nº 13.214, de 29 de dez de 2014. **Política de Desenvolvimento Territorial**. Salvador – Bahia, DEZ 2014.

BRASIL. **Erro! A referência de hiperlink não é válida. Maria da Penha, Brasília, DF, AGO 2016**.

\_\_. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Território das Cidadanias 2008**. Brasília, 2018.

\_\_. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Território Rurais 2018**. Brasília: 2018.

\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **IBGE Cidades**. Brasília: 2018.

\_\_. Ministério de Desenvolvimento Humano. **Relatórios de Violências contra mulher**. Brasília: 2019.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo Sexo: I Mitos e Fatos**. 2 ed. Editora difusão Européia do livro. São Paulo. 1939.

BENTO, B. **Transviad@s: gênero sexualidade direitos humanos**. 1 edição, EDUFBA, Salvador/BA, 2017.

**BUTLER, J. Gender trouble: feminism and the subversion of identity. Londres. Routledge. 1990.**

**\_\_\_\_\_. Bodies that matter: on the discursive limits of "sex". Londres. Routledge. 1993.**

**\_\_\_\_\_. Undoing gender. Nova York. Routledge. 2004.**

**CARLOS. A. F. A. A Condição Espacial. São Paulo: Contexto, 2011.**

**COLLING. L.(org). Stonewall 40+ o que no Brasil? 1ed. EDUFBA Salvador/BA, 2011.**

**CORRÊA, R. L.. Região e organização espacial. São Paulo, SP: Ática, 1995.**

**DIAS, W. Territórios de identidade e políticas públicas na Bahia: Gênese, resultados, reflexões e desafios. 1 edição. Zarte Editora, Feira de Santana/BA, 2016.**

**FERREIRA, L. A. F.; ANDRADE, D.de S.; FIGUEIREDO, A K S de; ALCANTARA, F. V e CONCEIÇÃO, V. Diálogos para execução do plano de ação territorial no território de identidade sudoeste baiano. In: 70ª Reunião Anual da SBPC - UFAL - Maceió/AL, 2018.**

**FERREIRA, L. A. F.; ANDRADE, D.de S.; FROIS, G. P; ALCANTARA, F. V. A Contribuição Do Núcleo De Extensão Em Desenvolvimento Territorial Para Fortalecimento da Participação Social das Mulheres No Território De Identidade Sudoeste Baiano. In: IV Simpósio regional em Desenvolvimento Rural: efetivação das políticas pública no Nordeste, UFS. São Cristóvão- SE, 2017.**

**FOUCAULT, M.. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.**

**GOLDENBERG, M.. Arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 2ª edição, Editora Record. Rio de Janeiro - RJ, 1998.**

**Grupo Gay da Bahia. Relatórios de Homofobias. Salvador – BA disponível: <<https://grupogaydabahia.com.br/assassinatos/relatorios/>> Acesso em: 16 Mar. de 2019 as 16h38min**

**GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.**

**JUNIOR, J. M. de O. As práticas pedagógicas para a diversidade sexual nas escolas estaduais de Vitória da Conquista - BA. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista/BA, 2016.**

**LEITE, S.P.; ET AL. Gestão social: Reflexões e Proposições in: Gestão Social dos Territórios. Brasília: IICA. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v 10, 2009. P 95-146.**

**MEIRA, C. S.A territorialidade homoafetiva em Salvador (BA) no bairro Rio Vermelho. In: Revista Tocantinense de Geografia, Araguaína (TO), Ano 07, n.12, abr./jul. de 2018.**

MEIRA, C. S.; AMORIM, C.D. Homofobia e educação: algumas reflexões. In: **Seminário Gepráxis**, v. 6, n. 6, p 479-493, 2017.

MEIRA, C. S.; FERREIRA, L. A. T. Joga pedra na Geni: uma discussão para além dos territórios urbanos de sociabilidades gays na cidade de salvador-ba. **Geopauta**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 67-82, dez. 2018. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/3653>>. Acesso em: 21 mar. 2020.

MISKOLCI. R. Não somos, queremos – reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: **COLLING. L.(org). Stonewall 40+ o que no Brasil?1ed. EDUFBA Salvador/BA, 2011.**

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**.1ed. Brasília, IICA 2009.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo. Ed. Ática. 1980.

SILVA, J. M. (Org). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**.1ed. Ponta Grossa/PR Editora: Toda Palavra, 2009.

SPÓSITO, E. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo. Editora UNESP, 2004.

SEFFNER. F. Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT. In: **COLLING. L.(org).Stonewall 40+ o que no Brasil?1ed. EDUFBA Salvador/BA, 2011.**

## Sociabilidades iniciais e primeira onda dos ativismos LGBTQIA+ contribuições para a constituição do movimento social no Brasil

*Iran Ferreira de Melo<sup>27</sup>*

---

Parafraseando Borges Neto (2004), lembro que toda abordagem que se puder propor sobre uma realidade vai sempre parecer parcial e arbitrária. Sendo assim, destaco que este texto aponta para um olhar particular sobre a realidade que vou mostrar, embora, não raro, um olhar caracterizador dessa realidade. Aqui, você vai encontrar itens históricos sobre a vida marginalizada e militante de um conglomerado de pessoas que sempre esteve alijado da vida social. Contudo, vale dizer que o caráter enquadrado e não caleidoscópico deste ensaio não invalida que ele mimetize a realidade que abordo: a história, no Brasil, da população LGBTQIA+.

Todavia, diante do escopo de realizações que este livro enseja, evidencio que a intimidade do conhecimento desse debate público envolve, tal como afirma Lash (1997), o desenvolvimento da reflexividade sobre o tema aqui, no sentido de que, a partir da realidade discutida, somos capazes de nos confrontarmos com o significado social mais amplo que é possível imprimir na narrativa que eu conto. Isso significa que podemos refletir não apenas sobre as práticas de pessoas LGBTQIA+ em suas sociabilidades e seu ativismo coletivo público em nome da reparação de uma obscura história de injustiça e crueldade de que foram e são vítimas, mas também que podemos pensar nas implicações que esses dados possuem no modo como entendemos a igualdade de direitos sociais e civis em nosso país.

---

<sup>27</sup> Doutor em Linguística pela USP. Pesquisador na interface entre gênero, sexualidade, linguagem e decolonialidade no interior dos Estudos Críticos e Queer do Discurso. Professor de Análise Crítica do Discurso e Linguística Queer (UFRPE/UFPE). Coordenador do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer) e diretor do Observatório Brasileiro de Linguagem Inclusiva de Gênero. Integra a Rede Internacional Discurso e Gênero - Violência e Resistência, da Associação de Estudos sobre Discurso e Sociedade (EDiSo), e é membro da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED). Além disso, atua como consultor especializado em Escrita e Educação Inclusiva de Gênero em diferentes instituições. E-mail: iranmelo@hotmail.com

No Brasil, as histórias de sociabilidade entre pessoas LGBTQIA+, como aspecto compartilhado em suas vivências, é antiga e diversificada. Desde os anos 1950, é possível encontrar, nas cidades mais urbanizadas, agrupamentos de pessoas, principalmente homens homossexuais, dedicadas à sociabilidade, à diversão e à paródia, em fã-clubes, de famosas cantoras do rádio ou em eventos como concursos de miss, shows de travestis transformistas, desfiles de fantasias e bailes de carnaval (GREEN & POLITO, 2004; SIMÕES & FACCHINI, 2008; BRAGANÇA, 2010).<sup>28</sup> Esses agrupamentos eram, para Green (2000), o início das concentrações que se tornariam os primeiros territórios de frequência majoritariamente gay nas maiores cidades do país. Tais formas de sociabilidade, segundo esse autor, caracterizaram modos criativos e relevantes de convivência entre a população LGBTQIA+. Elas realçavam a diversidade das experiências individuais e grupais entre esses atores e se revestiam de certa dinâmica de comunhão, que serviram de germe para marcar a futura trajetória do movimento político de dissidência de gênero e sexualidade anos mais tarde, por isso podem ser chamadas de *movimentações iniciais* (FACCHINI, 2005; SIMÕES & FACCHINI, 2008).

Foi por ocasião de uma dessas movimentações, com a realização de um concurso de *Miss Traje Típico*, que o jornalista *Agildo Guimarães* teve a ideia de lançar, em 1963, o primeiro periódico brasileiro escrito por e dirigido a homens homossexuais, *O Snob*. Esse jornal tinha inicialmente o simples propósito de protestar contra o resultado do concurso. Era uma publicação em folha de papel ofício, datilografada (frente e verso) e impressa em mimeógrafo; distribuída nos bairros cariocas Cinelândia e Copacabana e em locais como bares e cafés (PÉRET, 2011). Com o tempo, ele se tornou conhecido dentro da comunidade homossexual do Rio de Janeiro e, com o slogan “um jornal para gente entendida”<sup>29</sup>, transformou-se numa mini-revista, com capa e ilustrações coloridas,

---

<sup>28</sup>James Green (2000) nos recorda que o Brasil passou por mudanças dramáticas nos anos 1950 e 1960. Milhões de camponeses/as e trabalhadores/as migraram em massa para as grandes metrópoles. Segundo esse autor, cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador eram imãs atraindo pessoas homossexuais do interior do país, as quais buscavam o anonimato das grandes cidades para fugir do controle familiar. Elas se juntaram com as pessoas nativas das cidades grandes para formar modos de vivência que ficaram conhecidos posteriormente como a paradigmática *homocultura* (PARKER, 2002).

<sup>29</sup> Na segunda metade dos anos 1940, surgem os termos “entendido” e “entendida” “para designar amplamente homossexuais e lugares frequentados por homossexuais de forma mais genérica e polida, sem a carga depreciativa de palavras como ‘viado’ ou ‘bicha’” (SIMÕES & FACCHINI, 2008, p. 71). Tratava-se também de um modo para denominar aqueles/as “que ‘transam’ pessoas do mesmo sexo sem que adotem necessariamente os ‘trejeitos’ associados às figuras da ‘bicha’ [aos chamados homens efeminados] ou do ‘sapatão’ [as consideradas mulheres masculinizadas]” (FRY & MACRAE, 1985, p. 24), funcionando como certa “higienização” semântica na classificação de pessoas homossexuais e tentando neutralizar a transgressão de identidade de gênero marcada pelo significado social de alguns termos.

pequenos anúncios e mais de trinta páginas. O sucesso desse folhetim acabou inspirando a publicação de outras 30 revistas em vários estados e deu visibilidade a uma extensa lista de gírias (hoje chamada *linguagem pajubá*)<sup>30</sup> e, com isso, criou um estilo particular de escrever, legando uma nova linguagem aos outros periódicos alternativos da época e tornando essas marcas características típicas da chamada *imprensa gay* dos anos 1960 (PÉRET, 2011). A imagem da capa da edição 15 aponta para a atmosfera representada por esse periódico.

**Figura 1** – Capa da edição 15 de *O Snob* (PÉRET, 2011, p. 22)



Como afirma Green (1999), o sarcasmo, a ironia, o duplo sentido e, portanto, a irreverência e a insubordinação às normas sociais eram os principais elementos de linguagem dessa publicação. Nela, havia colunas de fofocas, concursos de contos e poesias, matérias sobre moda e beleza, artigos sobre cuidados com a pele, entrevistas, palavras cruzadas e série de reportagens (NOGUEIRA, 2010). Contudo, à revelia de todo seu processo libertário e na contramão do que pensam hoje os grupos de defesa LGBTQIA+, *O Snob* apresentou, até 1966, noções de gênero extremamente fixas, o que

<sup>30</sup> A linguagem pajubá consiste num vocabulário construído de palavras de vários dialetos africanos misturadas com outras do nosso português brasileiro (GREEN & POLITO, 2004). Ela, no passado, era comumente usada como gíria em terreiros de Candomblé, tornando-se, depois da larga divulgação da revista *O Snob*, amplamente usada pela comunidade LGBT, principalmente por travestis.



fez, naquele ano, um dos redatores, Hélio Gato Preto, questionar a rigidez do posicionamento adotado pela grande maioria de seus colegas da redação. Ele mudou o pseudônimo que utilizava no jornal, de Pantera Cor-de-Rosa para Hélio Gato Preto, como forma de protestar contra a feminilização que julgava excessiva da homossexualidade masculina naquela publicação. Com isso, defende Péret (2011), esse redator, de certa maneira, contribuiu para que *O Snob* se tornasse gradativamente uma revista mais aberta a assuntos políticos e interessada nas teorias de gênero que vinham sendo elaboradas pelas feministas e pelo então movimento gay nos Estados Unidos e na Europa. Os temas tradicionais – fofoca, moda, cultura – não deixaram de fazer parte desse periódico, todavia, conteúdos de enfoque político, como Maio de 68, a Guerra do Vietnã e o movimento *hippie*, começaram a ter espaço editorial, indicando que essa publicação abriria uma vereda muito profícua para o formato de imprensa alternativa LGBT que iria acontecer na década seguinte.

Entretanto, a despeito dessa movimentação que caracterizava aqueles encontros e o apogeu de *O Snob*, após o golpe político de 1964 que instaurou o regime militar ditatorial no Brasil, iniciou-se uma perseguição policial a homossexuais encarnada na conhecida figura do delegado Raimundo Padilha, que encabeçou campanhas de prisão de homossexuais destinadas a “limpar” pessoas flagradas em situação suspeita de práticas homoafetivas em local público. Nessas situações, os indivíduos abordados eram indiciados sob a alegação de ofenderem os bons costumes com exhibições “atentatórias” ao pudor praticadas no recinto público, “ultrajando” e “escandalizando a sociedade” (FRY & MACRAE, 1985; GREEN & POLITO, 2004). Além disso, homens homossexuais eram acusados de “vadiagem” quando expressavam publicamente sua feminilidade usando roupas ou maquiagem feminina ou exercendo a prostituição.

Essa repressão policial atingia, sobretudo, os mais pobres e as pessoas de pele escura, que ainda cumulavam esses traços identitários marginais. Com isso, afirma-nos James Green (2000), muitos desses considerados delinquentes homossexuais, ainda sob o ranço do processo de medicalização da homossexualidade, passavam das mãos da polícia para as dos médicos e legistas de instituições tais como o laboratório de *Antropologia Criminal do Instituto de Identificação de São Paulo*. Naqueles anos, com a ausência de leis brasileiras explícitas de condenação à homossexualidade, médicos e legistas agiam em estreita colaboração com a polícia, nos esforços de prescrever ações correccionais que, acrescidas à punição pelos crimes previstos na lei, privavam da

liberdade quem era “diagnosticado/a” como homossexual, pois, embora a homossexualidade em si não fosse ilegal, a polícia e os tribunais brasileiros dispunham de múltiplos mecanismos para conter e controlar esse comportamento, uma vez que o consideravam um transtorno mental causador de perigo ao bem estar da população – aos modos da antiga percepção psiquiátrica. Eram medidas repressivas, portanto, herdavam, ao mesmo tempo, valores morais tanto da cultura judaico-cristã quanto da burguesia moderna e princípios deontológicos da Medicina europeia do fim do século XIX.<sup>31</sup>

Com isso, *O Snob* e os periódicos que lhe sucederam pararam de circular porque seus editores temiam ser brutalmente reprimidos naquele momento que se agravava. Ao todo, foram produzidas 99 edições desse periódico, que circularam de julho de 1963 a junho de 1969, um verdadeiro marco da cultura LGBTQIA+ em nosso país. Como um dos principais e mais concretos resultados dessa publicação, Agildo Guimarães (seu fundador) organizou, no Rio de Janeiro, a *Associação Brasileira de Imprensa Gay (ABIG)*, que iniciou em 1967, mas, em 1968, foi fechada pelo Regime Militar, sob o signo da ditadura recrudescida no final desse ano com a promulgação do Ato Institucional nº 5. Após isso, na década de 1970, começou o período mais violento de perseguições, torturas e assassinatos cometidos pelos órgãos de repressão política. Os territórios de sociabilidade homossexual passaram a ser alvo regular de incursões policiais desse tipo, a pretexto de combate ao que chamavam de vadiagem e ao tráfico de drogas (GREEN, 1999; PÉRET, 2011).

Isso nos mostra que, mesmo após quase um século de república e num período crescente de industrialização, o Brasil ainda se apresentava com uma modernidade incompleta, uma forte hierarquia de privilégios e de lugares sociais e uma complexa e variada estrutura de preconceitos que impedia a população de suas capacidades coletivas de julgar, querer e agir nos momentos fortes de expressão política (CHAUÍ, 2006). Contudo, paradoxalmente esse se caracteriza como um tempo de grande efervescência artística e de muito engajamento político por parte de nossos jovens na

---

<sup>31</sup> Sobre essa atmosfera de cooperativismo repressor, Green & Polito (2004, p. 18) nos alertam que havia ainda um recorte de classe preponderante: “foram geralmente os homens pobres, lançados na mais absoluta miséria econômica, os que se viram investigados e esquadrihados pelas instituições policiais e científicas, sem terem nenhuma condição de se oporem a ter suas vidas e intimidade devassadas. Naturalmente, os homossexuais masculinos de classe média ou da burguesia do Brasil sempre puderam escapar do cerco policial e médico implacável que foi armado, durante quase todo o século XX, buscando classificá-los e condená-los”.

primeira fase, ou como chamarei, na *Primeira Onda* do sistemático movimento em prol da diversidade sexual e de gênero que aconteceu no Brasil na década seguinte.

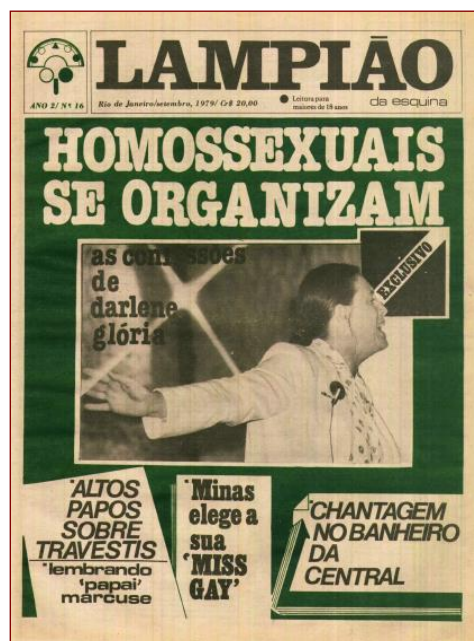
Na segunda metade dos anos 1970, novas formas de resistência contra o estado de opressão surgiram. Estudantes reativaram os organismos de autogestão nas universidades e mobilizaram-se contra a ditadura; o movimento operário se reorganizou, articulando várias greves para protestar contra a política salarial do governo; muitas mulheres que tinham participado na oposição clandestina contra os militares começaram a criticar publicamente as violências por razão de gênero, levantando ideais feministas; nascia o Movimento Negro Unificado, desafiando a ideologia predominante de que o Brasil era uma democracia racial (GREEN 2000; OKITA, 2007). Como resultado dessas movimentações políticas, em 1978, enfrentando uma oposição mais unida, os militares resolveram iniciar o processo lento e gradual de abertura política, o que iniciou um momento promissor para o país, dado que, após mais de uma década do regime militar, a queda dos generais parecia iminente.

Com esse cenário, outras vozes políticas começavam a se fazer ouvir. Homossexuais que se apresentavam como uma minoria oprimida juntavam-se, à sua maneira, ao coro de oposição à ditadura e isso favoreceu a emergência de um campo para a formação de práticas políticas em torno das relações homo-afetivo-sexuais e das identidades de gênero periféricas. Deu-se, então, de acordo com Carrara & Simões (2007), o nascimento dos primeiros grupos ativistas de pessoas que se identificavam como homossexuais e buscavam difundir novas formas de representação da homossexualidade, contrapostas às vigentes conotações de doença e degeneração. Eram coletivos autônomos e autofinanciados, imbuídos de uma ética democrática e igualitária própria a quem que desafiava o regime militar, o preconceito contra a sexualidade não-heterossexual e as desigualdades de gênero (MACRAE, 1990; GREEN & POLITO, 2004).

Nessa época, a censura moralista do governo militar limitava referências na imprensa a tudo que dizia respeito aos costumes de LGBTQIA+. Mas, enquanto isso acontecia, algumas publicações alternativas produziam matérias ocasionais sobre o *gay power* dos Estados Unidos. Eram textos feitos por um tipo de imprensa alternativa proveniente dos movimentos de contracultura que surgiram no Brasil nos anos 1960 e 1970 e fizeram oposição ideológica ao regime militar instaurado naquelas décadas (LIMA, 2001). Um dos maiores exemplos desse tipo de imprensa emergiu em 1978 com o jornal *Lampião* (inicialmente chamado *Lampião da Esquina*, tendo sido abreviado para

*Lampião* no segundo número), periódico de edição mensal e tiragem de 20 mil exemplares. Com tamanho tablóide, esse jornal era impresso em preto e branco e editado no Rio de Janeiro por jornalistas, intelectuais e artistas homossexuais (Aguinaldo Silva, Clóvis Marques, Darcy Penteado, Jean-Claude Bernadet, João Silvério Trevisan, Peter Fry, entre outros) que pretendiam originalmente lidar com a homossexualidade, procurando forjar alianças com os movimentos das demais minorias (FRY & MACRAE, 1985). Trazia diferentes gêneros discursivos, como reportagens com personalidades não necessariamente homossexuais; contos; críticas literárias, de teatro e de cinema; cartas de leitores; e notas contra atos preconceituosos da sociedade; tendo estes dois últimos recebido grande destaque por representarem legítimos espaços de visibilidade para a comunidade sexo-gênero dissidente. Abaixo apresento a capa da edição 16, cuja imagem já sugere o tipo de pauta que esse jornal selecionava.

**Figura 2** – Capa da edição 16 do *Lampião*



O *Lampião* abordava sistematicamente, de forma positiva e não pejorativa, a homossexualidade nos seus aspectos políticos, existenciais e culturais. Segundo Okita (2007), Simões & Facchini (2008) e Péret (2011), seu aparecimento se deu em função da visita que o ativista gay norte-americano *Einston Leyland* fez ao Brasil em 1977. Leyland era editor do *Gay Sunshine*, famosa publicação estadunidense direcionada ao público homossexual e destacada pela cobertura de temas literários e culturais. Sua vinda tinha o objetivo de angariar material para seu projeto de uma antologia de literatura gay

latino-americana. Seu principal contato no país era *João Antônio Mascarenhas*, advogado brasileiro que promoveu o encontro de Leyland com vários escritores então iniciantes, como *Aguinaldo Silva, Caio Fernando Abreu e João Silvério Trevisan*. Com isso, esse editor atraiu a atenção da imprensa brasileira dominante e, assim, concedeu entrevista para vários veículos de comunicação, a exemplo dos jornais *Folha de S. Paulo, O Globo* e as revistas *Veja e IstoÉ*. Por meio dessas atividades, mobilizou-se, na casa do artista plástico Darcy Penteado, uma reunião composta daqueles escritores, os quais, entusiasmados com toda essa discussão na mídia, interessaram-se em criar um jornal brasileiro feito por e para homossexuais e que tivesse um ponto de vista bem-marcado sobre os direitos que gays e lésbicas pleiteavam mundo afora.

Desse modo, o *Lampião* se tornou o primeiro jornal LGBTQIA+ de circulação nacional e, ao contrário das publicações da década de 1960, como *O Snob* – distribuídas gratuitamente e de maneira clandestina –, era vendido em bancas de jornal de várias cidades do país. Conforme Flávia Péret (2011), o nome “Lampião”, além de fazer referência direta ao cangaceiro, conhecido por sua coragem e valentia, aludia à ideia de iluminar a cabeça das pessoas para novas concepções e comportamentos. O jornal diferenciava-se da dita imprensa gay que o precedeu, por causa do enfoque político que dava ao tema da homossexualidade. Sem abandonar o humor, o vocabulário de gírias, a ironia e o sarcasmo, oferecia “um tratamento que combatia a imagem dos homossexuais como criaturas destroçadas por causa do seu desejo, incapazes de realização pessoal e com tendência a rejeitar a própria sexualidade” (SIMÕES & FACCHINI, 2008, p. 85). Sua proposta era, sob a ótica da contracultura daquele período, abordar não apenas temas do universo homo, mas também assuntos polêmicos ligados a grupos minoritários, como o feminismo e a questão racial. As reportagens abordavam temas importantes e polêmicos, entre eles: a violência contra homossexuais e mulheres, o racismo, a masturbação, a prostituição masculina e o consumo de maconha.

Por causa desse perfil, o *Lampião da Esquina* foi alvo de várias tentativas de sanções por parte dos militares, boicote das bancas de revista onde era vendido e atentados de grupos paramilitares, que explodiam bombas caseiras nos locais de venda (PÉRET, 2011). Por isso, apesar do abrandamento da censura e do fato de a homossexualidade nem sequer ser mencionada no Código Penal Brasileiro, em 1979, instaurou-se um inquérito policial contra os editores do *Lampião*, que seriam acusados de infringir a *Lei de Imprensa*, por “contrariar a moral e os bons costumes e defender as

atitudes homossexuais como atos normais da vida humana” (BRASIL, 1967, p. 36)<sup>32</sup>. Esses editores do *Lampião* foram liberados em virtude do apoio do *Sindicato dos Jornalistas*, cujos advogados os defenderam. Tal acontecimento seguramente era um sinal de que a homossexualidade, no Brasil, deixava de ser objeto apenas de escárnio, começando a ser reconhecida a legitimidade de suas reivindicações e o incômodo que elas causavam.

Ao colocar em pauta a homossexualidade, reivindicando um olhar mais atencioso e crítico para a questão, esse jornal, durante os três anos de sua edição, foi responsável por ampliar o debate acerca dos direitos de LGBTQA+ no país e se firmou como importante marco da imprensa alternativa no período da ditadura militar. Ele constituiu, sem dúvida, “um novo capítulo para a história da construção e da afirmação de uma identidade gay nacional” (SIMÕES JR., 2011, p. 12), estabelecendo, de vez, o início do que se passou a chamar de *Movimento Homossexual Brasileiro* (MHB)<sup>33</sup> e abrindo as portas para o que entendemos como a primeira etapa desse movimento, ou também chamada de a *Primeira Onda*.

O limiar desse momento histórico se deu, de acordo com várias pessoas que estudam o assunto (FRY & MACRAE, 1985; GREEN, 1999, 2000; FACCHINI, 2005; TREVISAN, 2004; CARRARA & SIMÕES, 2007), a partir do verão de 1978/1979, interstício em que um grupo de estudantes, artistas e intelectuais, descontente com as práticas de sociabilidade restritas a boates e bares do gueto homossexual, começou a se reunir em São Paulo. Em seus encontros, debatiam e criticavam textos de caráter difamatório sobre pessoas LGBTQIA+ publicados pelo jornal *Notícias Populares*<sup>34</sup>. A

---

<sup>32</sup> A chamada Lei de Imprensa, instituída em 1967 durante a Ditadura Militar, servia para restringir a liberdade de expressão, consolidar o regime autoritário e punir de forma rigorosa os/as jornalistas da época, caso estes/as contrariassem os interesses dos militares. Ela vigorou até 30 de abril de 2009, quando foi revogada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a partir de uma arguição de descumprimento de preceitos fundamentais constitucionais propostas pelo deputado federal Miro Teixeira (PDT-RJ). Assim, jornalistas passaram ao regime normal dos códigos penal e civil brasileiros e, com isso, dentre outras mudanças, ficaram extintas as duras penas antes previstas para tais profissionais em casos de calúnia, injúria e difamação.

<sup>33</sup> De acordo com Facchini (2005), depois da década de 1970, em momentos específicos, como em 1993, esse movimento preferiu ser denominado também como MGL (Movimento de Gays e Lésbicas); em 1995, figurou como Movimento GLT (Gays, Lésbicas e Travestis) e, a partir dos anos 2000, passou a se reconhecer como Movimento GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros).

<sup>34</sup> *Notícias Populares* foi um jornal que circulou em São Paulo entre 1963 e 2001 e ficou conhecido por suas manchetes sobre violência urbana e sexo. Era publicado pelo Grupo Folha (empresa que gerencia o jornal *Folha de S. Paulo*), o qual decidiu extingui-lo sob a justificativa de que o sucesso de telejornais com o mesmo cunho jornalístico reduziu o interesse do público pelo jornal impresso nessa categoria.

partir daí, elaboraram uma carta aberta ao Sindicato dos Jornalistas protestando contra a forma com que a chamada imprensa marrom representava esses atores (OKITA, 2007, SIMÕES & FACCHINI, 2008). Nomeando-se *Ação pelos Direitos Homossexuais* e formado, em sua maioria, por homens gays, esse grupo fez nascer, por meio de um olhar crítico sobre a representação que lhe davam na imprensa, a primeira organização pelos direitos dos homossexuais no Brasil.

Segundo MacRae (1990) e Green (2000), conforme o verão se prolongava, o nome do grupo se tornou o centro das controvérsias. Alguns integrantes sugeriram “Somos”, em homenagem à pioneira revista homossexual publicada na América do Sul pelo então recém-extinto coletivo argentino *Frente de Liberación Homossexual*; outros propunham um nome que claramente expressasse o propósito da organização: “Grupo de Afirmação Homossexual”. Por fim, decidiu-se pela junção dos dois e a denominação final ficou *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*, tornando-se conhecido depois por sua forma abreviada, *Somos*. Após isso, ainda de acordo com os referidos autores, seus integrantes assumiram o grupo publicamente num debate em 6 de fevereiro de 1979, promovido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sobre a organização das minorias brasileiras – em referência às mulheres, ao povo negro, às comunidades indígenas e a homossexuais. Esse evento demonstrou a crescente importância do então chamado MHB como interlocutor legítimo na discussão de vários assuntos relativos às desigualdades sociais no Brasil. Além disso, “foi uma experiência catártica que aumentou a confiança dos participantes e deu impulso à formação de outros grupos similares em São Paulo e outras cidades como também em vários estados” (FRY & MACRAE, 1985, p. 23).

Naquele evento, conforme Facchini (2003, 2005), o painel sobre homossexualidade contou com a presença de editores do jornal *Lampião* e de membros do *Somos*. A discussão que se seguiu foi bastante polêmica, com a troca de acusações entre os estudantes de esquerda e representantes homossexuais. Pela primeira vez, as lésbicas falaram abertamente sobre a discriminação que sofriam<sup>35</sup> e estudantes gays

---

<sup>35</sup> As lésbicas que participavam do *Somos* tiveram uma história peculiar dentro do grupo. Conforme Fry&Macrae (1985), apesar de inicialmente não pleitearem nenhum tratamento especial nesse coletivo – afinal, preponderava a ideologia da igualdade total –, logo começaram a sentir a necessidade de terem pelo menos um subgrupo exclusivo para elas, onde pudessem discutir com mais profundidade os seus problemas específicos, difíceis de levantar e desenvolver em reuniões com participação predominantemente de homens. Foi nessa época que elas começaram a ter contatos mais próximos com os grupos feministas atuantes em São Paulo desde meados da década de 1970. Daí desenvolveram uma aguçada percepção sobre as sutilezas do machismo, até enxergarem a presença desse preconceito no

reclamaram que a esquerda brasileira era homofóbica. Já os grupos de esquerda consolidados argumentaram que a luta por direitos específicos, contra o sexismo, racismo e homofobia<sup>36</sup>, iria dividir a esquerda e que o povo deveria se unir na luta geral contra a ditadura. Tal querela ultrapassou os limites desse evento e gerou, no grupo, a ruptura ideológica em duas alas: (1) aquela formada por integrantes que defendiam que a luta por direitos de LGBTQIA+ e o movimento contra a ditadura militar estavam interrelacionados e que, sem a militância esquerdista pela democracia, os objetivos do MHB dificilmente seriam alcançados e (2) a ala oponente a essa ideia, propondo que o ativismo que se instalara naquele momento teria de se desvencilhar das causas clássicas da esquerda, isto é, da mobilização política contra a desigualdade de classe, sob pena de descaracterizar-se. Delineava-se, portanto, a primeira controvérsia dentro do MHB e, passado um ano, questões de alinhamento com uma ou outra opinião fizeram rachar definitivamente o Somos, ocasionando o desânimo em outras organizações espalhadas pelo país. Com essa cisão, em 1980, formou-se um coletivo dissidente composto pela segunda ala, que passou a se chamar *Outra Coisa: Ação Homossexualista*, ou, simplesmente, *Outra Coisa* (GREEN, 2000).

No entanto, de acordo com Green (2000) e Simões & Facchini (2008), apesar dessa ruptura, o Somos e o Outra Coisa, nesse ano, resolveram se unir em prol de uma série de atividades contra a onda de repressão policial da chamada Operação Rondão<sup>37</sup>,

---

interior do MHB. Começava a ficar evidente para elas que, mesmo entre militantes homossexuais – apesar da ideologia de igualdade – eram os homens que dominavam as discussões e as tomadas de decisão. As tensões aumentaram e, pouco tempo depois disso, aproveitando o ensejo de uma briga entre os homens que já começava a ameaçar a coesão do Somos, as lésbicas resolveram optar por uma total autonomia e fundaram o *Ação Lésbico-Feminista* em maio de 1980.

<sup>36</sup> Segundo Prado (2010), desde que foi cunhado, em 1972, em referência ao medo expresso por heterossexuais ao estarem na presença de homossexuais, o vocábulo “homofobia” passou por vários questionamentos e ressignificações. A partir de meados da mesma década, adquiriu novos contornos semânticos e políticos e passou a ser usado em alusão a situações de preconceito, discriminação e violência contra pessoas LGBTQIA+, revelando-se como um “dispositivo regulador das relações eróticas [que] tem como alvo qualquer manifestação que ameace a impressão de que a heterossexualidade é universal, natural e única” (MISKOLCI & PELÚCIO, 2008, p. 14). No momento em que eclodiu a Primeira Onda, já podia se conceber também o termo “homofobia” para designar o “sistema de humilhação, exclusão e violência que adquire requintes a partir de cada cultura e formas de organização das sociedades locais, já que essa forma de preconceito exige ser pensada a partir da sua interseção com outras formas de inferiorização como o racismo e o classismo, por exemplo” (PRADO, 2010, p. 09). Nesse sentido, percebemos que a homofobia se alimenta da mesma lógica que as outras formas de violência e inferiorização: desumanizar alguém e tornar esse alguém inexoravelmente diferente e excluído. Sob essa ótica, os grupos que afirmavam ser possível a luta conjunta entre pessoas dissidentes e demais setores minoritários estavam partindo dessa concepção, entendendo que a discriminação justificada por qualquer marcador social é uma causa de todas as pessoas.

<sup>37</sup> A Operação Rondão consistia numa operação policial liderada pelo delegado Wilson Richetti em São Paulo no inverno de 1980, que, através de prisões arbitrárias, sob a justificativa de controle da ordem



culminando num ato público, que organizaram juntamente com ex-editores do *Lampião* e demais ativistas nas escadas do Teatro Municipal no dia 13 de junho. Essa manifestação transformou a data no *Dia Nacional da Luta Homossexual*, momento que, de acordo com Okita (2007) e Green & Polito (2004), consagrou definitivamente o já difundido MHB no cenário das lutas reivindicatórias do início dos anos 1980 e transformou aquelas pessoas que ali se organizaram nas pioneiras referências da Primeira Onda. A seguir, ilustro uma imagem desse episódio histórico.

**Figura 3** – Manifestação contra a Operação Rondão, 13 jun. 1980



Fonte: FACCHINI (2003, p. 125)

Com o avançar dos anos seguintes, esse estilo diligente e combativo de militância serviu de modelo para os futuros grupos políticos. Disso decorreu a ávida atuação de coletivos que se tornaram paradigmáticos no MHB, como o paulistano *Lambda* e o *Triângulo Rosa* do Rio de Janeiro, neófitos agrupamentos (muitos deles iniciados por ativistas veteranos do *Lampião* e do *Somos*) que, conforme Rodrigues (2011), durante a Assembleia Constituinte, escreveram um documento, entre 1987 e 1988, organizando uma campanha para incluir, na carta constitucional prestes a ser promulgada, uma medida proibindo discriminação baseada na orientação sexual. Em 28 de janeiro de 1988, 461 dos 559 membros da Constituinte votaram essa proposta, mas somente 130

moral, impôs terror aos guetos LGBTQIA+ paulistas daquela época, prendendo, nesses lugares, travestis, homossexuais, lésbicas e prostitutas (FRY & MACRAE, 1985; OKITA, 2007).

apoiaram a provisão. Vinte cinco dos trinta e três membros que eram pastores evangélicos votaram contra a medida (RODRIGUES, 2011).<sup>38</sup>

A partir de meados dos anos 1980, é possível observar o desenvolvimento de um modelo de militância de ação mais pragmática, mais preocupada com aspectos dos direitos civis e contra a violência que a sociedade em geral dirigia a pessoas LGBTQIA+ (SIMÕES & FACCHINI, 2008). Além disso, nesse percurso político, a militância passou por uma drástica redução na quantidade de entidades por causa da eclosão da epidemia do HIV/AIDS, levando muitas lideranças a se voltarem para a sua prevenção e combate. Por isso, em contraste com o antiautoritarismo que caracterizou os anos anteriores, a segunda metade da “década perdida” assistiu à busca de militantes por formatos de ativismo mais institucionais, através do estabelecimento de parcerias governamentais e não-governamentais para engajamento de iniciativas em políticas públicas que incluíssem pessoas de gênero e sexualidade periféricas como público-alvo preferencial (SIMÕES & FRANÇA, 2005). Essas mudanças vão caracterizar o segundo momento ou a *Segunda Onda* do MHB.

Espero que o relato aqui cumprido consiga aprofundar o conhecimento sobre as potencialidades da nossa história, das práticas de contestação de LGBTQIA+ e dos estudos sobre tal grupo para a compreensão dessas práticas; assim como desejo que ele tenha permitido alargar a percepção sobre as possibilidades de representação política de LGBTQIA+ em suas atividades reivindicatórias, entendendo estas, conforme a defesa aqui, como uma legítima fatia das questões de pauta para o desenvolvimento democrático na sociedade brasileira. Com esse intuito, almejo que essa discussão possa ser apropriada tanto por pares acadêmicos quanto pela sociedade civil organizada e ainda por qualquer pessoa que atue no sentido de promover ações de reflexão crítica sobre a condição do possô dissidente de gênero e sexualidade na cultura brasileira, bem como forneça contribuições dirigidas aos grupos de militância LGBTQIA+, ao trabalho pedagógico e ao exercício da cidadania em geral.

---

<sup>38</sup> O fim da ditadura e o novo processo de democratização do país acenavam, em meados dos anos 1980, para a abertura de canais de comunicação com o Estado. Todavia, as decisões parlamentares no Brasil são influenciadas, muitas vezes, pela ingerência de doutrinas religiosas. E a exemplo do que aconteceu em 1988, o Projeto de Lei da Câmara 122/2006 (PLC 122/06) apresentado pela deputada Iara Bernardi (PT-SP), que tem como objetivo criminalizar a homofobia, ainda hoje tramita no Congresso Nacional, esbarrando na resistência de setores conservadores que formam a chamada bancada evangélica no Parlamento, a qual, por motivações de cunho particular, moral e religioso, viola sistematicamente a laicidade do Estado Brasileiro e, embasada em interpretações teológicas elusivas e discriminatórias, tenta impedir a aprovação de projetos pela livre cidadania da população LGBTQIA+.

Espero ter desenvolvido um quadro global do início das sociabilidades e da história de ativismo LGBTQIA+ Brasil, a fim de que sirva de base para a avaliação de atividades no campo da promoção da diversidade de implementação de ações que contribuam para a diminuição das violações de direitos dessa parcela da população. No entanto, o discurso que apresentei aqui não aspirou ser completo e definitivo, por isso, se este texto servir apenas para provocar o aumento do debate público sobre o processo de marginalização de LGBTQIA+ no Brasil, ele terá cumprido muito de seu objetivo e, sem dúvida, terá dado um passo importante para o reconhecimento da assunção e afirmação das identidades desse povo, avançando na edificação de discursos que façam reverberar a necessidade de direitos humanos efetivamente universalizados.

## REFERÊNCIAS

BORGES NETO, J. **Ensaio de Filosofia da Linguística**. São Paulo: Parábola, 2004.

BRAGANÇA, M. Camp, paródia e violência em Astrid Haddad. In: COSTA, H. et al (Orgs.) **Retratos do Brasil Homossexual**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2010. p. 257-268.

BRASIL. Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 09 fev. 1967.

CARRARA, S.; SIMÕES, J. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**. n. 28. jan-jun. 2007. p. 65-99.

CHAUÍ, M. **Simulacro e poder**. Uma análise da mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FRY, P.; MACRAE, M. **O que é homossexualidade**. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos)

GREEN, J. N. **Além do carnaval**. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Tradução Cristina Fino; Cássio Arantes Leite. São Paulo: UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. "Mais amor e mais tesão". A construção de um movimento de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 20, p. 271-295, 2000.

\_\_\_\_\_.; POLITO, R. **Frescos Trópicos**. Fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: José Olympio, 2004. (Baú de Histórias).

LASH, S. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: GIDDENS, A.; BECK, U. LASH, S. **Modernização reflexiva**. Política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução Magda Lopes. São Paulo: UNESP. 1997. p. 135-205

LIMA, M. A. A. **Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil**. Disponível em <[www.bocc.ubi.pt/\\_esp/autor.php](http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php)> 2001. Acesso em: 26 mai. 2012.

MACRAE, E. **A construção da igualdade**. Identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: UNICAMP, 1990.

MISKOLCI, R.; PELÚCIO, L. Aquele não mais obscuro negócio do desejo. In: PERLONGHER, N. **O negócio do michê**. A prostituição viril em São Paulo. São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 09-25.

NOGUEIRA, N. Códigos de sociabilidade lésbica no Rio de Janeiro dos anos 1960. In: COSTA et al (Orgs.) **Retratos do Brasil Homossexual**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2010. p. 343-353.

OKITA, H. **Homossexualidade da opressão à libertação**. São Paulo: Sundermann, 2007. (Coleção 10)

PARKER, R. **Abaixo do Equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PERÉT, F. **Imprensa gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2011.

PRADO, M. A. M. Homofobia. Muitos fenômenos sob o mesmo nome. Prefácio . In: BORRILLO, D. **Homofobia**. História e crítica de um preconceito. Tradução de João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica. 2010. p. 07-11.

RODRIGUES, J. Direitos humanos e diversidade sexual: uma agenda em construção. In: VENTURI, G; BOKANY, V. **Diversidade Sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2011. p. 23-38.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris**. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

SIMÕES, J.; FRANÇA, I. Do “gueto” ao mercado. In: GREEN, J. N.; TRINDADE, R. (Orgs.) **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2005. p. 309-336.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 6 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

## Identities, travestilidades e prostituição como mercado de trabalho alternativo para a população trans em Vitória da Conquista (BA)

*Amanda Coelho Chagas*<sup>39</sup>

*José Miranda Oliveira Júnior*<sup>40</sup>

---

Este trabalho tem como principal objeto de análise, a prostituição de travestis na cidade de Vitória da Conquista, sudoeste da Bahia, buscando entender, a partir de uma análise sociológica, os motivos pelos quais o público trans adentra esse mercado de trabalho. Mesmo sem a presença nas ruas para fins de pesquisa, buscou-se fazer um entendimento do campo através das falas das informantes. O trabalho foi construído com base em três entrevistas, todavia, é válido justificar que o número restrito de informantes se deu devido à dificuldade em conseguir entrevistadas, uma vez que, no momento de escrita do artigo, entre 2018 e 2020, a cidade se encontrava em um contexto de extrema violência contra este público, tendo como consequências demasiadas mortes.

A primeira entrevistada, adotando o nome fictício de Érika, apresenta o seguinte perfil: 20 anos, morena com cabelos ruivos, *piercings* e silicone pelo corpo, relatando o uso de hormônios femininos para reconstrução corporal. Segundo consta, normalmente se prostitui nas ruas da cidade, fazendo uso de sites para divulgar o serviço. A segunda entrevistada de codinome Nicole tem 26 anos, é loira de cabelos longos, relata em sua entrevista o uso de hormônios femininos; possui grandes quantidades de silicone pelo corpo. Esta, por sua vez, deixou claro que não frequenta as ruas utilizando-se somente de sites de acompanhantes trans para difundir seu trabalho. Relata que a prostituição é parte complementar de sua renda, uma vez que boa parte do seu tempo trabalha em seu ateliê de costura. Por fim, a terceira personagem, Ellen, relatou ter sido dona de um pensionato. Atualmente se prostitui e utiliza os sites para atrair clientes, segundo ela.

---

<sup>39</sup> Graduada em Ciências Sociais (UESB)

<sup>40</sup> Mestre em Educação (UESB)

Era residente da cidade de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, eventualmente visitando-a. Em seu perfil destaca-se: morena, cabelos longos, com silicones pelo corpo, 26 anos de idade.

Para compreender a presença das informantes no mercado de trabalho da prostituição, foi necessário entender a partir das suas falas os mecanismos que contribuíram para que elas adentrassem o universo da prostituição. Das três entrevistadas, somente Nicole (Informação verbal) iniciou a prostituição tardiamente, uma das suas motivações está atrelada à desilusão amorosa, como declara:

[...] acho que com uns 24 por aí, 24 anos e o que me levou foi decepções amorosas, não foi precisão, não meu trabalho, dá pra “mim suprir” todas as minhas necessidades. Foram decepções amorosas tipo, é... não vale a pena você investir tanto no seu corpo pra você ficar com um e outro de graça, sendo que eles vão levantar da sua cama, vai usar teu banheiro, vai embora como se nada tivesse acontecido né, e no outro dia não pergunta se tá bem, se tá... se o “bioco” tá ardendo, não pergunta nada. Então eu falo, já que eles não dão valor, eu dou o meu preço, que eu seja usada, que eu seja um objeto sexual igual eles vejam né, é um bundão, é um peitão e uma forma lá gostosa de fazer de chupar disso e daquilo, mas que eles paguem por isso, então foi o que me fez entrar no mercado da prostituição, foi só mesmo decepção e tirania com a cara deles, porque eu não acho justo eu investir tanto no corpo pra ficar dando pra qualquer um de graça.

Nicole relata o modo como os homens a trata, chegando por vezes a se sentir como um objeto. Santos (2015) relata que viver a feminilidade em sua construção atual requer um “disciplinamento do corpo”, sendo um processo trabalhoso que envolve recursos financeiros, desde gastos com cirurgias até maquiagens. Assim sendo, Nicole enxerga seu corpo como um investimento e por isso busca retorno de alguma forma, seja ele financeiro ou o reconhecimento dos homens que nesse caso não houve êxito, recorrendo assim à primeira opção. “A prostituição faz com que as travestis se sintam *sexy* e atraentes. É o único contexto em que elas podem desenvolver autoestima, autoconfiança, valor pessoal, além de se sentirem como objeto de verdadeiro e intenso desejo” (KULICK, 2008, P.151). Érika (Informação verbal) começou a se prostituir com 15 anos de idade, deixando claro em seu discurso que foi apenas por curiosidade:

[...] comecei com uns 15, na mesma... na mesma época que comecei minha transição hormonal e aí... motivo foi curiosidade, por incrível que pareça, não foi por necessidade e nem por problemas familiares que a maioria, algumas são levadas a fazer isso entendeu?! “Eu foi”

curiosidade [...] foi assim... foi, na verdade antes de ir para rua eu já fazia um programa ou tipo, fazia sexo em troca de dinheiro, entendeu?!

Observa-se que Érika reconhece a inserção de algumas travestis nesse meio devido a “problemas familiares”. Ellen iniciou no universo um pouco mais cedo que Érika, relatando o que se segue:

[...] eu comecei a me prostituir... eu fazia programa desde 13 anos de idade ainda bem menino, que era bem afeminado, eu tomava bastante hormônio e com... eu tinha vontade de fazer 18 anos pra “mim sair” pra trabalhar, não importa o que ia aparecer, mas quando eu cheguei em Vitoria da Conquista o que me surgiu de cara foi prostituição, tinha muita vontade de trabalhar para ajudar meus pais porque eu sou de família humilde, né. Hoje a gente vive na glória, todo mundo muito mais pra frente e... era isso, ajudar meus pais que passava por necessidade, eu queria, aí depois acabei transformando, mudando meu corpo, gostei né, e fui me identificando cada vez mais, e vi que era uma diversão maravilhosa além de me divertir, ganhar meu dinheiro né, pra “mim fazer” minhas coisas, me cuidar, ajudar meus pais, e é isso.

Ellen, afirmou que uma de suas motivações era ajudar sua família e a prostituição era o que havia assim que chegou à cidade como demonstra Kulick (2008) em sua etnografia, cita que esta é uma realidade que permeia a vida de muitas travestis ao chegarem em outra cidade. Em sua fala, Ellen associa a prostituição a uma espécie de diversão, uma via de mão dupla no qual lhe proporciona prazer, como também é uma fonte de renda para se manter e ajudar seus pais. “Ao invés de considerar a prostituição como uma forma degradante de exploração sexual, as travestis a veem como um trabalho assim como qualquer outro (...) e que lhes garante acesso a muito mais dinheiro do que seriam capazes de ganhar em outros empregos assalariados” (KULICK, 2008, P.151).

Atualmente as três entrevistadas divulgam seu trabalho por meio de sites de acompanhantes, Ellen (Informação verbal) relatou que “é um pouco estranho fica na esquina entendeu? É um pouco estranho, mas é... dá dinheiro sim, ficar na esquina ganha muito dinheiro”. Somente Érika (Informação verbal) utiliza as ruas para se prostituir juntamente com os sites, a entrevistada afirmou gostar de trabalhar nas ruas, falou sobre o horário de ficar no ponto, sendo este imprevisível, porém deu uma estimativa: “eu vou te dizer um... mais ou menos a gente chega 7 horas, mas 1 hora da manhã a

gente vai embora”. Durante a entrevista cada informante relatou como se deu a sua inserção quando frequentaram (ou ainda frequentam, no caso de Érika) às ruas:

[...] assim... como tem aquele ditado, cada pessoa manda no seu ponto, então eu comecei ir pra rua por [...] tinha... e aí eu comecei ir, é... por, por influência de amigos: “ah você é bonita! Se você for pra rua, você ganha” ... e eu fui. Tive problemas na rua, mas resolvi [...] fui na cara dura, mas eu tive problemas com isso entendeu!? É... aceitação no ponto, é... por ser novata [...] na verdade eu fui, tinha outras travestis e aí elas me pararam, como a gente é ousada né?! A gente pergunta o que tá fazendo aqui e começa uma briguinha, e tal, uma enfrentando a outra, mas aí como é... é... a cafetina viu que ela ia ganhar com aquilo, ela resolveu deixar, e aí eu paguei um... um certo valor por semana. Eu não tenho ponto, a gente não tem ponto fixo entendeu?! Então quando a gente tá em muitas, então tem mais velhas a gente não pode falar pra elas “ahh da licença, desça e tal”, a gente procura um jeitinho de ir pra esquina que não tem ninguém, ou que tem menos, ou que tem alguma que a gente se dá bem, e a gente trabalha junto. (ÉRIKA, Informação verbal)

Érika relata que foi pra rua por influência de amigos, todavia, durante o processo ocorreram conflitos com outras travestis que frequentavam o ponto, Bittencourt (2017) discorre acerca da violência de rua entre travestis que se dá na maioria das vezes “por causa da demarcação dos pontos de prostituição, seguindo uma hierarquia criada entre elas” (BITTENCOURT, 2017, P.164). Quando questionada se ela tinha um ponto específico, Érika traz ao contexto de que quando se tem muitas travestis trabalhando em um mesmo local, ela acaba tendo que procurar outros pontos ou trabalhar próximo às travestis com quem possui afinidade. Nicole (Informação verbal) conta que já trabalhou na rua “só por curiosidade, por precisão não, só pra saber como é que é”, trabalhou apenas em duas cidades, a primeira foi em Vitória da Conquista (BA) e a segunda Contagem (MG), e acrescenta:

[...] aqui em Conquista foi 11 dias. Em Contagem, Belo Horizonte, eu fui visitar uma amiga que “tava” lá e acabei indo pra rua também, mas não foi por precisão não né, foi mais por curiosidade e por diversão [...] tinha... cafetina, tinha outras travestis no ponto, foi tranquilo. Graças a Deus foi tranquilo, que eu já conhecia as cafetinas e conhecia mais ou menos as que já trabalhavam, então nunca deu problema não, mas se fosse fora lá né, São Paulo, lá “né” Salvador a máfia... lá em Feira de Santana a máfia né, a máfia é mais complicada elas mandam doce, elas mandam homem chegar te roubar, te bater pra você não ir mais pra rua, elas não aceitam o fato de uma ser mais... de uma ser mais bonita chegar, de uma com peito maior chegar, o cabelo, a bunda maior chegar,



elas não aceitam, que sabe que vai penar, vai né, perder “os cliente” pela beleza da outra. Então acaba fazendo máfia por causa disso.

Ao ser indagada sobre o que seria “mandar doce”, ela logo explicou:

Mandar doce é mandar é... mandar violência né, mandar um carro cheio de homem chegar e bater e bater, bater, bater na outra ou cortar o peito ou raspar a cabeça, mandar doce é isso, é mandar um ato de violência para outra. (NICOLE, Informação verbal)

Já Ellen (Informação verbal) falou o mínimo acerca da sua inserção nas ruas, dando ênfase na persona da cafetina:

[...] quando eu cheguei aqui não tinha na cidade não tinha né e... já fui pra outros lugares é... depois daqui fui pra Salvador, em Salvador sim, tem um controle né, na verdade tem um controle que as pessoas que... se querem chamam de cafetina né, mas eu não acho errado entendeu?! Nem certo e também as vezes depende também da situação né, da ação delas né, que querem as vezes algumas, é, realmente são cafetinas até bem marginais né, que é agressão, quer tomar o que você ganhou... entendeu?! E por aí vai, chega com outros homens e aí pronto, você tem que dá tudo, aí tem tudo isso, mas algumas tratam a gente super bem é... na verdade algumas tem o controle pra poder não vender droga no ponto né, pra não ter confusão, não ter conflito pra não acabar com o espaço que ela conquistou ali e um tempo atrás de quando ela começou, então é isso.

É evidente ao decorrer das falas das informantes a presença da Cafetina nas ruas, exercendo certo controle a fim de manter uma organização na ‘pista’, recebendo parte do valor dos programas das travestis que ali se prostituem. Tal atividade é considerada ilegal, porém algumas travestis veem a persona da cafetina como algo positivo, como retrata Ellen sobre o controle que se tem para não vender drogas ou não acontecer conflitos por parte desta.

Desta forma “a cafetina ocupa um papel organizador e ramificado na rede da Travestilidade. Atua na rua, na casa e nos corpos. É tanto aquela que explora e até maltrata, quanto a que cuida” (PELÚCIO, 2007, p.245). Segundo Benedetti (2006), as cafetinas também administram pensões, normalmente abrigam as travestis que vem de outras regiões para passarem uma temporada, cobrando uma diária, a depender da cafetina o valor cobrado acaba sendo alto e o autor cita que boa parte das travestis, as quais optam por este serviço, reclamam do valor a ser pago, julgando ser exploração. “As

pensões são, portanto, importantes para a sociabilidade e o aprendizado do universo trans” (BENEDETTI, 2006, p.39). Fora informado que Ellen possuiu um pensionato, em meio a isto, aproveitou-se o contexto para inquirir se em algum momento ela havia atuado como cafetina, obtendo a seguinte resposta:

[...] Nunca! (risos) Mas eu fui difamada como cafetina entendeu?! É, na verdade eu tinha um pensionato, hospedei aqui em Vitoria da Conquista e hospedava as meninas transas “meninas vinha” é... várias meninas porque eu tenho amizade com bastante trans de fora e aí eu tive é... inclusive quando eu desci pra rua foi que aconteceu que uma veio me cortar com um estilete, onde eu consegui tomar o estilete dela e me defender né, aí acabei “machucando ela”. Mas não tive, não tinha a intenção nenhuma e aí foi o que deu, foi isso, depois aconteceu que eu me saí, aí depois disso eu me afastei de tudo entendeu?! Eu prefiro ficar sozinha porque tudo esse meio da gente é muito falso entendeu?! De prostituição, meio de gay, de lésbica, de trans, é muito falso, então você tem que saber muito bem com quem você conversar, com quem você confiar e andar, entendeu?! As difamações sempre “acontece” né, uma querendo acabar com a outra, destruir a outra que é mais bonita, então foi isso que foi, esse ponto que chegou né, de querer me difamar, e devido a essas confusões ter acontecido né é... ela vir me cortar e eu acabar acertando ela foi que eu levei essa fama né, porque rede social também é demais é... sites, blogs inventam coisas de tanta coisa entendeu?! Eu sei de lá como... sai como cafetina, várias coisas, saiu nos blogs, mas graças a Deus todo mundo viu... é... em Conquista eu tenho muita gente que me conhece, viu que eu estava na minha razão, entendeu?! Então se eu tivesse...eu não tivesse conseguido tomar o estilete da mão dela, pra mim, né, me defender, hoje faria o que um ano e.. um ano e alguns meses que eu tava morta (ELLEN, Informação verbal)

Ao interpretar a fala de Ellen em relação à “falsidade” presente no mundo da prostituição, Kulick (2008) traz a partir da fala das informantes o seguinte ponto, narrando que eram poucas as travestis que de fato conseguiam estabelecer amizades as quais pode se chamar de “laços verdadeiros”. Assim sendo, “as travestis vivem e trabalham juntas, mas muitas se veem em competição constante com as outras. O objeto dessa competição são recursos escassos e valiosos: namorados, clientes, beleza, feminilidade, dinheiro” (KULICK, 2008, p.60). O autor supracitado entende que, o assim chamado por ele, “próprio projeto travesti”, tem grande influência nas relações pouco duradouras entre elas, uma vez que a ‘cultura travesti’ se caracteriza por mecanismos individualistas e jovens, sendo sua preocupação baseada na aparência e não na vida social, deste modo seria “uma cultura na qual a beleza feérica importa mais do que uma

esplendida habilidade social; na qual o número de namorados, clientes e conquistas sexuais na forma de “vícios” é muito mais valorizado que o número de amigos” (KULICK, 2008, P.61).

Dando continuidade ao diálogo sobre o mundo das ruas, interrogou-se as informantes se de fato houve alguma situação sob a qual elas passaram enquanto estavam na “pista”, que seria considerada por elas uma circunstância de risco. As três afirmaram que sim, acontecendo das seguintes formas:

[...] tipo, quando eu comecei, quando... que hoje a gente passa por muita coisa, na verdade, não é só pra gente que é travesti, pra outras pessoas que trabalham na noite, ou que gostam da noite sabe que a noite traz tudo de bom e tudo de ruim e eu... quando eu comecei, eu sai uma vez com... uma certa vez com cliente de moto, ele me levou num local que as outras já tinham me falado que se ele fosse pra aquele local eu pedia ele pra não ir ou eu não entrava no veículo dele, então a gente foi de moto, ele fez o programa comigo e na volta por eu não ter experiência, eu não peguei o dinheiro adiantado. Quando eu descii da moto pra receber o dinheiro, ele saiu, me deixou lá só e não me levou no meu ponto, ele me levou num local que eu tive que andar mais (ÉRIKA, Informação verbal)

[...] já senti medo, é... é totalmente diferente do site, nas ruas os “homens passa” sujo vindo do trabalho, é... tem aquela... aquele certo perigo né, você sabe... você vai, mas não sabe se volta, tem toda essa complicação. Aí tipo... você, eles... eles pagam pra você fazer no carro mesmo, aí para “ne” algum lugar né, não tão seguro aí de repente “os bandido” vê o carro parado, aí já assalta você e assalta o seu cliente... aí você não tem nada pra dar, aí já quer fazer coisa, já quer mata né, então os “perigos é esse”, fora os perigos dos clientes também né, porque a gente já não confia que muitos é... vai fazer aquilo, mas depois pode se arrepender e ou depois pode “fazê” aquilo por enganar e depois “fazê” alguma coisa, “mata” ou querer roubar assaltar (NICOLE, Informação verbal)

[...] já senti medo sim, bastante e sinto até hoje né, hoje não, como não vou mais pra rua eu sinto medo em sair quando um cliente me liga pra me pegar, eu não saio com ele, eu mando ele ir pro motel e mando a chave, foto da chave pelo *Whatsapp*, aí eu confio que ele está no motel e vou, que ele estando no motel já é mais seguro, ele então não vai ter como ele querer fazer mal a mim mas nas ruas já fui agredida por um grupo aqui mesmo lá perto do posto tigrão, tem muito tempo isso, fui agredida por um grupo de rapazes né, que mora num bairro mais acima acho que é Bruno Bacelar, de chute, meu salto quebrou, eu tentei correr ai eles, foi, e me chutou bastante, que eu acho que eles queria me assaltar, eu fui, corri, foi aí que eu caí, quase perto de um caminhão... sorte que o caminhão não tava muito “correno”, aí o homem parou começou a buzinar, aí eles correram com uma barra de ferro ia me acertar com a barra de ferro e outra vez também que o homem... eu saí com o homem pra fazer um programa, quando cheguei aqui, e ele me

levou pro Cristo tirou... depois de a gente ter feito sexo e tal aí ele foi e me roubou colocou a arma em mim e aí foi que eu consegui vencer né sai, corri empurrei a arma caiu do outro lado do carro pra fora e aí foi aonde eu consegui “corrê” e me libertei dele né, e ele foi embora e eu fiquei pelada, vim embora pelada, no tempo, eu morei nas pedrinhas né, um aluguel mais em conta, logo quando eu cheguei também isso (ELLEN, Informação verbal)

Érika (Informação verbal) disse: “a noite traz tudo de bom e tudo de ruim”. Esta frase leva à reflexão acerca da violência de quem trabalha no mundo da noite a qual está suscetível, além da violência simbólica se tem a violência física como indica Benedetti (2006), se referindo à segunda como um “código legítimo” que permeia a noite direcionada principalmente às travestis, “tanto pelo anonimato como pela possível impunidade que caracteriza esse contexto” (BENEDETTI, 2006, P.47). Nicole narra acerca do seu receio até mesmo com os clientes, decorrente da violência que se faz presente nesse universo.

Já em relação à Ellen, esta deixa evidente em sua locução que correu risco de morte enquanto estava trabalhando, sofrendo espancamento por parte de um grupo de rapazes, apresentado por Kulick (2008) em sua etnografia, “a violência vem na forma de agressão verbal, mas não são raros os casos em que gangues de jovens espancam travestis (...). Normalmente as pessoas que cometem esses crimes não são identificadas nem detidas” (KULICK, 2008, P.47).

É bastante comum alguns homens que se passam por clientes em uma tentativa de assalto às profissionais do sexo, de acordo com as bibliografias levantadas. Kulick (2008) explana o estereotipo estabelecido sob o público trans vinculando-o à figura marginal, pervertida, armada e drogada que cada vez mais é alimentada pela mídia em suas reportagens ao se referirem a acontecimentos referentes a travestis. Em vista disso, nota-se o quanto à mídia e outras instituições a omissa quanto à violência sofrida por este público, que passa despercebida aos olhos da sociedade.

Nicole (Informação verbal) passou por uma situação de risco no qual se viu obrigada a se defender: “uma vez que um homem ficou com muita graça pra meu lado que eu dei uma (risos) uma... uma... como é que é o nome... uma canivetada no pescoço dele, mas só passou, só cortei não... não enfiei”; Érika (Informação verbal) também contou: “passei a semana passada, eu fui pra o DISEP<sup>41</sup> (risos), fui pra delegacia porque

---

<sup>41</sup>Distrito Integrado De Segurança Pública.

eu deferi, eu diferi... um corte no cliente, por... a gente teve uma briguinha e eu cortei ele”. Constata-se em ambas as falas a presença de objetos cortantes, caso ocorra situações de violência e ameaça a autodefesa prevalece.

Kulick (2008) demonstra em seus estudos que as travestis se consideram profissionais, pois veem a prostituição como um trabalho, principalmente por se referir aos homens que procuram por tais serviços como “clientes” ou “fregueses”. Assim sendo, verifica-se na frase de Ellen a relação trazida entre prostituição e trabalho. Além deste termo, costumam utilizar também vocábulos como “prostitutas” e “putas” para se referir umas às outras. É nesse contexto que elas se produzem para ir para a “batalha”, como aponta Kulick (2008), escolhendo roupas específicas que “consideram chamativo e atraente aos olhos masculinos” (KULICK, 2008. P.157).

As travestis “são exemplos que desfazem a relação simplista vagina-feminino e pênis-masculino” (BENTO, 2008, P.20), elas convivem tranquilamente com o corpo que possui, até porque é destes que elas tiram o sustento quando o assunto é prostituição, pois, boa parte dos seus clientes procuram pelos serviços sexuais atuando como passivo, ou seja, com o desejo de serem penetrados. Quando questionada sobre o perfil dos clientes que procuram por este serviço Érika disse que a maioria são velhos e passivos. Segundo ela, a maioria são casados, também contou que costuma atender casais: “cheguei ontem de manhã, estava com um casal, fiquei um dia e meio com eles no motel”(ÉRIKA, Informação verbal), ao perguntar se eram casados ela respondeu:

Casados mesmo, até porque a gente percebe, quando a gente sai com eles tem um tempo a mais do que um programa normal de um homem e uma mulher ou de um homem com a gente, porque quando a gente sai com um homem [...] a intenção dele é sair, só transar com a gente, e com casal tem aquela descoberta né?! De...eles fazem perguntas, a gente faz perguntas também, leva um tempo maior e aí é... eles acabam se abrindo.

Nicole (Informação verbal) relata sobre o perfil dos seus clientes dizendo que:

[...] são casados, já de idade, velhos, feios né, porque se fosse bonito não precisava pagar (risos) mas é... é sério, a maioria são gordos, feio, então é aqueles que buscam mesmo ou alguns que sejam bonitos mas são curiosos né, pra saber como é que é ficar com uma trans. Na maioria por curiosidade e na maioria por gostar, já sai com clientes mesmo que não traem a esposa com outra mulher só trai com trans, ele mesmo me fala. Ele fala bem assim: leu nunca trai a minha esposa com uma mulher nenhuma, nenhuma, nenhuma, nunca, nunca, nunca, de anos e anos de

casado eu só traio com trans porque eu gosto de ver uma mulher com um órgão masculino e isso é um fetiche e porque a gente, digamos assim, né, entre aspas, que é mais safada, faz melhor e é aquela putaria toda na hora H né, que muitas mulheres né, não... não são assim, são mais rígidas são mais aquela coisa tradicional e a trans não, a trans já é...já não nasceu pra ser doída.

Após a sua fala, fora questionado se normalmente ela fazia papel de ativa ou passiva no programa, sua resposta foi:

A maioria é passiva, pelo fato de eu ter corpão né, bundão e tal, corpão (risos apontando para o cabelo que estava sem o *megahair*) então né, eles gostam, eles gostam mais (risos), aí né, dessa linha passiva, botou os peitos de silicone já pra ficar idêntica a uma mulher ou melhor que uma mulher e então esse é o fetiche deles, é rabão, é peitão, é cintura fina, é ficar de quatro e blábláblá. (NICOLE, Informação verbal)

É perceptível na fala de Nicole que a travesti acaba se tornando um fetiche para os homens, por possuir um corpo de mulher com um órgão genital masculino o que despertam o interesse para experimentar o diferente, ela é aquele sujeito que desperta o olhar, a curiosidade e o prazer do universo dito masculino. Já Ellen (Informação verbal) narra que: “a maioria são elite, são elite mesmo, clientes é... advogados, médicos é... representantes né, são pessoas maravilhosas, são elite né classe bem... Passivo a maioria são passíveis, dificilmente a gente acha um que queira penetrar na gente...é muito difícil”. “Nesse mercado de corpos e desejos, as travestis classificam como “mariconas”, aqueles clientes que buscam no corpo delas, o órgão masculino, e assume na relação sexual o papel de passivos” (SANTOS, 2006, p.173).

De acordo com Pelucio (2007) o perfil de cliente “maricona” também costuma pertencer à classe mais velha, possuindo automóveis mais caros, sendo “bem apessoável”. Assim sendo, “sair com um cliente com esse perfil dá prestígio a travesti, ainda que durante o programa ela venha a se surpreender com seus desejos “pouco másculos” para os padrões delas” (PELÚCIO, 2007, P.92). Ellen faz uma analogia ao fato de seus clientes “serem pessoas maravilhosas” por pertencer a elite, observa-se a partir disso que o perfil de cliente com o qual ela trabalha é diferente das outras entrevistadas, isso pode se dar de acordo os lugares que ela frequenta e até mesmo pelo perfil estético que esta possui.

Todavia, o que chama a atenção é que assim como Nicole, Ellen possui um corpo esteticamente afeminado e os seus clientes atuam como passivo na relação, ao contrário do que acontece com Nicole. De acordo o contexto que foi apresentado sobre os tipos de clientes que procuram por este serviço, sendo boa parte de homens que buscam atuar como passivos durante a relação, achou-se pertinente questionar às entrevistadas se o uso de hormônios interferia para que o atendimento fosse “bem-sucedido”. Érika (Informação verbal) contou que o uso de hormônios não interfere no seu trabalho, logo em seguida citou a questão da ereção:

No meu caso não, no meu caso não... Geralmente ele interfere, mas eu não ligo porque é... o meu programa eu faço do meu jeito entendeu?! Então, eu não tenho aquela coisa de... de fazer como ele tem que ser feito [...] interfere na questão de, atrapalha um pouco na ereção e a gente precisa disso.

Já em relação à Nicole e Ellen, estas informaram o quanto o uso de hormônios influencia no seu trabalho:

Interfere, porque... é... tem hormônios que tira um pouco da libido da gente aí a prostituição é uma coisa meio, meio que mecânica e meio que não mecânica, depende do cliente né...se for muito feio, a maricona “uó”, velha, gorda é mecânico automaticamente tem que chegar, fazer e sair né, de preferência se a gente nem pudesse olhar para cara era ótimo né. Mas quando é um bofinho bem... né mais ou menos aí a gente já não vai tão mecânico, a gente usa um pouco né, do tesão todas essas coisas, mas os “hormônios atrapalha” bastante, bastante mesmo é porque hoje eu não tô tomando mais nenhum tipo de hormônio porque eu senti que minha libido foi lá pra baixo aí eu “tava” atendendo assim por... por atender, sabe, é tanto que tinha hora que me dava nervoso e eu começava a ficar estressada com cliente e isso não é bom pra gente né [...] tem hormônio que nem.. nem se mexe, fica parada morta, tem hormônio que é muito forte você tomando um você já sente efeitos, eu conheço amigas minhas que...que...que tomam os hormônios que buscam ficar mais feminina, mas também usa outros medicamentos tipo Viagra, o azulzinho né pra poder é... é... cumprir o seu papel no programa, então ficar misturando essas duas coisas no mesmo organismo não dá. (NICOLE, Informação verbal)

Sim, interfere porque assim quando a gente toma hormônio a gente não sente ereção aquela ereção toda né, tipo, e assim no mundo do sexo na verdade os clientes que mais que as meninas sejam ativas né as trans, então assim “eles vê”, a gente como uma mulher porem com pênis né que eles qué brinca uma coisa diferente e atrapalha muito então se tipo a gente toma hormônio. (ELLEN, Informação verbal)

De acordo a fala das informantes, percebe-se que a ereção exerce uma influência significativa no programa, por isso muitas travestis deixam de fazer uso de hormônios uma vez que a própria mecânica do programa exige isso, outra informação trazida por Nicole foi à mistura de substâncias que algumas de suas amigas fazem para obter a ereção ao mesmo tempo em que fazem o uso de hormônios. “Assim, a impotência causada pelos hormônios, mesmo que seja temporária, resulta na diminuição da clientela” (KULICK, 2008, P.86)

Pelúcio (2007) constata em sua pesquisa que os clientes das travestis evitam fazer uso de preservativos. Em vista disso, a autora demonstra a relação existente entre o não uso do preservativo atrelado ao prazer, fazendo uma análise do significado simbólico presente no seguinte contexto. A autora ratifica que o preservativo acaba retirando o prazer de sentir, influenciando assim na excitação e o sêmen seria o fruto desse prazer por parte dos clientes, o significado simbólico é que o sêmen está vinculado à vida, força, à reprodução e a masculinidade segundo Pelúcio (2007), posto isso a troca de fluidos representa uma “intimidade” com seu parceiro. Assim, “além de ser um marcador do fim da relação, liberando a ambos A visualização do sêmen materializa o prazer, o sucesso na relação e da relação, e a masculinidade, ainda que esse sêmen seja o da travesti, pois ele atesta a capacidade sexual daquele homem” (PELUCIO, 2007, P.90 *appud* Medeiros. 2002: 178-179). Quando questionadas sobre o uso de preservativos, as informantes descreveram:

[...] se depender deles não A maioria deles não gostam, mas a gente...  
Prefiro usar, prefiro usar (ÉRIKA, Informação verbal)

[...] obrigatório, tem que fazer não tem isso não, se ele não quiser fazer ele bate punheta sozinho, porque penetração não vai, oral não vai, sem uso de preservativos... eu mesma não faço. Se ele falar assim “ah é, mas é porque meu pênis não sobe sem camisinha ou não sobe com camisinha”, eu falo, “então já que não sobe com camisinha você bate uma punheta e goza porque ‘ne’ mim você não vai bota sem camisinha”, alguns insistem “ah, mas eu sou limpo, eu não tenho nada, não sei o que”, mas a gente não confia nem na gente mesmo, imagine nos outros né. Alguns realmente não sobem de jeito nenhum depois que bota a camisinha, quando tira camisinha tá ali parecendo um pedaço de pau, mas “botô” a camisinha não sobe mais nada, cai... ele usa, acaba usando isso né e eu penso assim “se como a gente colocou a camisinha e caiu né” com as outras é a mesma coisa, então algumas outras vão sem preservativo pelo fato de querer usufruir do... do pênis do homem né, e acaba indo pela tentação e vai sem camisinha é aquilo ali que ocorre de contrair alguma



doença né, é deixar o libido, o tesão subir pra cabeça e fazer merda e da sem camisinha (NICOLE, Informação verbal)

[...] É... alguns pedem, outros não, outros não querem preservativo, mas a gente que tem que ter “amô” a vida né, a saúde, amor próprio, eu no meu caso, eu não faço sexo sem camisinha com clientes, porque assim como ele me pede pra fazer com ele sem camisinha ele pede pra outras, entendeu?! E ele pode tá pegando uma ou outra pessoa infectada, ele pode já está infectado e passa pra mim entendeu?! E aí estou aonde com minha saúde né, pra baixo. (ELLEN, Informação verbal)

Nicole e Ellen exigem que seus clientes utilizem preservativos, porém, Pelúcio (2007) relata que quando se trata de seus “maridos” ou “companheiros” assim chamados pelas travestis estas não fazem uso de preservativos. As duas entrevistadas citadas demonstraram certa preocupação com o contágio de doenças sexualmente transmissíveis, principalmente o HIV/Aids. A autora demonstra que essas “práticas transgressivas” ocorrem ocasionalmente, sendo assim os homens que procuram por estes serviços não estão preocupados em uma prevenção quanto ao contato do sêmen, uma vez que “não é uma preocupação constante dos mesmos em relação às suas vidas sexuais” (PELÚCIO, 2007, p.91), entretanto, nem todas as travestis insistem no uso do preservativo como relata Kulick (2008).

Ao decorrer da entrevista, indagou-se às informantes acerca da distribuição de preservativos por parte da prefeitura e se estas gozavam de alguma assistência por parte deste, Érika (Informação verbal) disse que tem que ir buscar no CAAV, todavia ela alerta não buscar pois: “eu tenho muitas amigas da rua, elas vão né? e também às vezes eu prefiro comprar porque eu particularmente não gosto do cheiro, então eu compro de sabor porque eu...como tem que usar né tipo pra chupar né, então(...)”. Ellen e Nicole também confirmam que para ter acesso é preciso ir até o local solicitar os preservativos, já em relação a quantidade relatam:

[...] uma caixa, no mínimo deve ter, no máximo deve ter umas 50, então a não ser que... a não ser que outras pessoas, porque outras pessoas pegam também, então quando o estoque tá pouco, então eles não dão muito pra gente, entendeu?! Eles abrem uma caixa, divide tipo, divide a metade da caixa pra duas pessoas ou pra três. (ÉRIKA, Informação verbal)

[...] é... quando “tão” de boa dão até a caixa fechada acho que com 140 preservativos, mas quando não “tão” dão na faixa de 30 por aí, 20...depende da maré das atendentes lá, mas algumas pessoas que não

vão buscar por vergonha acabam usando ou do motel ou então acaba comprando né ne mercado (NICOLE, Informação verbal)

[...] então, na rua aqui em Vitoria da Conquista é... tem um certo tempo que eles “tavam” distribuindo né, mas as vezes fica um pouco difícil, some é... distribui um tempo depois somem, o CAAV<sup>42</sup> né (...). Algumas...as vezes, é das vezes que eles me entregavam foi...foi bem pouca as vezes nem dá pra trabalhar a noite, entendeu (ELLEN, Informação verbal)

Verifica-se perante a fala das entrevistadas que a quantidade de preservativos distribuídos por este órgão é insuficiente para ‘trabalhar na noite’ como conta Ellen, em vista disso traz-se a seguinte indagação: existe de fato uma assistência preventiva em relação a este público? “A maioria esmagadora das travestis, assim como a maioria da população brasileira, não tem acesso aos serviços de saúde. Travestis, como grande parte dos brasileiros, levam a vida diagnosticando as próprias doenças e se automedicando” (KULICK,2008, P.44), em vista disso Érika (Informação verbal) diz: “a gente se vira em tudo”; Ellen afirma desconhecer qualquer tipo de assistência às profissionais do sexo,

Pelúcio (2007) discorre em seus estudos sobre os elementos que estão presentes no campo da prostituição, dentre eles ela cita o uso de drogas lícitas e ilícitas, sendo as drogas lícitas principalmente os destilados como pinga, etc. Já em relação às drogas ilícitas tem se o uso do crack, as travestis que costumam usar drogas recebem o nome de “colocadas”. Posto isso, as informantes reafirmam a seguinte colocação da autora;

[...] cocaína, eu cheiro (risos) vou ser sincera né vou falar... tem que ser sincera mesmo [...] pra me ajudar, é uma motivação e a maioria dos meus clientes usam também, então por eu usar eu sei também os efeitos e sei como me ajuda, é... é eu sei quais são os... os métodos que eu uso quando eu tô usando porque eu uso esses métodos com os clientes que usam também né pra tirar mais dinheiro, entendeu?! (ÉRIKA, Informação verbal)

[...] só bebida, bebida alcoólica pra esquentar o frio, só bebida mesmo, conhaque ou whisky, cerveja pra trabalhar assim animada né, aí bate o frio dava aquela animação, aquele desânimo né, querendo a cama aí no final das contas ia e uma “tava” tomando uma bebida aí “cê” ia e tomava

---

<sup>42</sup> Centro de Apoio e atenção à Vida/CAAV Dr.David Capistrano Filho. O centro presta assistência social e atendimento médico aos portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e do vírus da Aids. Também realiza campanhas educativas e realiza distribuição de preservativos masculinos.

outra mas outro tipo de entorpecente não, droga não, nunca, nunca, nunca (NICOLE, Informação verbal)

[...] nunca... só bebida mesmo (ELLEN, Informação verbal)

De acordo com a fala de Érika é evidenciado o uso da cocaína como uma forma de motivação e ao mesmo tempo como um método para furtar o cliente, retirando assim mais dinheiro. Kulick (2008) retrata as formas utilizadas pelas travestis para retirarem mais dinheiro do cliente, como bater carteira no qual ao realizarem o sexo oral, o furto ocorre quando o cliente abaixa as calças até o chão facilitando o ato; existe também o assalto direto; outro modo é famoso “escândalo” em que a travesti realiza ofensas e insultos aos gritos para que todos escutem fazendo com que o cliente se sinta coagido e entregue o dinheiro. Algumas vezes, as travestis costumam fazer uso de facas e navalhas, “elas sabem que assalto à mão armada é considerado pela polícia e pela justiça crime mais grave do que assalto com arma branca” (KULICK, 2008, P.168).

Em vista da demanda acerca das bibliografias recorridas ao longo do trabalho, achou-se válido trazer a relação deste público com a polícia, como reporta Kulick (2008) ao constatar que no início dos anos 90 várias travestis não sabiam se no outro dia voltaria viva quando saiam a noite para as ruas. Este fato decorre de atos da polícia militar e da DJC, uma vez que apesar da prostituição não ser considerada crime de acordo o código penal brasileiro, ainda sim algumas destas travestis eram detidas quando eram acusadas de vadiagem.

Em vista disso, quando eram detidas pela polícia civil, passavam uma ou duas noites na prisão até serem liberadas, entretanto quando a mesma situação acontecia por parte da polícia militar, eram recolhidas pelo camburão do batalhão de choque e passavam por sessões de torturas juntamente com brincadeiras sádicas. Assim sendo, “as travestis continuam relativamente vulneráveis à brutalidade policial” (KULICK, 2008, P.50) como relata Ellen, a princípio ela contou que não ocorreu nenhuma situação entre ela e a polícia quando estava nas ruas, porém trouxe a seguinte questão:

[...] alguns passam na ironia mesmo, apontando arma, já passaram né, com gracinha, sempre acontece, inclusive a gente tem clientes também policiais né, na cidade, e alguns passam fazendo gracinha né, mas... mas a gente releva é, outros já aproveita da boa vontade, se passa... se faz de malandro né, também, vai lá pra assaltar pega outras roupas né, muita das vezes que tem muitos né, que se passa de cliente e ao mesmo tempo malandro né, acha que porque o policial tá no poder a gente tem que

ficar... entendeu?! Calada e... é isso, eles muitos passam fazendo gracinha outros passam, cumprimenta normal, entendeu?! É legal, tem de todo tipo (ELLEN, Informação verbal)

Observa-se na fala de Ellen, a tentativa de extorsão por parte de alguns policiais como afirma Pelúcio (2007) em um de seus estudos sobre o tema.

Como foi visto anteriormente a partir de Kulick (2008), um dos motivos que levam as travestis ao mercado da prostituição está relacionado à sua saída precoce de casa sendo expulsas pela família por não aceitarem a sexualidade desses sujeitos, assim encontra na prostituição recursos para sobreviverem. Em vista disso, busca-se em meio à vivência de cada entrevistada saber o motivo pelo qual muitas travestis adentram o mercado da prostituição de acordo a sua visão, é importante deixar explícito que “o indivíduo deve sempre ser considerado em seu contexto social e em uma temporalidade específica, destacando que, enquanto corpo, ele integra uma ordem social que é produto exclusivo da atividade humana” (SANTOS, 2015, P.35). Ao indagar Érika sobre essa questão, ela responde da seguinte forma:

“por dinheiro e por prazer na minha opinião”.

Com o cuidado de não criar uma ideia de causa e efeito, pode-se notar que estando desprovidas de moradia, renda e do apoio familiar, elas veem na prostituição uma possibilidade bastante acessível. Além do retorno financeiro, que é patente e deslumbrante para as que iniciam a vida na “pista”, a rua torna-se um espaço ímpar que potencializa o processo de transformação iniciado (SILVA, 2015, P.65/66)

Kulick (2008) relata em sua etnografia que além do dinheiro as travestis citam o prazer como elemento presente nesse universo, sendo uma forma de “autoestima e satisfação sexual”, todavia não são com todos os clientes, “a afirmação de que as prostitutas não experimentam prazer sexual em suas atividades profissionais deve ser entendida dentro de um contexto discursivo” (KULICK, 2008, P.197). Ellen (Informação verbal) narra:

[...] nem tudo é normal né, tem... as vezes, a gente tá de bom humor, quando a gente tá de bom humor, tá gostoso, é maravilhoso, quando eu voltei justamente pra escola porque assim eu sei que tem uma certa idade né, chega uma certa idade que já era, a beleza passa né, tudo acaba, tudo que é bom um dia acaba, então ali vai passar, então eu sei que eu tenho que ter uma profissão né, pra mim, então por isso que eu voltei aos estudos.

Nicole acredita que um dos motivos que levam as travestis a se prostituírem tem relação com a facilidade do retorno financeiro desta atividade:

[...] por gostar do dinheiro fácil, que é um dinheiro fácil, mas é um dinheiro sujo, vem fácil vai fácil. Eu não tenho nada, nada, nada, nada que tá aqui dentro que eu consegui com a prostituição, absolutamente nada, não tenho um garfo comprado com o dinheiro da prostituição. Do mesmo jeito... com a mesma facilidade que entra ele vai embora, agora quando é um dinheiro suado, que você sabe que você ralou, que você teve que madrugar ou você sabe que batalha ter dor de cabeça pra você conseguir, é diferente. Mas eu não carrego nada comprado com o dinheiro da prostituição, porque é um dinheiro sujo e fácil, é um dinheiro que depois que o cliente acaba de gozar ele dá ali, ele dá com pena, ele dá com... com raiva. Poxa eu trabalho o mês todo, a semana toda, ou trabalho tantos horários pra ganhar isso que ela ganhou em uma hora, ganhou em 40 minutos, ganhou só por uma gozada. Então depois que ele goza, ele paga ali, paga por pagar que ele tem que pagar, porque senão... (NICOLE, Informação verbal)

Em sua fala ela faz comparações entre o mercado de trabalho formal e o mercado da prostituição, ao dizer que o primeiro decorre de um esforço maior, relacionando assim a facilidade do dinheiro ao curto período de tempo em que consegue este. De acordo às pesquisas existentes acerca da prostituição de travestis nota-se uma questão pertinente a esse público, ou seja, a presença da transfobia que consequentemente reflete na dificuldade em conseguir emprego no mercado de trabalho da constituição. Posto isso, procurou-se entender quais são os entraves para que estes sujeitos adentrem o mercado de trabalho formal, questionando as informantes a respeito da temática:

[...] eu acho que a prostituição... porque hoje é normal um gay, ele...ele tipo se o dono de uma loja apenas souber que ele é gay, o dono de uma empresa apenas souber que ele é gay, mas ele se veste de homem ele se comporta como homem, eu acho que... eu acho que hoje não interfere. Mas uma travesti não, porque a maioria das travestis fazem programa, entendeu?! E aí esse...esses programas são feitos mais na rua, então é uma coisa que a gente fica exposta e todo mundo praticamente sabe do que, do que a gente passa, vê a gente fazendo, então eles julgam e por... por, por não quererem é... entrar em problemas ou perder, ou perder a clientela tendo uma travesti trabalhando no local, até porque todo mundo é... é vai ver uma travesti sabe o que a fama de uma travesti praticamente, assim fama de travesti assim entre aspas é... rola, então ele vai acabar achando que vai ser prejudicado. Eu acho que esse é um problema principal. Então, a questão de atrelar a questão da travesti a prostituição isso... as famas e estereótipos que ela tem isso...porque eu já

conversei com pessoas que... que, que tem um trabalho... que tem...que são donas de comércio e tal, “porque você poderia trabalhar aqui, mas você sabe que o povo como acha vocês” ... não como pessoa, mas acho que esse é o fator principal que interfere. (ÉRIKA, Informação verbal)

A fala de Érika traz comparações entre as categorias gay e travesti, relacionando a probabilidade de gays terem mais chances de serem contratados pelo fato de agirem de acordo ao padrão heteronormativo estabelecido pela sociedade quanto ao comportamento e as vestimentas consideradas adequadas do seu sexo, “a construção da heterossexualidade como um padrão a ser seguido não é um processo inocente, tampouco desprovido de interesses, pois, paralelamente, tem-se a colocação da masculinidade como sinônimo daquilo que é superior” (SANTOS, 2015, P.77).

Em detrimento disso, Érika traz uma relação entre a presença das travestis na prostituição, principalmente de rua, ao estereótipo que se tem acerca desse público quanto a suas ações, remetendo por vezes a uma ideia de marginalização que este sofre por parte da sociedade. Em meio a isto podemos pensar até que momento a persona da travesti rompe com as normas binárias estabelecidas e ao mesmo tempo em que reproduz estas. A travesti traz uma “realidade descentralizada” e se constrói através de suas experiências que dão significado a sua vida juntamente com a sociabilidade através da articulação de identidade atuando no processo de produção deste, a seguinte ação implica em uma dificuldade de aceitação do meio social por não haver por parte deste grupo a fixação de identidade o que implica em uma “experiência descontínua” que foge a normatividade. “E compõem suas trajetórias existenciais a partir de estigmas e impedimentos sociais para ocuparem espaços como a família, o trabalho, os relacionamentos afetivos e até mesmo os prostíbulo

Ao decorrer do discurso de Ellen, identifica-se a falta de oportunidades por parte desta população, como dito anteriormente. Em vista da sua vivência ela deixa explícito que teve maior facilidade em adentrar o mercado de trabalho formal quando ainda era gay, ou seja, não havia iniciado as transformações corporais no que diz respeito a próteses, etc. É possível perceber também em sua fala que ainda que algumas cidades possuam um menor grau de transfobia, ainda assim é algo que permeia a sociedade no qual os heterossexuais vão sempre ter privilégios, Santos (2005) declama: “em Foucault percebemos como os sujeitos são inventados a partir de determinadas formas de exercício de poder. Ao falar sobre o poder, ele o apresenta de forma fluida, percebendo sua existência nas micro relações”.

Ellen faz uma reflexão a respeito da atividade que desempenha, entendendo-se que momentaneamente supre suas necessidades, todavia, não será por tempo indeterminado, posto isso, concebe-se que ao retomar os estudos terá uma possibilidade maior de se inserir no mercado de trabalho formal. É importante salientar o seu objetivo quanto à profissão que pretende exercer futuramente, diante desse contexto questiona-se o percentual de pessoas trans que adentram de fato esse cargo no mercado de trabalho formal, a partir disso pode-se pensar o conceito de privilégio que rege as relações sociais.

## REFERÊNCIAS

BENEDETTI, Marcos. **Toda Feita - O Corpo e o Gênero das Travestis** - Col. Sexualidade, Gênero e Sociedade. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BITENCOURT, Kueyla Andrade. **Transterritorializações – o espaço (im)preciso da travestilidade**. Salvador: Periodicus, 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>>. Acesso em: 28 de maio 2018

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2008.

PELUCIO, Larissa. **Na noite nem todos os gatos são pardos - Notas sobre a prostituição travesti**. São Paulo: Cadernos Pagu, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644707>>. Acesso em: 28 maio 2018

SANTOS, Rafael França Gonçalves Dos. **As Aparências Enganam? : A Arte Do Fazer-Se Travesti**. Campos dos Goytacazes: Appris, 2015.

## Currículo escolar e a autorreflexão docente na perspectiva Queer: a liberdade de ser e existir

*Luciana Xavier Bastos Lacerda<sup>43</sup>*

---

### RESUMO

Em 2001, influenciada pela precursora teórica queer Judith Butler, Guacira Louro publica o artigo “Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação”. Posteriormente, o pesquisador Richard Miskolci apresenta a ideia do aprendizado escolar pelas diferenças. Contudo, apesar da emergência da discussão desta teoria no campo da educação, o ensejo para autorreflexão da práxis docente sobre o currículo oficial e oculto, bem como, suas relações com o poder, cultura, identidade, classe e raça, continuam tímidas. Este artigo é resultado de uma pesquisa-ação, com abordagem qualitativa, cuja técnica de intervenção, concomitantemente colaborou com a transformação da realidade e coletou dados acerca da condução do currículo escolar implícito na perspectiva queer. Este trabalho foi pensado como estratégia de favorecimento da autorreflexão do/a docente de educação básica nos anos finais do ensino fundamental. Ademais, corroborou com a compreensão de que as existências diferentes da norma cis-heteropatriarcal, nas experiências educacionais, precisam exercer em paz a liberdade de “ser e existir”.

**PALAVRAS - CHAVE:** Queer. Diferença. Autorreflexão. Currículo.

---

<sup>43</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação (UFBA). E-mail: [lubioagro@gmail.com](mailto:lubioagro@gmail.com)



## 1. INTRODUÇÃO

O cotidiano dos espaços e práticas escolares esbarra na manifestação das diferenças com a promoção do ensino e aprendizagem. Destarte, a norma prescrita no currículo oficial e o currículo oculto, tradicionalmente, relacionam-se com a transmissão da visão de mundo hegemônica cis-heteropatriarcal<sup>44</sup>. Assim sendo, os “diferentes”, os “estranhos” em meio a normatividade estabelecida nas instituições e relações sociais, são colocados no patamar de minorias estigmatizadas, no qual o direito à liberdade de “ser e existir” é negado através dos recursos da opressão, da repressão e da censura.

Os profissionais da Educação, muitas vezes sem intenção consciente, reforçam os estigmas aos/as “diferentes” por não praticarem a autorreflexão que deveria ser motivada por formações continuadas. Neste cenário a Teoria “Queer” pode ser posicionada como uma aliada neste processo de reflexão crítica dos/as educadores/as, ao favorecer a emergência das ideias contra-hegemônicas que lutam pela representação das existências dissidentes à norma.

O presente artigo é resultado de uma pesquisa-ação com abordagem qualitativa, tendo como foco a autorreflexão coletiva dos/as pesquisados/das tentando contribuir na produção de conhecimento sobre a Teoria “Queer” e o currículo escolar, de modo a favorecer o entendimento da aprendizagem a partir das diferenças.

A coleta de dados ocorreu através de uma intervenção na modalidade de oficina de formação, na qual se problematizou o currículo oficial e o oculto a partir das ideias de pensadores como: Judith Butler (2003), Guacira Louro (2004), Richard Miskolci (2012) e Paulo Freire (2018). A discussão apoiada nas ideias dos autores mencionados, vislumbrou uma discussão pautada na apresentação da Pedagogia “Queer”, interessada em colaborar com a reflexão crítica da “práxis” docente. Com base na sensibilização e no exercício da empatia, as existências diferentes manifestadas nas participações escolares, podem ser favorecidas com a ruptura de discursos normalizadores ou compulsórios, alavancando o enfoque do processo educativo na experiência do aprender e não em modelos prescritos por uma ordem hegemonicamente opressora.

---

<sup>44</sup> Concepção hegemônica idealizadora da identidade cisgênera, da heterossexualidade como orientação sexual e do patriarcado enquanto sistema de dominação e hierarquia baseado nas relações de gênero.

## 2. O “QUEER” É CURRÍCULO ESCOLAR?

A palavra currículo<sup>45</sup> tem origem latina e assume o significado de percurso, usualmente, a expressão “currículo escolar” é envolvida pela metáfora do “caminho”, sendo pensada como a trajetória de conteúdo, habilidades ou competências que o/a professor/a precisaria ensinar ao/a educando/a. Todavia, existem gradações sobrepostas na concepção do currículo que vão além de um percurso normativo a ser seguido. Para Silva (1996):

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais. (SILVA, 1996, p. 23).

Não é possível conceber o currículo sem a sua relação com a ideologia apoiada nas ideias hegemônicas de uma classe determinada, bem como, as relações de poder, cultura e conseqüentemente as questões de gênero. Moreira e Silva (1997, p. 23) reconhecem a ideologia como instrumento de transmissão de uma norma, pois “é a veiculação de ideias que transmitem uma visão do mundo social vinculada aos interesses dos grupos situados em uma posição de vantagem na organização social”. Não obstante, o currículo pode ser considerado como um instrumento emissário da ordem hegemônica apoiada em concepções valorizadoras da cis-heteropatriarcalidade em virtude de a vida material ser regida pelo aspecto ideológico.

O currículo oficial ou prescrito é aquele que abrange a normativa educacional, mas a vivência curricular extrapola o que é oficializado, havendo o currículo oculto: Tanto o Currículo Real, Oficial (explicitamente) e o Currículo Oculto (implicitamente) têm poder socializador na escola, pois certas práticas e rituais escolares moldam e fabricam consciências. A escola legitima a divisão social, racial e sexual do trabalho, uma vez que o conhecimento escolar é distribuído de forma desigual, conforme os diferentes grupos e classes sociais. A distribuição dos Currículos Ocultos também é diferenciada, de acordo com a classe social, a raça ou etnia e o sexo da clientela. Assim, inculcam-se diferentes atitudes e características de personalidade, de acordo com os diferentes grupos e classes sociais (SILVA, 1996, p. 5)

---

<sup>45</sup> Latim *curriculum*, de *curre* e significa “o ato de correr, percurso

O currículo oculto é um fenômeno que carece de discussão e os/as docentes necessitam ser oportunizados a pensar sobre esse tema, seja na sua formação inicial, quanto ainda mais na continuada, por estarem no exercício da docência. O currículo oculto se materializa de forma implícita e também se apoia de forma cíclica com o poder, a cultura e a identidade:

O currículo oculto reflete a seleção de significações, a cultura, a identidade dos grupos sociais e a discussão de poder. Ele nunca é uma simples montagem neutra. Ele é produzido pelos conflitos e pelas tensões que circundam o nosso ambiente, refletindo as relações de poder entre os atores que convivem na escola. “Então, planejar currículo implica tomar decisões educacionais, implica compreender as concepções curriculares existentes que envolvem uma visão de sociedade, de educação e do homem que se pretende formar.” (VEIGA, 1991, p. 83)

Desta maneira, a autorreflexão da práxis instrumentaliza a otimização da consciência sobre o fato de que os/as educadores ensinam conteúdos, habilidades e competências mais à frente do que prescreve o currículo oficial. Silva (1996) alerta que: “os professores devem ficar atentos aos valores que eles próprios incorporam, porque eles determinam a seleção dos conteúdos, as estratégias, a metodologia, as habilidades e a avaliação. O próprio questionamento, às vezes, está impregnado de ideologia” (SILVA, 1996, p. 4). Portanto, os ensinamentos implícitos precisam emergir conscientemente, com o propósito de desconstruir reproduções opressoras e favorecer a produção de conhecimento pelo viés de uma pedagogia autônoma, emancipatória e libertadora.

A ideia de um currículo “Queer” estaria intrinsecamente pertinente a concepção do currículo oculto. Mas, os/as professores/as conhecem a Teoria “Queer”? Na escola, cujo fora aplicada a coleta de dados os/as professores/as pesquisados/as por meio de uma intervenção, unanimemente, desconheciam a Teoria “Queer”. Com base nessa experiência, arriscamos que a falta de conhecimento sobre os estudos “queer”, a autorreflexão da práxis docente e as relações de poder, gênero e raça imbricadas no currículo oculto, são temas pouco debatidos e conhecidos no domínio escolar.

No final dos anos 1980 a Teoria “Queer” iniciou o seu desenvolvimento, nos Estados Unidos. A tradução par a língua portuguesa é “estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”, diz Louro (2004, p. 38). O termo era utilizado de forma pejorativa para se referir a homossexuais, todavia, pesquisadores e ativistas “tomaram”

esse termo do caráter de insulto e buscaram converter para uma ideia positiva. O termo estava operado em uma prática linguística com propósito de desqualificar e degradar as pessoas: “Queer adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos” (Butler, 2002, p. 58). Logo, a difusão da ressignificação da palavra “queer” ergueu um espírito político, um modo de existir, resistente ao acatamento das normas heteronormativas<sup>46</sup>.

Na perspectiva do currículo escolar atento a reflexão proposta pela Teoria “Queer”, busca-se corroborar que “qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar” (FREIRE, 2018, p. 59). Ademais, o aprendizado pelas diferenças é um construto necessário nas práticas escolares e precisa abarcar uma formação crítica da práxis pedagógica docente na mediação das aprendizagens pelas diferenças.

É angustiante a vivência de tempos tão complicados, nos quais a descrença da sociedade na política e na economia despertam o clamor cético pela censura e nos remete ao reforço da concepção binária de gênero, do patriarcado, da desvalorização dos conhecimentos científicos, dos ataques a escola com matérias como a Escola Sem Partido<sup>47</sup> e a acusação do domínio escolar instrumentalizar doutrinações por intermédio de uma provável Ideologia de Gênero<sup>48</sup>, ressaltando preocupações com discursos que colocam em risco a laicidade e a liberdade “de ser e existir”, posicionando as existências dissidentes à margem dos debates.

---

<sup>46</sup> Heteronormatividade (do grego hetero, “diferente”, e norma, “esquadro” em latim) é um termo usado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas.

<sup>47</sup> Programa Escola sem Partido, ou apenas Escola sem Partido, é um movimento político criado em 2004 no Brasil e divulgado em todo o país pelo advogado Miguel Nagib. Os defensores do movimento afirmam representar pais e estudantes contrários ao que denominam de “doutrinação ideológica” nas escolas.

<sup>48</sup> “(...) o sintagma (a expressão) “Ideologia de Gênero” é uma invenção Católica que emergiu sob os desígnios do Pontifício Conselho para a Família e da Congregação para a Doutrina da Fé em meados da década de 1990 e o início dos 2000, no bojo da formulação de uma retórica antifeminista sintonizada com o pensamento e o catecismo de Karol Wojtyła, o papa João Paulo II. O pontificado do polonês foi marcado pela radicalização do discurso da Santa Sé sobre moralidade sexual. Ao fazer da heterossexualidade e da família heterossexual o centro de sua antropologia e de sua doutrina, o pontífice produziu uma teologia cujos postulados situam a heterossexualidade na origem da sociedade, e definem a complementariedade entre homens e mulheres no casamento como fundamento da harmonia social. Assim denominada Teologia do Corpo encontrou uma de suas mais nítidas formulações na Carta às famílias (1994) de João Paulo II, fornecendo fundamentos e parâmetros para a elaboração de uma retórica antifeminista que animaria a ofensiva antigênero. De fato, mesmo quando acionado por atores de diversas orientações religiosas, ou até laicos, o discurso antigênero é pautado pelos preconceitos ideológicos dessa teologia. Em outras palavras, o discurso antigênero possui matriz católica” (JUNQUEIRA, 2019, p. 136 e137).

A supressão das menções a palavra “gênero” na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reforçou o existente mistifório no trabalho docente quanto aos temas relacionados a “gênero e sexualidade” no contexto escolar. Ademais, é notório que a supressão das menções a gênero não proíbe a reflexão criticado currículo, “mesmo compreendendo que a ideia de base comum nacional foi historicamente produzida, sempre é possível criar algo para além da simples resistência às propostas oficiais” (ALVES, 2017, p. 05).

Outro ponto a ser analisado é a categoria de trabalho pedagógico relativo à “diversidade”. A expressão diversidade é amplamente difundida no Brasil, utilizada por movimentos sociais e utilizado mote para a o desenvolvimento da interdisciplinaridade e inclusão nas práticas escolares.

Muito embora, os objetivos expressados pela diversidade precisam ser repensados e requisitam outra significação, ao lidar com as diferenças no trabalho com diversidade “cada um está no seu quadrado”, o outro é compreendido distinto de nós e com o qual podemos conviver, mas sem nos misturarmos, no aspecto da diferença estamos todos/as implicados/as e quanto mais nos relacionamos, também reconhecemos como parte integrante de nós mesmos e não apenas toleramos, mas dialogamos juntos sabendo que essa relação nos transformará (MISKOLCI, 2012, p. 15,16). Freire arremata esse entendimento com o seguinte pensamento:

É na minha disponibilidade permanente à vida a que me entrego de corpo inteiro, pensar crítico, emoção, curiosidade, desejo, que vou aprendendo a ser eu mesmo em minha relação com o contrário de mim. E quanto mais me dou à experiência de lidar sem medo, sem preconceito, com as diferenças, tanto melhor me conheço e construo meu perfil. (FREIRE, 2018, p. 131).

A escola deveria ser um espaço cuja o exercício da liberdade de “ser e existir” não se atrelaria as discriminações ou preconceitos, as diferenças muito mais que incluídas no processo educativo, necessitariam ser acolhidas, com disponibilidade para compreensão e aprendizado:

As pessoas aprendem sobre sexualidade ouvindo injúrias com relação a si próprias ou com relação aos outros. Na escola, quer você seja a pessoa que sofre a injúria, e xingada, é humilhada; quer seja a que ouve ou ver alguém ser maltratado dessa forma, isso se transforma em um trauma, e tudo é pior pra quem é humilhado e maltratado, mas também é nada agradável alguém – que mesmo não sendo xingado –

descobre que seu colega está sendo humilhado por causa disso. É assim que as normas se fazem valer. (MISKOLCI, 2012, p. 34).

O sofrimento provocado pela experiência educativa apoiada no que Miskolci (2012) denomina de “Terrorismo Cultural” não deveria ocorrer na escola. Muitas violências sejam físicas ou simbólicas demandam de “algo coletivamente imposto e experienciado” (MISKOLCI, 2012, p. 34) no aspecto sociológico, essas manifestações estão legitimadas de forma implícita pelo cis-heterossexismo, em suma, os atos violentos emergem de modalidades da violência invisibilizadas pelo espectro normativo, alinhadas à cominação de uma ordem ou convenção.

Na vida social, sobretudo na escola, aprendemos as formas coletivamente esperadas de ser por meio da perseguição às maneiras de agir e ser rejeitadas socialmente. Na esfera do desejo e da sexualidade, a ameaça constante de retaliações e violências nos induz a adotar comportamentos heterossexuais. Por isso, o que a mídia chama de homofobia atinge mais visivelmente quem é xingado, humilhado ou sofre violência física, mas também constitui um fenômeno que envolve a todos: a vítima, o algoz e as testemunhas. Em um episódio de violência há aquele que é atacado injustamente, o que ataca fazendo valer uma norma social e quem testemunha a cena. Frequentemente, quem assiste não consegue agir e tende a ver na violência um alerta para aceitar a norma, caso não queira se tornar a próxima vítima. (MISKOLCI, 2012, p. 35).

Por isso, incorporar o “queer” nas práticas educacionais requer uma profunda construção crítica da prática docente, com disposição de constituir um diálogo distante do “assimilacionismo” no espaço escolar, tornando a escola um espaço agradável de efetivação da paz, a partir do respeito as diversidades e diferenças.

É preciso propor o diálogo entre professores/as com a própria condição educativa em relação a todos os sujeitos, repensando o papel da escola na transmissão das memórias sociais de opressão aos que são diferentes e não se alinham a norma heteronormativa, contribuindo com rompimento do caráter violento da socialização escolar que legitima ordens compulsórias de comportamentos compreendidos como normais, contra os/as compreendidos/as como anormais. Haja vista que, segundo Veiga (1991) o currículo oculto se relaciona de maneira cíclica com o poder, a cultura e a identidade.

A normalização identitária imposta a escola, no contexto da censura, que tenta pelos mais diversos meios pedagógicos criar meninos masculinos e meninas femininas, como era evidentemente durante a Ditadura Militar (MISKOLCI, 2012) promove violências contra as pessoas, oprimindo suas existências e sua liberdade de simplesmente serem o que são. Este pensamento reforçado das concepções heterossexistas retoma força nos cenários sociais e políticos da contemporaneidade, especialmente no pós-golpe (2016), no qual compreendemos com: parlamentar, jurídico e midiático, quando ocorreu o crescimento da divulgação e ênfase dos discursos neoconservadores, obscurantistas, neocoloniais e cis-heteropatriarcais.

É na formação, no entanto, que se dá o processo de reflexão crítica da práxis, necessitando ser contínuo ao exercício da docência, na qual os/as atores/atrizes no processo de aprendizagem estejam envolvidos em um ciclo gnosiológico: ensinando o conhecimento já existente e trabalhando na produção do conhecimento ainda não existente (FREIRE 2018), abrindo espaço para “olhar” a formação docente em ressonância com as práticas escolares rumo a uma escola reflexiva que possibilite o diálogo com as diferenças entre os sujeitos na experiência escolar e social como condição do processo educativo.

É preciso que a escola reflexiva possa ser um espaço no qual se “escove a história a contrapelo” (BENJAMIN,1985) percebendo a escolarização como um recurso de transmissão da cultura dos grupos hegemônicos (vencedores) e por isso não isentos de barbárie e opressão; sendo urgente dar voz, lugar, liberdade e isonomia aos grupos não hegemônicos (vencidos), minorias estigmatizadas, compreendidos/as como diferentes e estranhos/as ao esperado pela normatividade.

Porém, “Queerizar” ou “Queerezar”<sup>49</sup>o currículo oculto, está além de dialogar com os/as “estranhos/as”, seja no âmbito dos processos educacionais ou nas experiências sociais, é acima de tudo, propor o diálogo em questão como a própria condição educativa em relação a todos os sujeitos envolvidos nas práticas escolares e sociais. A escola precisa transformar suas concepções de transmissão das memórias sociais de opressão para romper com o caráter violento. O estrado da opressão promovida pela heteronormatividade compulsória, dos comportamentos implicados como normais

---

<sup>49</sup>Expressão encontrada no artigo: Decolonizar y queerezarlo docente: repensando el discurso curricular de la formación docente, tendo como autores: Héctor Gómez Cuevas, Isabel Margarita Núñez Salazar, Fernando Murillo Muñoz, demonstrando a necessidade de incluir a Teoria Queer na formação docente.

contra os/as considerados anormais, devem rechaçar não as pessoas, mas sim, as ironias, piadas, injúrias, ameaças, precedidos de tapas, socos, surras e humilhações, materializados no fenômeno denominado de bullying<sup>50</sup>.

Assim, o “Queerezar” ou “Queerizar” o currículo escolar, necessita da reflexão crítica da práxis, pautada em uma formação docente voltada para liberdade de “ser e existir”, como contextualiza Guacira Lopes Louro:

Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler (1999), a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homofóbicos, ao longo tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminatório e abjeto a quem é dirigido. Esse termo com toda a sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente de movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e contestação. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização, venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e estabilidade proposta pela política do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é mais transgressiva e perturbadora”. (LOURO, 2004, p. 38).

Diante do exposto, corrobora-se que é na formação, no entanto, que se dá o processo de reflexão crítica da práxis, necessitando ser contínuo ao exercício da docência, na qual os/as atores/atrizes no processo de aprendizagem estejam envolvidos em um ciclo gnosiológico: ensinando o conhecimento já existente e trabalhando na produção do conhecimento ainda não existente, abrindo espaço para “olhar” a formação docente em ressonância com as práticas escolares rumo a uma escola reflexiva que possibilite o diálogo com as diferenças entre os sujeitos na experiência escolar e social como condição do processo educativo.

Contribuir para a construção de experiências educacionais, que tenham uma perspectiva “queer”, é uma necessidade pois os/as professores/as precisam ser oportunizados/as à formação em exercício autorreflexiva, com intenção de articular nas práticas escolares a urgência em lidar com a experiência das diferenças concernente a todos/as.

---

<sup>50</sup> Prática de atos violentos, intencionais e repetidos, contra uma pessoa indefesa, que podem causar danos físicos e psicológicos às vítimas. O termo surgiu a partir do inglês *bully*, palavra que significa tirano, brigão ou valentão, na tradução para o português.



É na minha disponibilidade permanente à vida a que me entrego de corpo inteiro, pensar crítico, emoção, curiosidade, desejo, que vou aprendendo a ser eu mesmo em minha relação com o contrário de mim. E quanto mais me dou à experiência de lidar sem medo, sem preconceito, com as diferenças, tanto melhor me conheço e construo meu perfil. (FREIRE, 2018, p. 131).

É preciso repensar o currículo para que sejam construídas novas significações ao lidar com as diferenças. A realidade não pode ser dissociada da sala de aula e muitos alunos e alunas sente-se condicionados à normalização, a heteronormatividade e a heterossexualidade compulsória não permitindo o exercício de sua liberdade de gênero, promovendo discriminação e violência, porquanto o “queer”, o “estranho”, o “diferente” não encontra espaço para reconhecer-se e viver a assunção da sua identidade nas práticas escolares, justamente pelo fato das experiências pedagógicas e escolares não oportunizarem esse reconhecimento.

A recusa violenta de formas de expressão de gênero ou sexualidade em desacordo como padrão é antecedida ou até apoiada por um processo educativo heterossexistas, ou seja, por um currículo oculto comprometido com a imposição da heterossexualidade compulsória. Um comprometimento em construir uma experiência educacional que tenha uma perspectiva queer exige lidar com a experiência da abjeção como algo concernente a todos e que não deveria ser parte da experiência educacional. (MISKOLCI, 2012, p. 34).

O professor e a professora precisam produzir intervenções que aproximem a Teoria “Queer” do diálogo educativo com o educando: superando, desconstruindo, resistindo e (re) construindo conhecimentos e atitudes de forma democrática, com bom senso, na plenitude da consciência, que nos dizeres de Freire (2018) consiste no inacabamento do saber e do ser.

### **3. O QUEER NA EDUCAÇÃO: BUTLER, LOURO E MISKOLCI**

A abordagem proposta pelas ideias de pensamento oriundas do movimento “queer” concentrou-se no espectro da contracultura, cuja os grupos marginalizados pela normatização buscavam espaço e voz. O termo “queer”, também foi considerado uma expressão “guarda-chuva” para representar todos os “diferentes” da idealização normativa e binária de gênero, sexo, identidade e orientação sexual-afetiva. O “queer”

emergiu como reação e resistência a um momento biopolítico que colocava “os estranhos”, “os abjetos<sup>51</sup>”, “os rejeitados” à evidência do discurso e do debate.

O espírito político “queer” se distingue da mera luta pró-homossexualidade, pois enquanto esta última tem como regime da verdade o binário “hetero-homo” e defende a homossexualidade na perspectiva da diversidade concebendo o poder como repressor, a essência política “queer” regimenta sua verdade no “normal-anormal” criticando aos regimes de normalização, baseados na heterossexualidade compulsória a partir da perspectiva da diferença, compreendendo o poder como disciplinador e controlador.

A reviravolta epistemológica provocada pela teoria queer transborda o terreno da sexualidade, perturba as formas convencionais de conhecimento. A pedagogia queer sugere o questionamento, a desnaturalização e a incerteza como estratégias férteis e criativas para pensar qualquer dimensão da existência. A dúvida seria algo estimulante. (LOURO, 2001, p. 551).

A educação brasileira recepcionou a Teoria Queer em 2001, quando Guacira Louro publicou na Revista de Estudos Feministas o texto: “Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação”. Esse estudo de Louro, é resultado da produção e circulação intelectual dos teóricos queer norte-americanos que aguçou a emergência de debates e o avivamento da empatia na pesquisa científica relativa a temas envolvendo gênero e sexualidade.

A teoria queer permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação. Uma pedagogia queer não seria como programas multiculturais nos quais as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou apreciadas como curiosidades. Uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para a produção das diferenças, questionando as relações do eu com o outro. No contexto em que a diferença deixaria de estar ausente, a polarização heterossexual/homossexual seria questionada, assim como a superioridade da heterossexualidade. Para a pedagogia queer, não bastaria denunciar o submetimento dos homossexuais, mas desconstruir o processo pelo qual alguns sujeitos se tornam normalizados e outros marginalizados. (LOURO, 2001, p. 550).

---

<sup>51</sup> Corpos abjetos, bem como, identidades e sexualidades abjetas, em nossa perspectiva, são aqueles não aceitos pela normatividade sociocultural em uma determinada época ou sociedade, de acordo com o pensamento de Louro (2004, p. 76) “Ao longo dos tempos, os sujeitos vêm sendo indicados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir dos padrões e referências das normas, valores e ideias da cultura. Então, os corpos são o que são na cultura”.

Um das pesquisadoras, consideradas como precursora da teoria queer é Judith Butler. Butler (1999) pondera sobre a ideia de “normas reguladoras” do sexo das pessoas, que são ciclicamente impostas a repetição e reiteradas para finalmente se consolidarem como norma social.

Para Butler (1999) os corpos não se conformam plenamente às normas impostas, por isso a injunção repetitiva e autoritária, ocorre de modo a efetivar seus efeitos. A norma reguladora teria, no entanto, o cunho performativo<sup>52</sup>, que toma por empréstimo da linguística a definição de performatividade para corroborar a linguagem enquanto referência aos corpos e ao sexo, não apenas os constata ou descreve, mas os produz. (LOURO, 2001, p. 548).

Miskolci, em seu estudo sobre a teoria queer levanta reflexões densas sobre a relação entre educação, memória e consciência política. A perspectiva do controle dos corpos e dos desejos, bem como o sofrimento deflagrado as existências diferentes do esperado pela norma, são debatidos em crítica que estimula a produção de novas posturas educativas, com o propósito de descortinar o discurso ilusório da neutralidade.

O construto ideológico de uma hegemonia identitária cis-heteropatriarcal é “desnudada” na emersão da consciência operante de que o currículo oculto, implícito, porém não neutro, a todo tempo intercruza com as relações de poder de um determinado ponto de vista. Em suma, sobre a teoria queer, Louro nos diz: “a teoria que lhes serve de referência é desconcertante e provocativa. Tal como os sujeitos de que fala, a teoria queer é, ao mesmo tempo, perturbadora, estranha e fascinante. Por tudo isso, ela parece arriscada. E talvez seja mesmo, mas, seguramente, ela também faz pensar. (LOURO, 2001, p. 552). Portanto, os estudos queer tem muito a que contribuir com a autorreflexão da práxis docente na condução consciente do currículo oficial e oculto.

#### **4. A COLETA DE DADOS NA CONDUÇÃO DA PESQUISA-AÇÃO**

A pesquisa ação devido ao seu caráter participativo, sua motivação democrática e contribuidora para mudança social, consegue auxiliar os/as participantes através de um processo autorreflexivo. Ao focar a educação, favorece a reflexão crítica frente as possibilidades de transformação da práxis opressora em libertadora.

---

<sup>52</sup>uma linguagem que funciona como uma forma de ação social e tem o efeito de mudança.

Para Elliott (1997) a pesquisa-ação permite superar as lacunas existentes entre a pesquisa educativa e a prática docente, isto é, entre a teoria e a prática, e os resultados expandem as capacidades de compreensão dos/das professores/as e suas práticas, por isso favorecem amplamente as mudanças (ELLIOTT, 1997, p. 15).

Contudo, o processo de intervenção que possibilita o/a pesquisador/a coletar os dados dos/das pesquisados/as não é um momento solo e apenas auto avaliativo, mas, uma prática de reflexão crítica na dimensão social investigada.

Destarte, trazer os estudos “queer” para “palco” das práticas curriculares da escola é nada mais que, propor uma sensibilização dos/as atores/atrizes deste processo a partir de uma formação oportunizadora do exercício da empatia. As diferenças existentes nas salas de aula são “descortinadas” dos valores incorporados nas individualidades docentes. A escola não tem efetivado sua função social de produzir saberes e habilidades que valorizem as diversas “formas de existir no mundo” relacionadas as diferenças de gênero, raça, classe, identidade, orientação sexual-afetiva, etc., (SILVA, 1996).

Todavia, por meio do currículo oculto consciente e alinhado à Teoria “Queer”, é possível, que o/a docente valorize a beleza da diferença, o respeito e a compreensão para com aqueles dissidentes da norma heteronormativa. No entanto, a tomada da consciência por parte dos/as discentes é um imperativo, a consciência ativa de que a prática do ensinar está além da transmissão de conteúdos e demanda uma postura ética, sensível, dialógica e respeitosa.

Muitas vezes, alunos e alunas são violentados simbolicamente durante toda a trajetória escolar, devido a não aceitação das suas existências. É de suma importância eliminar na condução do currículo escolar as discriminações, preconceitos, estigmas e reprodução das violências. O trabalho pedagógico a partir das diferenças colabora no combate as discriminações, e constitui uma didática libertadora e equânime no Projeto Político Pedagógico e no Currículo Oculto, cooperando com o rompimento do discurso compulsório e normalizador da biopolítica.

O pressuposto metodológico desta proposta vislumbra demonstrar que é possível trabalhar educação sexual, a liberdade de gênero e conseqüentemente acolher e conviver com “o diferente” corroborando a autonomia do educando, na exigência da ética, da consciência do inacabamento, da apreensão da realidade, do bom senso e da liberdade na especificidade humana, como interpela Paulo Freire: “A assunção de nós

mesmo não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu” ou do tu, que me faz assumir radicalidade do meu eu”. (FREIRE, 2018, pág. 42).

O campo de pesquisa, constitui-se uma escola de ensino fundamental dos anos finais, localizada na zona rural de um município do sudoeste baiano. Os/as pesquisados/as foram professores/as que lecionavam na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Aceleração II nos Estágios I e II e respectiva gestão escolar.

A concepção metodológica deste trabalho abarca o pós-estruturalismo de Judith Butler (2003), Richard Miscocki (2012) e Guacira Louro (2004) e “flerta” com o materialismo histórico de Walter Benjamim (1985), ao refletir o conceito de história na dinâmica entre “vencidos” e “vencedores” (hegemonia e contra hegemonia). A pedagogia crítica enquanto movimento e método proposto por Paulo Freire (2018), é comparada no diálogo de construção da intervenção.

O intuito de propor a investigação da própria práxis em um movimento dialético alicerçado na autorreflexão coletiva, atinente a colaboração de ponderar sobre a empatia, a justiça e a racionalidade de suas práticas sociais e educacionais foram “o fio condutor” dos aspectos metodológicos.

A coleta dos dados se deu por meio de uma Oficina de Formação de Professores, como intervenção pedagógica da pesquisa-ação. O roteiro de execução iniciou com uma dinâmica de apresentação intitulada “Performatize-se”, elaborada pela pesquisadora. Os/as participantes prepararam uma “Performance” de apresentação de si próprios. Após as apresentações, utilizou-se as contribuições dos/as participantes para introduzir a discussão sobre gênero, identidade, performatividade e teoria “queer”.

Em sequência promoveu-se uma atividade em grupo na qual, os/as professores/as receberam um caso relacionado a práticas educativas onde um/a discente estaria em uma situação de opressão ou discriminação por ser diferente dos anseios empregados pela normalização: “Como, se deverá agir, para promover um aprendizado pelas diferenças em uma perspectiva da teoria queer?”. Com o intuito de contribuir para o exercício da empatia projetou-se uma reportagem produzida pelo Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão, denominado “Professora transexual troca indenização por chance de dar aula a seus agressores”, exibido em 16 de setembro de 2018, deixando-os livres para debate, oportunizando-os a manifestações voluntárias, sequenciando para a avaliação coletiva da oficina.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades e exercícios propostos na Oficina de Formação Docente, contribuíram para a discussão sobre gênero, identidade, teoria queer e performatividade. Ao apresentar a teoria de Butler, Miskolci e Louro, constatou-se que nenhum dos/as sujeitos/as beneficiários/as da intervenção tinham conhecimento sobre o conceito da expressão “queer”. Durante a exposição, o público-alvo foi encorajado a participar com seus questionamentos, depoimentos e contribuições.

O desenvolvimento desta atividade colaborou na promoção autorreflexão com relação ao trabalho pedagógico, ajudando-os a se questionarem sobre como as diferenças são consideradas no processo de aprendizagem imbricadas em uma perspectiva queer, constatando o fato de que é necessário dar atenção a essa demanda pedagógica.

Os depoimentos foram o “termômetro” do trabalho, no decorrer do trabalho, um depoimento emocionou muito a todos/as, pois demonstrava o quanto o exercício da empatia e a sensibilização precisam ser trabalhados nas práticas escolares e na formação docente, haja vista que podem auxiliar na minimização dos sofrimentos que a norma binária de gênero causa as pessoas que não contemplam a ordem heteronormativa de sociedade:

Muito bom conhecer essa Teoria Queer, acho que a gente precisa saber mais sobre essas coisas, como professores e pais, não temos esse preparo. Se eu tivesse aprendido sobre isso antes, não teria sofrido tanto e principalmente não teria causado tanto sofrimento a minha filha. Minha filha é lésbica, minha família catolicamente tradicional nunca a aceitou, nem eu a aceitava, cheguei a me questionar com Deus, que não era possível eu ter parido aquela aberração. Eu não a entendia, queria mudá-la de qualquer forma. Foi muito sofrimento para nós duas e eu poderia ter evitado muita coisa se eu tivesse tido a oportunidade de conhecer, de sair da ignorância de acabar com meus preconceitos. Foi através do Programa Saúde na Escola, daquelas palestras lá do Escola sem Homofobia, em 2011, eu acho, que eu fui percebendo o quanto eu violentava a minha filha e aos poucos vi que o melhor era deixar ela ser livre. (Participante 01, informação verbal).

A exposição deste/a participante, corrobora com o fato de que a produção de conhecimento e a formação docente em ressonância com a pedagogia da autonomia e a teoria “queer” assumem o papel de colaboradores de uma escola reflexiva consciente das implicações contidas no currículo oculto. Uma evidência, exposta na explanação do/a

pesquisado/à é a importância de programas, como o Escola Sem Homofobia<sup>53</sup>, no qual, professores e professoras possuíam acesso a materiais didáticos, como cartilhas, sugestões de vídeos e atividades, além de formação docente em exercício, constituindo um repertório de ações que objetivavam proporcionar reflexões críticas da práxis sobre a homofobia no intuito de combatê-la no espaço escolar. No entanto, a polêmica causada por coletivos conservadores fomentou a descontinuidade do programa, representando um retrocesso no âmbito da aplicação de políticas públicas educacionais contra a homofobia.

A coleta de dados proposta pela intervenção, revela que, na maioria das vezes, os/as professores/as vivem situações análogas dentro do contexto familiar que, involuntariamente, respigam na práxis de suas atividades laborais. Entretanto é preciso pensar que a escola é um espaço de liberdade e autonomia dos saberes e esta deve conduzir as aprendizagens sempre com base nos contextos relacionais de seus educandos, considerando suas identidades, histórias de vida, e demais aspectos culturais engessados no decorrer do desenvolvimento do sujeito.

Como repercussão da reportagem produzida pelo Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão, sobre a professora transexual que trocou a indenização pela oportunidade de ensinar seus agressores, outro depoimento despertou atenção e fomentou o debate, pois demonstrou o quanto, os/as professores/as podem reproduzir inconscientemente, violências (simbólicas) servindo a ordem hegemônica, oprimindo, reprimindo e negando aos diferentes, o direito à liberdade de ser e existir:

A história dessa professora, me faz lembrar de um assunto que não tem a ver com gênero, mas com religião, dizemos que o Brasil é laico e que a escola também deveria ser, mas nas reuniões de pais, nos eventos, sempre são chamados padres, pastores, nunca um líder de alguma religião africana. A gente diz que a escola é para todos, mas reproduzimos uma escola que é na verdade para poucos, sem espaço para gêneros diferentes, religiões diferentes, pessoas diferentes. Da mesma forma que essa professora foi agredida em um estabelecimento comercial por ser diferente do que a norma prega, nós agredimos nossos alunos todos dias com micro violências, não aceitando e nem incluindo eles de verdade. Perceber isso me envergonha e dói. (Participante 02, informação não verbal).

---

<sup>53</sup> Escola sem Homofobia, foi uma ação proposta para compor o Programa Brasil Sem Homofobia (2004) do Governo Federal. Tratava-se basicamente de cartilhas para apoio didático aos professores e filmes sobre as dificuldades que estudantes LGBT encontravam no convívio escolar devido a prática da homofobia, apoiando –se nas diretrizes elaboradas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério dos Direitos Humanos em parceria com organizações não governamentais, além da participação das Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A intervenção, contribuiu com a ruptura de discursos cis-heteropatriarcais. Os depoimentos espontâneos e as discussões demonstraram a contemplação dos anseios pleiteados na pesquisa-ação, não é possível quantificar a produção de uma mudança efetiva nas práticas docentes ou escolares, todavia foi satisfatória a contemplação dos objetivos da oficina de formação, enquanto estratégia de intervenção e coleta de dados, pois o debate aproximou os/as professores/as da autorreflexão rumo ao currículo oculto e seus encadeamentos com o espectro hegemônico.

Outro depoimento interessante, incitou o debate sobre as formas de tratamento relacionadas com as questões de identidade e gênero:

Antes, nunca chamaria a professora da reportagem de professora, mas sim de professor, da mesma forma, que temos uma aluna que se veste de menino, comporta feito menino, tem um apelido de menino e eu teimo em chamar pelo nome de menina e tratar com pronomes femininos. A teoria queer, a performatividade, o conceito de gênero, de identidade e de orientação sexual mostrados hoje, me fez perceber que eu estava sendo ignorante e negando o que foi abordado por Paulo Freire, nesse livro que está exposto aí que é a Pedagogia da Autonomia, eu estava negando que sou inacabado, que não sou dono da verdade, que preciso aprender, respeitar e lutar contra a discriminação e não ser mais um discriminador. (Participante 03, informação verbal).

Em suma, extrair a Educação Sexual na formação docente, apenas no aspecto da orientação reforça inferência de que o trabalho com sexualidade resume-se no propósito biológico, preventivo de doenças sexualmente transmissíveis e planejamento familiar, mas o campo orientador é superficial, isto posto, é preciso olhar a educação sexual contida formação docente e nas práticas escolares, por uma perspectiva “Queer” podendo ser cogitados em uma proposta de pensamento da sexualidade e outras diferenças, como culturais e políticas, sendo parte da vida cotidiana e não apenas como tema de saúde pública, repensando a atuação da educação em seu papel social.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O currículo oficial e oculto são instrumentos emissários de um determinado ponto de vista interpretativo da história, responsável por transmitir concepções alinhadas as ideias hegemônicas de uma determinada classe, gênero, raça e identidade. Destarte, a cultura identitária da sociedade brasileira apoiada na perspectiva ideológica da naturalidade e normalidade, construída a partir da égide Cis-heteropatriarcal



promove, nas práticas sociais e conseqüentemente, nas escolares, a valorização deste escudo ideológico.

Uma educação emancipatória no âmbito da liberdade e igualdade para os diferentes gêneros, identidades, orientações sexuais-afetivas, tem como percurso a reflexão crítica sobre os liames entre currículo e poder. A transmissão da ordem hegemônica às massas, ocorre também através das práticas escolares e a compreensão da Teoria Queer que crítica a dicotomia normal-anormal e seus regimes, baseados na heterossexualidade compulsória podem favorecer a autorreflexão docente na condução do currículo oculto.

Ademais, a reflexão crítica da práxis docente, oportuniza a defesa da Teoria Queer no currículo escolar contribuindo para a os “estranhos”, os “diferentes” que não contemplam a cis-heteropatriarcalidade possam viver suas existências sem o constante medo das violências.

A pesquisa-ação, buscou apresentar a Teoria Queer, através do diálogo teórico realizado, Butler, Louro e Miskolci, além de focar o educar na experiência do aprender e não em modelos prescritos por uma ordem opressora. Os aspectos metodológicos se constituíram por meio da aplicação de uma oficina de formação com professores/as dos anos finais do ensino fundamental, na qual desenvolveram-se performativas, apresentação teórica, estudos de casos, técnicas de sensibilização e dinâmicas de exercício a empatia. A execução deste trabalho ampliou o entendimento da Educação Sexual na formação docente pela perspectiva Queer, em que o aprendizado pode ocorrer a partir das diferenças ao repensar a atuação da educação em seu papel social, e não apenas como tema de saúde pública.

Não obstante, autorreflexão proposta neste trabalho, vislumbrou contribuir para a assunção do ser, de suas identidades e liberdades, elevando a formação de professores, segundo pensa Miskolci (2012) aos níveis de mecanismo criados à frente da resistência, no sentido de incitar a transformação da educação escolar em algo para além do disciplinamento das pessoas em algo mais sintonizado com a sociedade civil.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Nilda Guimarães. Formação de docentes e currículos para além da resistência. Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação**, V.22, nº 71, e227147, 2017.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. Volume I. Editora Brasiliense. São Paulo, 1985.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/materiais-de-apoio>. Acesso em: 17 de janeiro de 2019.
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Ministério da Educação, Brasília, 2011. **Caderno: Escola sem homofobia**/Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.
- BUTLER, Judith. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. Sexualidades transgressoras. **Una antología de estudios queer**. Barcelona: Icária editorial, 2002, p. 55 a 81.
- BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In: LOURO, GuaciraLopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica,1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**/Paulo Freire. 57ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2018.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo Estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Autêntica. Belo Horizonte. 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**. 2001
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte. Editora Autêntica: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- VEIGA, I.P.A. &CARDOSO, M.H.F.(orgs.). **Escola fundamental: currículo e ensino**. Campinas, SP: Papyrus, 1991.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

*Sobre os autores  
e autoras*

### **CELIO SILVA MEIRA**

Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSal). Mestre em Ciências Ambientais (UESB). Especialista em Psicologia da Educação (UESB); Especialista em Antropologia com ênfase em culturas Afro-brasileiras (UESB) e Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação (UFBA). Graduações : Licenciatura em Geografia (UESB) , Ciências Sociais (UNIMES).Licenciando em Teatro pela UFBA. Pesquisador -colaborador do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais -NuQueer, da Universalidade Federal Rural de Pernambuco ( UFRPE). Estuda as temáticas: religiões afro-brasileiras, Território e Territorialidade, gêneros, sexualidades, Teoria Queer e educação. Professor efetivo da rede estadual do estado da Bahia e professor efetivo da rede municipal do município de Poções – BA.

### **LUCAS AGUIAR TOMAZ FERREIRA**

Atualmente é voluntário na ONG AFS Intercultural Brasil. É técnico em Logística pela Instituição Faculdade Juvêncio Terra (2015), Graduado em Licenciatura Plena em Geografia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB (2019); Especialista em Geografia e Meio Ambiente pela FAVENI(2020); Especialista em Análise do Espaço Geográfico pela UESB(2020) e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (2020 -2022). Atualmente é membro dos Grupos de Pesquisas: 1) Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas: As Intervenções no Meio Rural; 2) Núcleo de Pesquisa e Extensão de Desenvolvimento territorial - NEDET; 3) Centro de Estudos Urbanos e Territoriais- CEUT; 4) Desenvolvimento Rural Sustentável e 5) Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia, Desenvolvimento Territorial, Gênero e Sexualidade, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de Geografia, políticas públicas, desenvolvimento territorial. Atua com Geografia Humana, Geografia de Gênero, Sexualidade, Teoria Queer, Aprendizagem Intercultural e Interculturalidade. Atualmente é professor substituto da rede estadual de educação da Bahia.

### **JEAN PABLO GUIMARÃES ROSSI**

Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Mestre em Sociedade e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento - PPGSeD (2020). Especialista em Desenvolvimento e Aprendizagem nos Anos Iniciais da Educação Básica pela UNESPAR/Campus de Campo Mourão (2019). Bacharel em Psicologia pela Faculdade União de Campo Mourão - UNICAMPO (2016). Atualmente é professor da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR/Campus de Campo Mourão, nos cursos de Geografia, História e Ciências Contábeis e Coordenador do Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH) desta mesma instituição. Membro do NUDISEX (Núcleo de Pesquisas e Estudos em Diversidade Sexual) da UEM/Maringá. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura - GEPEDIC, da UNESPAR/Campo Mourão. Atualmente dedica-se e tem interesse nas pesquisas relacionadas aos seguintes temas: estudos feministas; estudos foucaultianos; formação docente para educação em sexualidade; gênero, sexualidade e religião; psicologia escolar e educacional; psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem.

### **MATEUS COSTA SANTOS**

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo da Universidade Federal de Sergipe - UFS. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo/ UESB Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Estuda, principalmente, temas relacionados ao Desenvolvimento, Estado, Políticas Públicas (acesso à água) e Espaço Rural. Membro do grupo de pesquisa: Desenvolvimento Rural Sustentável e do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET/ UESB.

### **FERNANDA VIANA DE ALCANTARA**

Professora doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe - UFS - com Estágio do Programa de Doutorado Sanduíche - CAPES na Universidade de Lisboa. Possui graduação em Licenciatura Plena Em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2000), especialização em Geografia e Desenvolvimento Local pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2007). Atualmente realiza estágio de Pós-doutoramento, e ocupa o cargo de professora adjunta 40 horas no curso de Licenciatura e Pos-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia e Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, e no Colégio Estadual Dom Climério de Almeida Andrade - CEDOCA com 20 horas semanais. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia e Desenvolvimento Territorial, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de geografia, desenvolvimento regional, políticas públicas, desenvolvimento territorial rural, meio ambiente e em coordenação da área de Ciências Humanas. Atuou no ensino superior dos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto Superior de Teologia Aplicada (INTA). Participa dos Grupos de Pesquisa: CENTRO DE ESTUDOS URBANOS E TERRITORIAIS - CEU-T e Sobre Transformações no Mundo Rural - GEPRU e do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET/UESB, desenvolvendo atividades nos Projetos Gestão dos Territórios Rurais e Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas: As Intervenções no Espaço Rural.

### **IRAN FERREIRA DE MELO**

Doutor em Linguística (USP). Professor de Linguística Queer e Análise Crítica do Discurso (UFRPE/UFPE). Coordenador do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer). Diretor do Observatório Brasileiro da Linguagem Inclusiva de Gênero. Organizador do primeiro dossiê científico em Linguística Queer no Brasil, publicado no periódico Cadernos de Linguagem & Sociedade (UNB-2020). Pesquisador do Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso (NEAC-USP). Coordenador do primeiro simpósio internacional em pesquisas sobre linguagem não-binária de todos os países lusófonos (USP-2022). Professor colaborador da Universidad Nacional de Rosario (Argentina). Pesquisador da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED) e da Rede Internacional Discurso e Gênero ? Violência e Resistência ? na Associação de Estudos sobre Discurso e Sociedade (EDiSo). Pesquisador da Gerência de Educação Inclusiva e Direitos Humanos (GEIDH) e da Unidade de Educação para as Relações de Gênero e Sexualidades (UNERGS) da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Foi diretor-fundador da Comissão de Diversidade, Inclusão e Igualdade da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN-2020/2021). Atua como consultor especialista em Escrita e Educação Inclusiva de Gênero em diferentes instituições do Brasil.

### **AMANDA COELHO CHAGAS**

Graduanda do curso Ciências Sociais pela UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2015-2020), durante os dois primeiros anos de faculdade fui bolsista do Programa Institucional de bolsa de iniciação à docência (PIBID), participando do subprojeto interdisciplinar - Organização da prática pedagógica nos anos iniciais do Ensino Fundamental: trajetória e continuidade dos estudos, responsável por desenvolver atividades voltadas a área de atuação na turma de 4º a 5º ano do Ensino Fundamental I.

### **JOSÉ MIRANDA DE OLIVEIRA JUNIOR**

Atualmente é professor efetivo da Universidade Estadual da Bahia - UESB. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2017), especialista em Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça (PPG NEIM - Universidade Federal da Bahia) e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Práticas Curriculares e Educativas (GEPPCE - UESB). Possui graduação em Filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2007) e também é licenciado em Ciências Sociais (2013), pela mesma instituição, cuja graduação possibilitou ser bolsista do subprojeto de Sociologia do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência (PIBID) da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), ser membro da Divisão de Estudos Sobre a Política e Seus Espelhos-DESPE/UESC na linha de pesquisa de Gênero e Poder, Sexualidades, Homofobia e Cidadania LGBT, além de fazer parte do grupo de estudo do projeto de extensão Conhecendo e Reconhecendo a Diversidade: Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

### **LUCIANA XAVIER BASTOS LACERDA**

Possui graduação em Pedagogia pela FAEL (2020) e Licenciatura em Biologia pela FTC (2008). Atualmente é quadro docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no programa de Pós-graduação no curso de Mestrado em Memória, Linguagem e Sociedade, e técnica administrativa em educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Tem experiência na área de Educação e Docência, com ênfase em Gênero e Sexualidade na Educação.

[www.poisson.com.br](http://www.poisson.com.br)  
[contato@poisson.com.br](mailto:contato@poisson.com.br)



@editorapoisson



<https://www.facebook.com/editorapoisson>

